

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG  
Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGD

ANA CAROLINA ARAÚJO GROSSI

**ESTADO, RAZÃO E ÉTICA NA ERA DA “INFORMAÇÃO”:**  
TENSÃO ENTRE A CYBERCULTURA E A DEMOCRACIA

Belo Horizonte – MG  
Fevereiro, 2025

ANA CAROLINA ARAÚJO GROSSI

**ESTADO, RAZÃO E ÉTICA NA ERA DA “INFORMAÇÃO”:  
TENSÃO ENTRE A CYBERCULTURA E A DEMOCRACIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Direito.

Linha de pesquisa 4: Cultura, cidadania e direitos humanos: perspectivas histórico-filosóficas e teórico-comparadas

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Karine Salgado

Belo Horizonte – MG

Fevereiro, 2025

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Meire Queiroz - CRB-6/2233.

G878e Grossi, Ana Carolina Araújo  
Estado, razão e ética na era da “informação” [manuscrito]: tensão entre a cybercultura e a democracia / Ana Carolina Araújo Grossi. - 2025.  
[129] f. : il.

Orientadora: Karine Salgado.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais,  
Faculdade de Direito.  
Bibliografia: f. 121-129.

1. Direito - Teses. 2. Democracia - Teses. 3. Desinformação - Teses.  
4. Razão - Teses. I. Salgado, Karine. II. Universidade Federal de Minas  
Gerais - Faculdade de Direito. III. Título.

CDU: 321.7:004

ANA CAROLINA ARAÚJO GROSSI

**ESTADO, RAZÃO E ÉTICA NA ERA DA “INFORMAÇÃO”:  
TENSÃO ENTRE A CYBERCULTURA E A DEMOCRACIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Direito.

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2025

**BANCA EXAMINADORA**

df0a7dc8-  
d3ca-4a29-8715-6d304b6e56d

Assinado de forma digital por df0a7dc8-  
d3ca-4a29-8715-6d304b6e56d5  
Dados: 2025.03.31 18:17:23 -03'00'

5

Orientadora – Prof.<sup>a</sup> Dra. Karine Salgado

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Documento assinado digitalmente  
 MARIAH BROCHADO FERREIRA  
Data: 04/04/2025 01:04:35-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.<sup>a</sup> Dra. Mariah Brochado Ferreira

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

0cdada8e-a3b3-40c6-  
b8c4-ed3c6950cacd

Assinado de forma digital por 0cdada8e-  
a3b3-40c6-b8c4-ed3c6950cacd  
Dados: 2025.03.31 23:03:35 -03'00'

Prof. Dr. Paulo Roberto Cardoso

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

À minha mãe, minha maior torcida e referência.

## AGRADECIMENTOS

À Prof.<sup>a</sup> Dra. Karine Salgado, agradeço pela orientação generosa e cuidadosa, assim como pela a oportunidade de experiência como estagiária de docência e pelos sábios aconselhamentos e importantes ensinamentos durante o meu percurso no Mestrado.

À Prof.<sup>a</sup> Dra. Mariah Brochado, agradeço pela leitura atenta do meu projeto de pesquisa, bem como pelas sugestões valiosas na minha banca de qualificação e também pelas brilhantes contribuições sobre o campo da Filosofia da Tecnologia.

Ao Prof. Dr. Paulo Roberto Cardoso, que foi meu orientador durante a elaboração de trabalho de conclusão de curso na graduação de Ciências do Estado, agradeço pelo seu incentivo constante nos projetos acadêmicos e por sempre acreditar em meu potencial como pesquisadora.

Ao Prof. Dr. Marcus Abílio, que me acolheu no departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), agradeço pelas importantes trocas de ideias.

À Alice Castelani, pessoa que admiro e me espelho como acadêmica, agradeço pela revisão atenta deste texto e pela sua amizade.

Aos professores e às professoras da Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), agradeço pelas contribuições e reflexões pertinentes durante o meu processo de formação nesta casa.

Aos técnico-administrativos da Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), agradeço pela solicitude no atendimento de minhas dúvidas.

Ao corpo docente do Curso de Ciências do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), agradeço pelas ricas e instigantes discussões.

Aos colegas da Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), agradeço pela parceria e troca de ideias sobre assuntos diversos.

Aos colegas, professores e professoras do Grupo de Estudos Estratégicos Raul Soares, agradeço por despertar meu interesse nos estudos geopolíticos e pelo companheirismo.

Aos colegas, professores e professoras do Grupo Internacional de Pesquisa Direitos Humanos: Raízes e Asas, agradeço pelo aprofundamento e ampliação teórica.

À minha mãe, professora Elisa, agradeço pelo apoio e pela paciência, assim como registro a sua importância na vida como referência de pesquisadora e de ser humano.

Ao meu irmão, agradeço pelas dicas práticas e palavras de acolhimento.

À Lorena, minha companheira de jornada de vida e academia, agradeço pela torcida fervorosa, acolhimento em momentos difíceis e por ser fonte de inspiração e determinação.

À minha família, agradeço por todo o incentivo e pela compreensão nos momentos em que não pude estar presente.

Aos meus amigos e minhas amigas, que admiro e tenho orgulho de cada um, agradeço pelo carinho, apoio incondicional e momentos de distração.

Ao Nelson Maure, agradeço pela motivação para continuar estudando e compreensão a respeito de meus horários e conciliação de matérias e trabalho.

Ao Elder Gabrich, agradeço por ser um chefe flexível e compreensivo durante a etapa final de minha jornada no Mestrado.

Aos colegas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, agradeço pela companhia leve e agradável.

*O pré-pensamento é em preto e branco. O pensamento com palavras tem cores outras. O pré-pensamento é o pré-instante. O pré-pensamento é o passado imediato do instante. Pensar é a concretização, materialização do que se pré-pensou. Na verdade o pré-pensar é que nos guia, pois está intimamente ligado à minha muda inconsciência. O pré-pensar não é racional. É quase virgem. Às vezes a sensação de pré-pensar é agônica: é a tortuosa criação que se debate nas trevas e que só se liberta depois de pensar – com palavras.*

(Clarice Lispector, 1999)

## RESUMO

O período histórico em que estamos inseridos nos demanda a realização de importantes reflexões sobre as transformações sociais, econômicas e culturais que se seguiram à invenção da internet, dos aparatos digitais e da Inteligência Artificial. São inegáveis os efeitos dessas mudanças no tecido político, contudo, o arcabouço jurídico ainda não se adequou a essa “nova era”, que se consolidou com o amplo acesso aos aparatos tecnológicos que operam na rede mundial de computadores. O fenômeno da desinformação, ainda que não seja recente, tomou proporções antes desconhecidas, trazendo à tona o desgaste da política e do Estado Democrático de Direito em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. Nesse sentido, o propósito desta pesquisa é compreender como as estratégias de desinformação e o fenômeno da pós-verdade afetam um dos principais pilares da Modernidade – a razão – e, conseqüentemente, desgastam o debate público, uma das bases para o modelo de democracia praticado pelo nosso tempo, a democracia representativa. Para isso, nesta pesquisa buscamos retomar o conceito de razão e a importância de tal valor para constituir o atual modelo de Estado. Posteriormente, procuramos compreender as raízes da revolução tecnológica que deu origem à Inteligência Artificial, à internet e ao Big Data. A partir do panorama histórico, apresentamos o que é informação, elaborando uma reflexão sobre a desinformação e o conceito de pós-verdade. Enfim, debatemos a virada tecnológica para uma cultura cybernética (*cybercultura*) para identificar os desafios em relação ao consenso que são impulsionados pelas redes sociais, exacerbando a polarização e a conformação de grupos em espécies de “enxames digitais”. Considerando discussões feitas, elencamos essas novas características e arranjos sociais para questionar o espaço da razão e da ética em um ambiente em que o extremismo, o negacionismo científico e os embates ideológicos são potencializados, seguindo a política de extrema liberdade de expressão nas redes sociais. Uma das descobertas desta pesquisa é de que a razoabilidade, os fatos verificáveis e o que é considerado verdade são deixados de lado para dar espaço ao imediatismo, à desintermediação e à valorização da opinião e do individualismo, em detrimento da ciência, das instituições que já eram consideradas consolidadas, da pluralidade e da democracia.

**Palavras-chave:** razão, democracia, Era Cybernética, desinformação, pós-verdade.

## ABSTRACT

The historical period we are currently experiencing brings important reflexions on the social, economic and cultural transformations followed by the invention of the internet, digital devices and Artificial Intelligence. The effects of these changes in the political fabric are undeniable, however the legal framework has not yet been adapted to this “new era” which has been solidified by the widespread access to technological apparatus that operate on the global computer network. The phenomenon of disinformation, although not new, has reached unprecedented proportions, which has highlighted the erosion of politics and the Democratic Rule of Law throughout the world, including Brazil. In this context, the purpose of the research is to understand how disinformation strategies and the post-truth phenomenon affect one of the main pillars of Modernity – reason – and, consequently, undermine public debate, one of the foundations for the model of Democracy practiced in our time, representative democracy. For this purpose, the research seeks to revisit the concept of reason and its importance in shaping the current model of State. Subsequently, we seek to understand the roots of the technological revolution that originated Artificial Intelligence, internet and Big Data. From this historical overview, the concept of information will be brought to light to reflect on disinformation and the *post-truth* concept. Finally, the discussion will address the technological shift toward a cybernetic culture (Cyberculture) to identify the challenges of consensus driven by social media networks, highlighting the polarization and the formation of groups into “digital swarms”. Considering all these discussions, we will outline these new characteristics and social arrangements to question the space of reason in an environment where extremism, scientific denialism and ideological conflicts are potentialized, following the policy of extreme freedom of expression on social media. One of the discoveries of the research is that reasonableness, verifiable facts and truth are being sidelined to make way for immediacy, disintermediation, and the prioritization of opinion and individualism, to the detriment of science, institutions previously stable, plurality and democracy.

**Keywords:** reason, democracy, Cybernetic Era, disinformation, post-truth.

## SUMÁRIO

|                                                                                                       |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>                                                                             | <b>11</b>  |
| <b>2 RAZÃO – PILAR DA MODERNIDADE ESQUECIDO NO PASSADO?.....</b>                                      | <b>15</b>  |
| <b>2.1 Revolução Francesa – a ruptura com o passado “sombrio” .....</b>                               | <b>18</b>  |
| <b>3 A EMERGÊNCIA DA ERA CYBERNÉTICA – REVOLUÇÕES TECNOLÓGICAS DO SÉCULO XX .....</b>                 | <b>23</b>  |
| <b>3.1 A técnica e a tecnologia – lados da mesma moeda? .....</b>                                     | <b>31</b>  |
| <b>3.2 O século XX – as invenções que impulsionaram o fenômeno das tecnologias digitais.....</b>      | <b>35</b>  |
| <b>3.3 A ideologia californiana e o Vale do Silício .....</b>                                         | <b>40</b>  |
| <b>4 O ACESSO À INFORMAÇÃO DEMOCRATIZA? UMA ABORDAGEM SEMÂNTICA DA INFORMAÇÃO .....</b>               | <b>46</b>  |
| <b>4.1 O multiverso dos dados – dataficação e dataísmo .....</b>                                      | <b>51</b>  |
| <b>4.2 A desordem informacional – tipos, fases e elementos .....</b>                                  | <b>55</b>  |
| <b>4.3 Desinformação – conceito antigo, novas roupagens .....</b>                                     | <b>62</b>  |
| <b>5 CYBERCULTURA – SOCIEDADE DO ESPETÁCULO, REDES SOCIAIS E DESORIENTAÇÃO.....</b>                   | <b>67</b>  |
| <b>5.1 A ilusão da neutralidade e a opacidade .....</b>                                               | <b>68</b>  |
| <b>5.2 A Modernidade líquida e o imediatismo .....</b>                                                | <b>72</b>  |
| <b>5.3 A sociedade do espetáculo, a atenção e o individualismo.....</b>                               | <b>76</b>  |
| <b>5.4 Câmaras de eco e a teoria da espiral do silêncio.....</b>                                      | <b>78</b>  |
| <b>5.5 A “pós-verdade”, as crenças pessoais e a racionalidade .....</b>                               | <b>82</b>  |
| <b>6 TENSÃO ENTRE A CYBERCULTURA E A DEMOCRACIA: PERSPECTIVAS SOBRE O RACIONALISMO E A ÉTICA.....</b> | <b>87</b>  |
| <b>6.1 As redes sociais e a disputa de narrativas – A política do nós contra eles .....</b>           | <b>88</b>  |
| <b>6.2 O extremismo e o fundamentalismo na Cybercultura – o desgaste do debate público.....</b>       | <b>92</b>  |
| <b>6.3 O fenômeno da desintermediação e a desconfiança nas instituições .....</b>                     | <b>99</b>  |
| <b>6.4 A razão e a ética no contexto da Era Cybernética.....</b>                                      | <b>107</b> |
| <b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                    | <b>118</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                              | <b>121</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O presente texto é resultado da pesquisa de mestrado que se intitula *Estado, razão e ética na era da “informação”: tensão entre a cybercultura e a democracia*. Por meio desta pesquisa, buscamos analisar como as estratégias de desinformação e o fenômeno da pós-verdade afetam um dos principais pilares da Modernidade, a razão, e, conseqüentemente, desgastam o debate público, uma das bases para o modelo de democracia praticado hoje, a democracia representativa. Destacamos que o debate sobre a razão e a ética são centrais para compreensão da nova ordem social, econômica e cultural, que resultou na emergência da Era da “Informação”. Explicamos que utilizamos aspas na palavra informação no título a fim de destacar que, apesar de termos acesso à informação – e em alguns países nem sequer é possível estabelecer esse acesso – não significa que estamos informados e antenados.

O entusiasmo com o novo universo dos aparelhos digitais se transformou em pesadelo, pois o volume de conteúdos e a rapidez com que as informações são reproduzidas provocaram um efeito contrário do desejado, isto é, a desorientação. A promessa de emancipação da ideologia californiana não foi cumprida, visto que nos tornamos cada vez mais dependentes dos aparatos tecnológicos que nos circundam. Nesse sentido, a Era da “Informação” não *dá forma* a nada, ela *desinforma*. Isso posto, enfatizamos que a literatura sobre danos causados pelas tecnologias da informação e comunicação à democracia é extensa. Todavia, entendemos que é imprescindível abordar a “herança” da Modernidade, a razão como fonte para a tomada de decisões e liberdade, dando forma às leis éticas que constituem o Estado de Direito de forma a garantir os direitos humanos e fundamentais através da imposição de limites e determinação de ações do Estado, procurando assegurar o interesse público e evitar a tirania dos governantes.

Nesse ponto, é oportuno citar a leitura sobre Kant de Karine Salgado, que destaca: “Para Kant, a legislação deve ser expressão de razão. Quanto mais racional, mais ela garante a liberdade dos indivíduos”.<sup>1</sup> O que observamos nos dias de hoje, no entanto, é uma inversão. As instituições democráticas são constantemente ameaçadas, devido a uma estratégia intensa de orientação que não apenas afeta nossas relações e a ideia de público, como também afeta as nossas próprias características como seres humanos a partir da desvalorização do conhecimento e do isolamento provocado pelas redes sociais, que buscam sustentar seu monopólio sobre os setores econômicos por vias políticas. Para alcançar isso, esses monopólios atacam a própria política, disseminando desinformação a partir de narrativas distorcidas da realidade que apelam

---

<sup>1</sup> SALGADO, Karine. *A paz perpétua de Kant – atualidade e efetivação*. Belo Horizonte: Mandamentos, Faculdade de Ciências Humanas/FUMEC, 2008, p. 113.

ao medo e, destarte, provocam o medo, e, principalmente, estabelecem um poder político que é amigável e passivo à hegemonia construída por estas empresas, conhecidas como Big Techs.

Esclarecemos que a abordagem aplicada para alcançar o propósito desta pesquisa é baseada no enfoque interdisciplinar e macrofilosófico<sup>2</sup>, isso porque o tema tem uma natureza complexa. Sobre isso, ressaltamos que o assunto tratado aqui que diz respeito não apenas à área dos cientistas da computação e outros que trabalham no ramo da tecnologia, em sentido técnico-científico, mas também aos fenômenos sociais, culturais, econômicos, biológicos (destaca-se o campo da neurociência) e relacionais. A falta de integração entre áreas de conhecimento “de humanas” e “de exatas” por muito tempo pode ter reforçado o sentimento de desorientação. A realidade é muito complexa para “parcelarmos” em tantos pequenos pedaços. Lippmann<sup>3</sup> argumenta que a pessoa humana utiliza de representações e símbolos para assimilar a realidade, tendo em vista sua proporção e complexidade. Para exemplificar, apresentamos abaixo algumas indagações interessantes a respeito da forma como construímos nossas opiniões.

Quem na verdade disse, ouviu, sentiu, contou, nomeou algo, sobre o que você tem uma opinião? Foi este o homem que lhe contou ou o homem que contou a ele, ou algum outro bem distante? E quanto ele foi autorizado a ver? Quando ele lhe informa que a França pensa isso ou aquilo, que parte da França ele observou? Como ele conseguiu observá-la? Onde ele estava quando observou? Com que franceses ele foi autorizado a conversar, que jornais leram, e onde eles souberam o que eles disseram?<sup>4</sup>

As limitações sobre as informações que nos chegam demonstram o enorme desafio de distinguir o que é real e verdadeiro do que é falso. Não buscamos ser pretensiosos a ponto de afirmar que a razão resolverá esse dilema. A realidade é complexa por si só. Adicionando a dose das tecnologias da informação e comunicação, os meios de manipular e distorcer a realidade são ainda mais diversificados e, portanto, somos submetidos a um estado de extrema entropia.<sup>5</sup> Considerando isso, este presente trabalho busca conectar o mundo filosófico e sociológico ao mundo cibernético, abordando fenômenos da neurociência e da psicologia em momentos em que se tornam necessários para complementar os argumentos apresentados. Para cumprir essa tarefa, este texto é organizado em cinco capítulos, que resumidamente apresentamos a seguir.

---

<sup>2</sup> MAYOS SOLSONA, Gonçal; REMOTTI, José Carlos; MOYANO DÍAZ, Yanko (Eds.). *Interrelación filosófico-jurídica multinivel: estudios desde la interconstitucionalidad, la interculturalidad y la interdisciplinariedad para un mundo global*. Barcelona: Linkgua Ediciones, 2024.

<sup>3</sup> LIPPMANN, Walter. *Opinião pública*. Tradução e prefácio de Jacques A. Wainberg. Petrópolis: Vozes, 2008.

<sup>4</sup> *Ibid.*, p. 52-53.

<sup>5</sup> Explicamos que a entropia é uma função termodinâmica que mede o nível de desordem de um sistema. A literatura a respeito das transformações cibernéticas transpõe esse conceito para tratar dos sistemas digitais de alta entropia (desordem, caos).

No capítulo *Razão – pilar da modernidade esquecido no passado?*, buscamos resgatar a ideia de razão, em especial, a partir de uma perspectiva do racionalismo moderno, um dos pilares dessa época, que se constituiu em um dos motivadores para a Revolução Francesa, a qual rompeu com o Antigo Regime e estabeleceu uma nova ordem social baseada nessa concepção. Para isso, recorreremos, principalmente, as obras de Descartes, Kant, Joaquim Salgado, Karine Salgado e Marilena Chauí. Além disso, analisamos a Revolução Francesa e a tendência ocidental de negar o passado, que permitiu à civilização ocidental o desenvolvimento de um sentimento de superioridade e autoafirmação.

Em seguida, no capítulo *A emergência da era cybernética – revoluções tecnológicas do século XX*, realizamos o resgate histórico do desenvolvimento da cybernética, que desencadeou invenções como internet, computação e inteligência artificial (IA). O século XX, marcado por Duas Grandes Guerras e pela Guerra Fria, foi também o século das grandes invenções cybernéticas, uma vez que havia disponível amplos financiamentos do Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América (EUA) e de centros de pesquisas das universidades da Califórnia, local onde as Big Techs se estabeleceram. As contribuições de instituições do Estado e da academia foram fundamentais para o desenvolvimento e a difusão de conhecimentos, embora essas instituições estejam sobre ataque recentemente. Ainda neste capítulo, apresentamos e levantamos questionamentos sobre a ideologia californiana, mito que surge no final do século passado e até os dias de hoje continua demandando espaço.

Feito esse apanhado histórico sobre os avanços tecnológicos, no capítulo *O acesso à informação democratiza? uma abordagem semântica da informação*, levantamos conceitos relevantes para esta pesquisa, sobretudo, para sustentar a ideia de que não vivemos uma Era da “Informação”. Nessa direção, procuramos analisar tanto o próprio sentido do termo informação, quanto buscamos definir a ideia de desinformação, como a negação da informação. No âmbito dessa discussão, os dados, o dataísmo e a dataficação são discussões que seguem o assunto sobre informação e, posteriormente, abordamos também o conceito de desordem informacional de Wardle e Derakhshan<sup>6</sup>, com o objetivo de explicar o motivo pelo qual não utilizamos as distinções propostas pelos autores entre desinformação, informações falsas e informações maliciosas, mas optamos pelo conceito de desinformação.

No capítulo seguinte, intitulado *Cybercultura – sociedade do espetáculo, redes sociais e desorientação*, propomos algumas reflexões a respeito dos principais elementos que

---

<sup>6</sup> WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. *Desordem informacional: para um quadro interdisciplinar de investigação e elaboração de políticas públicas*. Tradução de Pedro Caetano Filho e Abílio Rodrigues. Campinas, UNICAMP: Centro e Lógica, Epistemologia e História da Ciência, 2023.

caracterizam a Era Cybernética como uma modernidade líquida: a suposta neutralidade e a opacidade, o imediatismo, a espetacularização e o individualismo. Além disso, tratamos de fenômenos provocados pelas redes sociais, como a câmara de eco e os filtros algorítmicos. A partir dessas discussões, conceituamos pós-verdade, ainda que não consideremos esta a melhor denominação para este período histórico (é possível considerarmos que, no período anterior, imperava a verdade?) por ter relação com a questão da desvalorização da razão e da ética.

No capítulo *Tensão entre a cybercultura e a democracia – perspectivas sobre o racionalismo e a ética*, discutimos a tensão entre cybercultura e democracia, analisando o desmoronamento dos espaços públicos de debate e da política. Apresentamos alguns fenômenos que podem ter causado o processo de desmoronamento, bem como a crise da democracia representativa e do Estado Democrático de Direito – a desconfiança nas instituições e a desintermediação –, de forma a constituir um Estado Poiético, em que o poder econômico busca se estabelecer como poder político a partir dos movimentos extremistas e fundamentalistas que sustentam posições conservadoras e neoliberais. Frisamos que a ausência de leis e a desvalorização do conhecimento e da razão proporcionam o terreno fértil e ideal para a manutenção desse poderio, que não compreende o que é soberania estatal.

Por fim, esclarecemos que, a partir das reflexões apresentadas neste trabalho, buscamos resgatar princípios e diretrizes tão caras à democracia, como a ética e a razão como bases para a ação política, que estão sendo substituídas pelo medo e pela desumanização dos diferentes. A Modernidade quis tanto ser moderna<sup>7</sup> que despertou os mais antigos hábitos e pensamentos.

---

<sup>7</sup> SALGADO, Karine. Ainda a modernidade. In: SALGADO, Karine; HORTA, José Luiz Borges. *Razão e poder: (re)leituras do político na filosofia moderna*. Belo Horizonte: Initia Vita, 2018.

## 2 RAZÃO – PILAR DA MODERNIDADE ESQUECIDO NO PASSADO?

*Mas o que é que sou então? Uma coisa que pensa. O que é uma coisa que pensa? Isto é uma coisa que duvida, que concebe, que afirma, que nega, que quer, que não quer, que imagina também e que sente.*

(Descartes, 2005)

Na cultura ocidental, a etimologia da palavra razão possui duas origens, uma latina e outra grega. Por um lado, em latim, razão vem de *ratio*, assumindo vários significados, como: “cálculo”, “medida”, “conta” ou “regra”. É o particípio passado do verbo *reor*, que remete a “pensar”, “julgar” ou “considerar”. Sua origem grega, por outro lado, se relaciona com a palavra *logos*, do verbo *legein*, apresentando o sentido de “contar”, “reunir”, “juntar” e/ou “calcular”. Nesse sentido, suas raízes apresentam ideias semelhantes. Analisando as origens etimológicas da palavra razão, Marilena Chauí elabora sua definição da seguinte maneira:

[...] *logos*, *ratio* ou razão significam pensar e falar ordenadamente, com medida e proporção, com clareza e de modo compreensível para outros. Assim, na origem, razão é a capacidade intelectual para pensar e exprimir-se correta e claramente, para pensar e dizer as coisas tais como são. A razão é uma maneira de organizar a realidade pela qual esta se torna compreensível. É, também, a confiança de que podemos ordenar e organizar as coisas porque são organizáveis, ordenáveis, compreensíveis nelas mesmas e por elas mesmas, isto é, as próprias coisas são racionais.<sup>1</sup>

Nesse sentido, Chauí<sup>2</sup> une duas perspectivas de razão abordadas em sua obra: a razão objetiva (a realidade é racional em si mesma) e a razão subjetiva (a razão é uma capacidade intelectual e moral dos seres humanos). Outra conceituação apresentada pela filósofa considera que a razão é a consciência moral que observa as paixões, orienta a vontade e oferece finalidades éticas para a ação. Além disso, destacamos que, em uma das passagens de Aristóteles<sup>3</sup>, o autor afirma que o homem é um ser social por natureza, caso contrário, apenas uma pessoa de natureza vil ou superior ao homem procuraria viver isoladamente. Os irracionais, de outro modo, constituem meros agrupamentos formados pelo instinto, pois o homem é o único animal que possui razão. Com isso, o filósofo associa a razão às ideias de bem e mal, justo e injusto.

<sup>1</sup> CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000, p. 71.

<sup>2</sup> *Ibid.*

<sup>3</sup> ARISTÓTELES, 1965 *apud* DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do estado*. 33ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Em 1637, Renée Descartes<sup>4</sup>, conhecido como o “fundador da filosofia moderna” ou como o “pai da matemática moderna”, publicou sua obra *O discurso do método*. No texto, ele busca debater o que é a verdade a partir de suas viagens e seu contato com outras perspectivas. Descartes isola-se para que nada perturbasse a sua reflexão, tendo concluído que seguiria apenas a sua própria razão. Com isso, o filósofo propõe o seu método, que consiste em quatro preceitos: (I) nunca receber coisa alguma como verdadeira, desde que não se evidenciasse como tal, sem conclusões precipitadas de modo que não se tenha dúvidas a respeito do assunto; (II) dividir as dificuldades que teria que examinar no máximo de parcelas possível para melhor compreendê-las; (III) conduzir, por ordem, os seus pensamentos, começando por objetivos mais simples e fáceis de serem conhecidos, pouco a pouco, até o conhecimento dos mais complexos, supondo certa ordem mesmo àqueles que não precedem naturalmente uns aos outros; e (IV) fazer enumerações completas e revisões gerais para se assegurar de nada haver omitido. Em conclusão, para ele, a solução é o cultivo da razão, que estabelece como princípio a máxima mais conhecida do autor: penso, logo existo. Isto é, só se apreende a existência pelo pensamento.

Sobre o pensamento kantiano, Karine Salgado e Philippe Almeida relatam que o filósofo entende que a “[...] lei moral, lei universalmente válida porquanto expressão da razão, é *factum* da razão e o homem toma imediata consciência dela”.<sup>5</sup> Dessa maneira, a moral explicita conceitos indispensáveis ao Direito, sendo que este diz respeito à liberdade na sua forma exterior, na relação com os outros. Destacamos que, “Evidentemente, quando a moral trata da conduta humana, ela não pode desconsiderar o outro e a conexão que se estabelece entre aquele que age e aquele a quem é dirigida a ação”, apesar de centrar-se no sujeito que age.<sup>6</sup>

A liberdade é tema central de toda a ética humana.<sup>7</sup> A liberdade, por sua vez, é o ponto central do pensamento kantiano, que se revela como autonomia, isto é, a capacidade do indivíduo de se autodeterminar e ser legislador de si mesmo. Só é livre o indivíduo que se determina por meio de sua razão, sem influência do sensível.<sup>8</sup> Pela capacidade de se autolegislar e ser racional, o homem adquire um valor inestimável e, assim, Kant afirma que não tem preço, mas, sim, dignidade.<sup>9</sup> Joaquim Carlos Salgado avalia que a liberdade nos dá noção de bem.

---

<sup>4</sup> DESCARTES, Renée. *O discurso do método*. Prefácio e tradução de João Cruz Costa. Rio de Janeiro: Tecnoprint Gráfica, 1969.

<sup>5</sup> SALGADO, Karine; ALMEIDA, Philippe O. Kant entre Republicanismo e Liberalismo. In: SALGADO, Karine; HORTA, José Luiz Borges. *Razão e poder: (re)leituras do político na filosofia moderna*. Belo Horizonte: Initia Vita, 2018, p. 302.

<sup>6</sup> *Ibid.*, p. 303.

<sup>7</sup> SALGADO, 2008.

<sup>8</sup> *Ibid.*

<sup>9</sup> *Ibid.*

Não é possível encontrar o bem senão no ser livre. Mesmo no caso do bem ontológico (Aristóteles) em que a carência é o mal, e a perfeição, o bem. Mas só se valora o bem e o mal a partir da razão, que tem como parâmetro a liberdade. O que veda a liberdade é o mal. O termo que Aristóteles usa para designar a ação ética, como livre, é *pratein*; daí, razão prática. A ação ética segue-se a uma deliberação (*proairesis*), livre, com vistas ao bem ético, cujo momento final é o político.<sup>10</sup>

De acordo com Salgado<sup>11</sup>, o *ethos* existe no ponto de vista racional e é característica da liberdade do homem. A ética, assim, se manifesta no Direito por meio da ordenação jurídica de um Estado. De forma semelhante, Karine Salgado explica que Kant entende que

[...] a legislação deve ser expressão de razão. Quanto mais racional, mais ela garante a liberdade dos indivíduos. A idéia do direito como expressão de razão e, portanto, garantidor da liberdade, embora não se dê em sua plenitude na realidade, deve servir como regra, como modelo para o direito empírico. Ora, a proximidade do direito empírico em relação ao direito ideal é responsabilidade dos cidadãos que põem um direito como válido dentro de um determinado Estado.<sup>12</sup>

Kant divide seu pensamento em razão pura e razão prática. Para Karine Salgado<sup>13</sup>, o filósofo realiza uma crítica ao uso da razão no sentido especulativo e no sentido prático. Em seu uso especulativo, “nada pode a razão livre da experiência, ou seja, ela não é capaz, sozinha, de construir conhecimento”<sup>14</sup>. Esse fator entende a razão como ideia. Inversamente, o seu uso prático tem capacidade de se autodeterminar, “é capaz de determinar a regra do agir livre de qualquer influência do sensível”<sup>15</sup>, ou seja, do mundo tangível. De maneira semelhante, destacamos o seguinte trecho: “Padre Vaz vai além, ao afirmar que a Ideia é uma força propriamente do campo etéreo, do extra sensível, do mundo onde a alma se liberta dos enganos do sensível, um mundo onde o brilho da razão que emana na forma da ideia se liberta e se reproduz sem barreiras ou preconceitos”.<sup>16</sup> Pressupõe-se com base nas passagens que a relação entre razão, liberdade, ética, moral e legitimidade são aspectos associados ao Estado de Direito.

De acordo com Joaquim Carlos Salgado<sup>17</sup>, desde a Revolução Francesa, o que caracteriza o Estado de Direito é a legitimidade, que é uma das justificativas para estabelecer a forma de poder político e se refere à sua origem. A técnica com o que o poder se exerce é a

<sup>10</sup> SALGADO, Joaquim Carlos. O Estado Ético e o Estado Poiético. *Revista do Tribunal de Contas de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 37-68, abr./jun. 1998, p. 3.

<sup>11</sup> *Ibid.*

<sup>12</sup> SALGADO, 2008, p. 113.

<sup>13</sup> *Ibid.*

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 19.

<sup>15</sup> *Ibid.*, p. 19.

<sup>16</sup> HORTA, José Luiz Borges; FREIRE, Thales Monteiro; SIQUEIRA, Vinicius de. Ideia, razão e história – sobre a dialética do ideal. In: TASSINARI, Ricardo P.; BAVARESCO, Agemir; MAGALHÃES, Marcelo Marconato (Orgs.). *Hegel e a contemporaneidade*. Porto Alegre: Fundação Fênix, 2020, p. 146.

<sup>17</sup> SALGADO, 1998.

legalidade e o terceiro fator é a justiça ou o ético, que diz respeito à finalidade que é a realização da liberdade, que não corresponde à ideia de livre arbítrio, mas como autonomia, tal qual Kant. Sobre isso, o autor compreende que

A origem legítima do poder não está em um ser transcendente ao homem, mas nele mesmo, na vontade do povo, pelo seu consentimento, pela técnica com que o poder se exerce segundo procedimentos pré-estabelecidos, com o voto popular, as regras de decisão da maioria e de respeito à minoria, e pela finalidade, que volta a ser ética: a declaração e realização dos direitos fundamentais. A finalidade do poder é realizar o direito no seu todo e a partir do momento da constituição e estruturação do poder, pela declaração e realização dos direitos fundamentais.<sup>18</sup>

A Modernidade foi demarcada por movimentos como o humanismo, que trouxe a centralidade do homem como pressuposto ao invés da religião. Isso não significa um abandono da religião, no entanto, a instituição religiosa deixa de ser a fonte de legitimidade do poder político, por meio do Direito Divino dos Reis, e é substituída pelo contratualismo a partir da Revolução Francesa. Segundo Bonavides<sup>19</sup>, a democracia liberal e a democracia social partem do postulado único e essencial de organização social, referindo-se ao contrato social, que dá fundamento a toda a vida política, entendendo que a razão é o guia da convivência humana. As revoluções liberais, inspiradas no humanismo e na ideia de libertação contra a tirania dos Estados Absolutistas estabeleceram novos pilares como o racionalismo, o cientificismo e o liberalismo. Nesse sentido, a seguir, abordamos esse processo de inversão de valores atrelados à religião e à soberania dos reis em direção a uma sociedade liberal, uma tentativa clara de ruptura com o passado.

## 2.1 Revolução Francesa – a ruptura com o passado “sombrio”

A Revolução Francesa é um marco reconhecido do ponto de ingresso do homem na contemporaneidade.<sup>20</sup> A burguesia viu os movimentos que precederam a Revolução como oportunidade para se estabelecer como opção política após a derrocada do Estado Absoluto. O Terceiro Estado – como essa classe era chamada neste contexto – adquiriu vasta preponderância econômica após três séculos de florescente desenvolvimento material e profundas transformações nas relações de produção e na intensificação do comércio e da indústria,

---

<sup>18</sup> SALGADO, 1998.

<sup>19</sup> BONAVIDES, Paulo. *Ciência política*. São Paulo: Malheiros, 2017.

<sup>20</sup> HORTA, José Luiz Borges. *História do Estado de Direito*. São Paulo: Alameda, 2011.

conforme Bonavides.<sup>21</sup> Apesar de levantarem a bandeira sobre o poder do povo, uma das mais fortes reivindicações do movimento, no entanto, buscavam o domínio político.

A razão é o guia da Revolução Francesa, promovendo uma reconstrução social com base em critérios racionais.<sup>22</sup> A França tornou-se o primeiro grande exemplo de nacionalismo, fornecendo o vocabulário, os códigos legais, os modelos de organização técnica e científica e o sistema métrico de medidas para a maioria dos países.<sup>23</sup> “Seus exércitos partiram para revolucionar o mundo; suas ideias de fato o mudaram”.<sup>24</sup> A Revolução inaugurou a política liberal e radical-democrática, porém quem triunfa verdadeiramente é a burguesia, pois essa nova ordem impulsionou o capitalismo, sistema dominante até os dias de hoje.

Uma das palavras do vocabulário francês decorrente desse momento é contratualismo. Dallari<sup>25</sup>, nesse sentido, realiza uma análise sobre o estado de natureza e o estado civil. Sobre isso, enfatizamos que, por um lado, alguns filósofos entendem que existe uma natureza inerentemente humana que cria a sociedade, que nos impulsiona à vida comunitária. Por outro lado, os contratualistas entendem que o estado de natureza é anterior ao estado civil. O primeiro contratualista foi Thomas Hobbes<sup>26</sup>, em sua obra *Leviatã*, autor que compreende que os homens vivem, inicialmente, em estado de natureza, isto é, em uma situação de desordem que decorre da falta de um instrumento que reprima os sentimentos primitivos.

Esse estado de natureza é uma constante ameaça, pois os homens são naturalmente egoístas, agressivos e insaciáveis, provocando uma eterna guerra de todos contra todos. Todavia, a razão, em algum momento, fornece a direção até o contrato social e a mútua transferência de direitos. Apenas por meio desse ato racional que é possível estabelecer uma sociedade. Apenas um Estado forte, soberano, segundo Hobbes<sup>27</sup>, é capaz de fazer valer os ditames do contrato. Montesquieu<sup>28</sup> também entende que há um estado natural anterior à sociedade, contudo, ao contrário de Hobbes, acredita que nesse estado, os homens se sentem inferiores, não há elo com os outros e, nesse sentido, tendem a se unir em sociedade. Entretanto, não menciona um pacto anterior ao Estado, mas entende que deve existir um governo.

---

<sup>21</sup> BONAVIDES, 2017.

<sup>22</sup> DOBROWOLSKI, 1998 *apud* HORTA, 2011.

<sup>23</sup> HORTA, 2011.

<sup>24</sup> HOBBSAWN, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789-184*. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcus Penchel. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 71-72.

<sup>25</sup> DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do Estado*. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

<sup>26</sup> HOBBS, Thomas. *Leviatã: ou a matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Tradução de Rosina D'Angina. São Paulo: Ícone, 2000.

<sup>27</sup> *Ibid.*

<sup>28</sup> MONTESQUIEU, Charles Louis De. *O espírito das leis*. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

O mais famoso contratualista foi Rousseau<sup>29</sup>, que produziu a obra *O contrato social*. Como o próprio título indica, o filósofo aborda a questão do contrato social, como forma de dar legitimidade ao poder político. Ao contrário de Hobbes e semelhantemente a Montesquieu, ele acredita na predominância da bondade humana no estado de natureza. A sua forma de contratualismo exerceu influência direta no modelo adotado após a Revolução Francesa, afirmando a vontade geral como determinante do estabelecimento de uma sociedade civil. O povo é soberano no reconhecimento da igualdade como um dos objetivos fundamentais da sociedade, bem como na consciência de que existem interesses coletivos distintos dos interesses de cada membro da coletividade. A vontade geral diz respeito ao coletivo.<sup>30</sup> Ademais, Rousseau afirma que não é a natureza, mas, sim, a vontade e a razão que tendem ao estado civil. A vontade geral não é mera soma da vontade de cada indivíduo que compõe a sociedade, mas sua síntese.

Essa associação dos indivíduos, que passa a atuar soberanamente, sempre no interesse do todo que engloba o interesse de cada componente, tem uma vontade própria, que é a *vontade geral*. Esta não se confunde com uma simples soma das vontades individuais, mas é uma síntese delas. Cada indivíduo, como homem, pode ter uma vontade própria, contrária até à vontade geral que tem como cidadão. Entretanto, por ser a síntese da vontade de todos, a vontade geral é sempre reta e tende constantemente à utilidade pública.<sup>31</sup>

Dallari<sup>32</sup> observa que, mesmo não havendo atualmente autoproclamados adeptos do contratualismo, seus preceitos continuam tendo influência prática na ideia contemporânea de democracia. Essencialmente, o contrato social busca a origem da legitimidade do poder político. A Modernidade, nesse sentido, foi um momento de repensar e reconstruir, rompendo com o passado “sombrio” da Idade Média. Nas palavras de Karine Salgado,

A Modernidade [...] é talvez o momento em que essa cultura melhor revela sua natureza, suas características, suas fraquezas. Nela, tudo parece ampliado e sintetizado, talvez justamente por ter sido essa Modernidade dedicada a assumir e dialogar com o legado que lhe cabia de forma mais intensa que qualquer momento anterior ou posterior. Talvez também porque nela se vislumbra de forma nítida a autoconsciência, a percepção crítica de si mesmo aliada a uma consciência histórica que só poderia surgir a partir da afirmação do homem como arquiteto do seu destino.<sup>33</sup>

A Modernidade, como afirma a autora, quer ser moderna. Para isso, teve de “buscar o lastro na cultura que queria oxigenar, precisou se legitimar perante aquilo que negava, tirando

---

<sup>29</sup> ROUSSEAU, Jean Jacques. *Du contrat social ou principes du droit politique*. Amsterdam: Marc Michel Rey, 1762.

<sup>30</sup> DALLARI, 2016.

<sup>31</sup> *Ibid.*, p. 28-29, grifo do autor.

<sup>32</sup> *Ibid.*

<sup>33</sup> SALGADO, 2018, p. 8.

da sua negação, ou da produção recusada, seu sustento, sua força, sua fundamentação”.<sup>34</sup> A tentativa de se comparar com relação ao passado cria essa imagem de um passado “sombrio” e essa narrativa foi certa, pois estabeleceu em nós a impressão de que a Idade Média é mais antiga do que ela realmente é, no entanto, é o passado mais recente da Modernidade que a nega.<sup>35</sup> “Na Modernidade está a chave inefável que dá sentido à história dessa cultura e que explica perdas e ganhos do mundo contemporâneo. Enfim, entendê-la é entender a nós mesmos, é compreender a nossa realidade, nossos padecimentos, nossas limitações”<sup>36</sup>, ainda que não seja a única responsável por nossas frustrações atuais. Na Modernidade, a resposta possível é a metafísica do sujeito<sup>37</sup>, a partir da qual

[...] a filosofia precisará pensar o que é o homem, qual a sua essência e, portanto, qual é o seu lugar no mundo. Para essas questões, a filosofia moderna buscará resposta em um homem racional, portador de uma vontade livre. É a partir dele que o mundo se define. Ele é a referência determinante para todo o resto.<sup>38</sup>

Karine Salgado observa que a Modernidade rompe também com o Renascimento e o paradigma organicista, assumindo uma visão mecanicista, “calcada num racionalismo que pode assumir vestes de empirismo ou de racionalismo puro”.<sup>39</sup> O sujeito assume o protagonismo e inverte o caminho natural do pensamento investigativo e reflexivo, como nota Karine Salgado, traçado a partir da natureza, do físico ao metafísico. O sujeito, como em Descartes, é o ponto de partida para, só então, caminhar-se para a verdade no mundo objetivo.<sup>40</sup> Para concluir essas reflexões sobre a Modernidade, destacamos a seguinte passagem: “Se pudéssemos perscrutar o íntimo do Ocidente e dizer alguma coisa sobre ele, diríamos que ele padece de falta de autoconfiança e compensa isso com excesso de autoestima”<sup>41</sup>.

A cultura ocidental marca sua identidade a partir de uma absoluta ausência de humildade e de uma convicção de certeza, verdade e regra para o mundo. Contudo, sempre se encontra na necessidade de prestar contas ao seu passado. Ao propor algo novo, sempre adiciona um gosto do passado.<sup>42</sup> O risco de negar o passado e não saber confrontá-lo é exatamente esse. Ao negar a história que nos constituiu, ainda que queiramos romper com ela, estamos

---

<sup>34</sup> SALGADO, 2018, p. 8-9.

<sup>35</sup> *Ibid.*

<sup>36</sup> *Ibid.*, p. 9.

<sup>37</sup> SALGADO, Joaquim Carlos. *A ideia de justiça no período clássico ou da metafísica do objeto: igualdade*. Belo Horizonte: Del Rey, 2018.

<sup>38</sup> SALGADO, 2018, p. 10.

<sup>39</sup> *Ibid.*, p. 9.

<sup>40</sup> LIMA VAZ, 1999 *apud* SALGADO, 2018.

<sup>41</sup> SALGADO, 2018, p. 7.

<sup>42</sup> *Ibid.*

fadados a vivê-la novamente, mesmo que em uma configuração diferente. É justamente isso que podemos observar atualmente. Entramos em uma era em que essa tão sonhada coletividade, a vontade geral e a subjetividade deixa de ser uma questão. Estamos em uma ordem ultraconservadora em um mundo completamente transformado pelas constantes inovações no campo tecnológico. O medo do controle do Estado acabou se tornando um controle em que tacitamente estamos nos submetendo diariamente – o universo das plataformas, por meio de seus termos de uso confusos e pouco transparentes.

Postas essas reflexões, no próximo capítulo, resgatamos um pouco da História que nos levou até essa nova ordem econômica e social, baseada em dados digitais, que constantemente promove desorientação, revisionismo histórico e ruptura com as instituições democráticas e com o espaço público.

### 3 A EMERGÊNCIA DA ERA CYBERNÉTICA – REVOLUÇÕES TECNOLÓGICAS DO SÉCULO XX

*Where laughter is never heard  
And voices are only read  
we are so desperate to feel  
that we hope our Technologic can reverse\* the  
universe  
until the screen touches us back  
and maybe one day it will  
when our technology is advanced enough ...  
to make us human again.*

(Jones, 2011)

No capítulo anterior, realizamos uma reflexão sobre a razão sob a perspectiva moderna. Neste presente capítulo, analisamos as revoluções tecnológicas que aconteceram a partir do desenvolvimento da cibernética, da robótica e da internet. O campo da comunicação passa por mudanças significativas, transformando o tecido social, econômico e cultural. A sociedade atual apresenta uma nova forma, que para Castells pode ser chamada de sociedade em rede.

Vivemos em tempos confusos, como muitas vezes é o caso em períodos de transição entre diferentes formas de sociedade. Isso acontece porque as categorias intelectuais que usamos para compreender o que acontece à nossa volta foram cunhadas em circunstâncias diferentes e dificilmente podem dar conta do que é novo referindo-se ao passado. Afirmo que, por volta do final do segundo milênio da Era Cristã, várias transformações sociais, tecnológicas, econômicas e culturais importantes se uniram para dar origem a uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede [...].<sup>1</sup>

A comunicação, então, passa pela transformação dos meios de comunicação de massa tradicionais: a televisão, os jornais e as revistas, mediados pela imprensa, se desenvolvendo em redes horizontais de comunicação, e organizados em torno da internet e da comunicação sem fio. Castells<sup>2</sup> afirma que essas transformações na comunicação também originaram mudanças culturais fundamentais à medida em que o ambiente virtual foi se tornando uma dimensão essencial da nossa realidade. É importante destacar o posicionamento do autor a respeito da virtualidade e da realidade, que são frequentemente tratados, equivocadamente, como opostos. Entendemos que o virtual também é real na mesma concepção do autor. O que acontece online tem impactos em nossas existências “físicas”, “corpóreas” e “tangíveis”.

O contexto em que vivemos hoje pode ser descrito a partir da elaboração de diferentes concepções a depender do/a autor/a e do campo de conhecimento. Conceitos como capitalismo

<sup>1</sup> CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2023, p. 11.

<sup>2</sup> *Ibid.*

informacional<sup>3</sup>, capitalismo de vigilância<sup>4</sup>, capitalismo de plataformas<sup>5</sup> e tecnofeudalismo<sup>6</sup> são algumas concepções propostas e dizem respeito a uma transformação no campo da economia. De outro modo, com base em uma perspectiva de governança, apresentamos o termo governamentalidade algorítmica<sup>7</sup>. Também existem alguns conceitos que enfatizam o tempo histórico, como podemos observar no caso de denominações como era digital, era cybernética<sup>8</sup>, era da informação/informacional, entre outros termos que se popularizaram.

Observamos que não há um consenso sobre o período histórico atual em que vivemos, embora seja possível realizar interseções entre as ideias desenvolvidas pelos/as autores/as. Em certa medida, podemos depreender que isso decorre da própria característica dessa “nova era” em que o imediatismo e a praticidade ganham maior espaço. Nesse contexto, a proposição de Castells sobre a sociedade em rede merece destaque. Segundo ele,

[...] embora as redes sejam uma antiga forma de organização da experiência humana, as tecnologias digitais de formação de redes, características da Era da Informação, alimentaram as redes sociais e organizacionais, possibilitando sua infinita expansão e reconfiguração, superando as limitações tradicionais dos modelos organizacionais de formação de redes quanto à gestão da complexidade de redes acima de uma certa dimensão. Como as redes não param nas fronteiras do Estado-nação, a sociedade em rede se constituiu como um sistema global, renunciando a nova forma de globalização característica do nosso tempo.<sup>9</sup>

O autor adverte que, apesar de ser um movimento global em que todos sentiram seus efeitos, a ideia de igualdade social entre os territórios é algo ilusório. O desenvolvimento tecnológico é exclusivo, induzindo a uma geografia de desigualdade social, econômica e tecnológica.<sup>10</sup> Outra transformação que pode ser associada ao contexto cybernético é a perda gradual da capacidade dos Estados-nação de controlar os fluxos globais, poder que se constitui como uma das principais heranças da Modernidade.<sup>11</sup> Porém, em contraponto a esse argumento, devemos sublinhar que, ainda na Modernidade, não é possível declarar que todos os Estados-

---

<sup>3</sup> CASTELLS, 2023.

<sup>4</sup> ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

<sup>5</sup> SRNICEK, Nick. *Platform capitalism*. Cambridge: Polity Press, 2017.

<sup>6</sup> DURAND, Cédric. *Téchno-féodalisme: la critique de l'économie numérique*. Paris: La Découverte, 2020.

<sup>7</sup> ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. *La gouvernamentalité algorithmique: le disparate comme condition d'individuation par la relation? Réseaux*, [S. l.], n. 177, p. 163-196, 2013.

<sup>8</sup> Também pode ser denominada era cybernética, na forma apresentada por Brochado (2023), que retoma a ideia de *cyber*, palavra de origem grega que foi utilizada para denotar *governo* ou *comando*. Cf.: BROCHADO, Mariah. *Inteligência artificial no horizonte da Filosofia da Tecnologia: técnica, ética e direito na era cybernética*. São Paulo: Dialética, 2023.

<sup>9</sup> CASTELLS, 2023, p. 12.

<sup>10</sup> *Ibid.*

<sup>11</sup> *Ibid.*

nação possuíam o poder de controlar seus fluxos. Os impérios que se tornaram Estados-nação ainda possuíam vantagens sobre os territórios que colonizaram, sendo estes últimos reduzidos à condição de dependência. Entretanto, é possível dizer dos efeitos dessas transformações na ideia de soberania. Como se portam os Estados-nação diante das rápidas transformações advindas das tecnologias de informação e comunicação? É possível dizer que, hoje, a soberania das nações é capaz de impor limites sobre o poder das chamadas Big Techs?

As redes horizontais sem fio que geram uma comunicação interativa não podem ser conhecidas como mídias tradicionais. Há o que se questionar, além disso, o fato de ser uma mídia de massa, uma vez que essa ideia de “massa” pode ser compreendida de diferentes maneiras. Atualmente, existem teorias que se debruçam sobre a ideia de tribos digitais, ao denotar a maneira com que os indivíduos se organizam em grupos, ou em bolhas sociais, que limitam a visão de um todo. As novas redes de comunicação são interativas, como é exemplificado no caso da World Wide Web, que nos permite compartilhar e trocar documentos em diversos formatos – texto, áudio, vídeo, software, enfim, tudo que pode ser digitalizado.<sup>12</sup>

Levando essas questões em consideração, destacamos que a concepção de tecnologia deriva da ideia de técnica. O fenômeno da técnica e o fenômeno da tecnologia como técnica pode ampliar a visão sobre as características dessa nova era cybernética. Explicamos que, nesta pesquisa, não usamos o termo “informacional” para definir esse período histórico em que estamos inseridos. Como será abordado mais à frente, consideramos como informação um conteúdo que dá forma a algo. Contudo, embora essa ideia possa ser associada às características da nossa era de acesso à informação, não é qualquer conteúdo produzido e divulgado nas mídias digitais que informa. Ao contrário, existem conteúdos que desinformam.

A invenção da escrita foi importante, pois impulsionou o formato de comunicação textual. Mais tarde, com a criação da prensa de Gutenberg, os meios de comunicação se tornaram mais acessíveis por meio da mecanização do processo de impressão de textos e livros completos. A compreensão da massificação dos meios de comunicação é um ponto que será analisado em seguida, visto que o conceito de “massa” pode variar de acordo com diferentes autores/as, apesar de ser possível estabelecer congruências entre os diferentes conceitos.

A ideia de “massa”, tal qual entendemos, hoje diz respeito às mídias de comunicação em massa, que expandiram a sua influência no século passado. A concepção de “massa” pode ser associada à ideia de “multidão” de origem latina *multitudo* (denota “grande número” ou “abundância”), que já era evocada nas reflexões acerca do lugar da multidão em relação à

---

<sup>12</sup> CASTELLS, 2023.

política e sobre os diferentes regimes políticos praticados – monarquia, aristocracia e democracia. Pietro Costa<sup>13</sup>, por exemplo, realiza uma abordagem histórica sobre como a democracia era percebida em suas diferentes fases e acerca das variadas formas que assumiu, refletindo sobre as formas de poder dos poucos, dos muitos e de todos.

A multidão ou *multitudo* nem sempre foi vista como benéfica para a manutenção da ordem e da paz nos territórios. A limitação do poder para os poucos, muitas vezes, se justificava pela associação da multidão ao desregramento, à irracionalidade, ao estado natural e, até mesmo, à bestialidade. Pierre d’Auvergne<sup>14</sup>, filósofo e teólogo da Escola de Sorbonne, argumenta que a atuação da *multitudo* pode ocorrer por meio da escolha direta dos cidadãos ou por meio da *acclamatio*, ou seja, do consenso a respeito da escolha operada por outros. Ele compreende como *multitudo* racional aquela que respeita o princípio da ordem e da diferença entre os componentes, o que indica que a hierarquia permanece em seu pensamento.

Na Modernidade, assim como no Medievo, a multidão não era bem vista. Nicole Oresme<sup>15</sup>, por exemplo, entende que, embora não seja bestial nem servil, a multidão pode mudar sua composição com o tempo e degenerar a ordem, tornando-se bestial ou servil e inclinando-se aos conflitos, podendo ser manipulada por sedutores. Marsílio de Pádua<sup>16</sup>, em contrapartida, não entende a multidão da mesma forma, mas sim como uma maneira de legitimar o poder político, como Maquiavel, embora este alerte que nem sempre a multidão possa ser confiável.

À desencantada observação e ao pessimismo antropológico de Maquiavel, as características da natureza humana se apresentam de modo praticamente uniforme no caso dos muitos como no caso dos poucos (*Comentários* 1.58.2). O povo dispõe de uma boa capacidade de julgamento, que para Maquiavel se traduz na percepção segura de quem são os melhores.<sup>17</sup>

A partir de reflexões do século XVI, na Inglaterra, John Fortescue<sup>18</sup>, na obra *De laudibus legum Angliae*, apresenta a ideia de um parlamento que representa a pluralidade de vozes, contudo, o controle dessa pluralidade é necessário para não haver degeneração tirânica da monarquia. Em *De republica Anglorum*, Thomas Smith<sup>19</sup> argumenta que o consenso do povo em relação ao poder político na República é benéfico para o regime. Nesse caso, o pensador

<sup>13</sup> COSTA, Pietro. *Poucos, muitos, todos*. Lições de História da Democracia. Tradução de Luiz Ernani Fritoli. Curitiba: UFPR, 2012.

<sup>14</sup> D’AUVERGNE, 1281 *apud* COSTA, 2012.

<sup>15</sup> ORESME *apud* COSTA, 2012.

<sup>16</sup> PADOVA, Marsilio da. *Il difensore della pace*. Torino: UTET, 1975.

<sup>17</sup> COSTA, 2012, p. 42, grifo do autor.

<sup>18</sup> FORTESCUE, John. *De laudibus legum Angliae*. Cambridge: J. Butterworth, 1825.

<sup>19</sup> SMITH, 1583 *apud* COSTA, 2012.

entende que esse consenso deve compreender os três estados da comunidade (*commonwealth*), levando em conta a situação inglesa e criticando regimes de algumas cidades italianas e do Rei da França, que representava o absolutismo monárquico.

Nesse sentido, na Modernidade, os regimes políticos que valorizavam a opinião de todos começam a ser defendidos, ainda que seja relevante destacar que existiam algumas limitações a respeito do que era tratado nesse contexto como “consenso do povo”. Um exemplo disso são os monarcômacos, que defendiam que o Rei está submetido às leis e, conseqüentemente, as leis estão submetidas ao povo, de acordo com a vontade de Deus. Ainda que os monarcômacos reconhecessem o papel do povo, o que era denominado de “multidão” era julgado com desconfiança, visto que havia restrições no que eles entendiam como “povo”.<sup>20</sup>

A História não ocorre de forma tão linear quanto somos capazes de processar e várias perspectivas convivem em diferentes épocas, portanto o papel e a visão da sociedade e, em especial, dos governantes sobre a “multidão” ou a “massa” pode seguir para os dois sentidos apresentados, como um aspecto positivo de legitimação, mas também como negativo devido ao desregramento e à entropia que podem ser gerados com essa conjugação de vozes. No âmbito dessa discussão, é impossível não abordar o pensamento de Rousseau<sup>21</sup> a respeito da “vontade geral” que aparece em sua teoria do contrato social para evidenciar a inversão que se propõe, a partir, principalmente, da Revolução Francesa a respeito do papel dos cidadãos para dar legitimidade a um poder político de um Estado.

Se, então, em razão do pacto social, encontrarmos opositores, sua oposição não invalida o contrato, somente impede que estejam nele incluídos: são estrangeiros entre os cidadãos. Quando o Estado é instituído, o consenso ocorre na residência; habitar o território significa submeter-se à sua soberania. Fora desse contrato primitivo, a voz de um maior número obriga todos os outros; é uma continuação do próprio contrato. [...] O cidadão consente a todas as leis, mesmo aquelas aprovadas contra a sua vontade, e até mesmo com aquelas que o punem quando ele ousa violar alguma delas. A vontade constante de todos os membros do Estado é a vontade geral; é por ela que eles são cidadãos e livres.<sup>22</sup>

Ressaltamos que a importância da opinião pública, da vontade dos cidadãos e o sucesso da Revolução nessa pauta relaciona-se também com a função da imprensa à época. O papel

<sup>20</sup> COSTA, 2012.

<sup>21</sup> ROUSSEAU, 1972.

<sup>22</sup> ROUSSEAU, 1762, p. 82, tradução nossa. Do original: “Si donc, lors du pacte social, il s’y trouve des opposants, leur opposition n’invalide pas le contrat, elle empêche seulement qu’ils n’y soient compris: ce sont des étrangers parmi les citoyens. Quand l’État est institué, le consentement est dans la résidence; habiter le territoire, c’est se soumettre à la souveraineté. Hors ce contrat primitif, la voix du plus grand nombre oblige toujours tous les autres; c’est une suite du contrat même. [...] Le citoyen consent à toutes les lois, même à celles qu’on passe malgré lui, et même à celles qui le punissent quand il ose en violer quelque une. La volonté constante de tous les membres de l’État est la volonté générale ; c’est par elle qu’ils sont citoyens et libres”.

desempenhado pelos jornais, panfletos e outros documentos escritos foi fundamental para divulgação dos movimentos que precederam a Revolução, influenciando leitores/as e ganhando seguidores/as e adeptos. Nessa direção, Gabriel Tarde<sup>23</sup> expõe que a Revolução marcou o surgimento do jornalismo e, por conseguinte, do público. Além disso, o autor menciona que clubes e reuniões nos cafés também tiveram um papel importante durante esse período, mas que o público era mais efeito do que causa das reuniões de cafés e dos salões.

Tarde<sup>24</sup> defende que o público não corresponde à massa ou à multidão. Ele argumenta que o público só começa a surgir a partir da invenção da imprensa (conhecida como prensa de Gutenberg, como já foi citado anteriormente). Há, nesse sentido, uma contradição, uma vez que o autor entende que a ideia de público surgiu após a Revolução Francesa, entretanto argumenta também que foi a partir da invenção da imprensa que a ideia de público teve suas origens. O que pode ser extraído é que a imprensa deu origem a esse conceito e a Revolução Francesa pode ter impulsionado a ideia, analisando de um ponto de vista da história ocidental.

A obra de Tarde busca diferenciar a palavra público (*public* na língua original) da palavra multidão (*foule* na língua francesa). O autor argumenta que o público é uma multidão dispersa, “onde a influência dos espíritos uns sobre os outros se tornou uma ação à distância, a distâncias cada vez maiores”.<sup>25</sup> Assim, o público é a coletividade puramente espiritual, “como uma disseminação de indivíduos fisicamente separados e em que a coesão é meramente mental”.<sup>26</sup> A Opinião, com inicial maiúscula, é considerada o resultante de todas as ações à distância ou de contato.<sup>27</sup> Já a multidão apresenta-se como algo animalesco.

Ora, a multidão, nisso, apresenta algo de animal. Não é ela um feixe de contágios psíquicos essencialmente produzidos por contatos físicos? Mas todas as comunicações de espírito a espírito, de alma a alma, não têm como condição necessária a proximidade entre os corpos. Cada vez menos essa condição é preenchida quando se desenham em nossas sociedades civilizadas as correntes de opinião. Não é na reunião de homens nas vias públicas ou na praça pública que nascem e se desenvolvem esses tipos de rios sociais, esses grandes impulsos que arrastam agora os corações mais firmes, as razões mais relutantes, e se fazem consagrar como leis ou decretos pelos parlamentos ou governos.<sup>28</sup>

O autor evidencia um fenômeno que, atualmente, tem gerado preocupações a respeito das mudanças referentes ao espaço público e à participação cidadã na política, tendo em vista

---

<sup>23</sup> TARDE, Gabriel. *L'opinion et la foule*. Paris: Félix Alcan, 1910.

<sup>24</sup> *Ibid.*

<sup>25</sup> *Ibid.*, p. 7.

<sup>26</sup> *Ibid.*, p. 9.

<sup>27</sup> *Ibid.*

<sup>28</sup> *Ibid.*, p. 9.

a influência das redes sociais na forma de pensar e agir das pessoas, principalmente em tempos de eleição. Esse fenômeno será avaliado a fundo posteriormente. No momento, o importante para o debate desse tópico é o conceito de multidão e, nesse caso, é quando começamos a entender multidão como massa. A invenção do rádio no final do século XIX e da televisão no início do século XX inauguraram os meios de comunicação de massa. Na leitura de Tarde<sup>29</sup>, a multidão ou a massa é menos coesa que o público. O público, segundo ele, é a “multidão espiritualizada”, visto que não é necessário haver contato para que haja influência.

No século XX, os debates a respeito da influência dos meios de comunicação de massa na opinião pública começaram a ganhar maior importância em obras de diferentes autores. Walter Lippmann<sup>30</sup> desenvolveu o conceito de Opinião Pública, argumentando que há várias “opiniões públicas” que modelam a Opinião Pública, grafadas com iniciais maiúsculas. Embora se concentre no conceito, o autor também explora a ideia de que a realidade é tão complexa que, para compreendê-la, o ser humano cria representações e símbolos do que interpretam sobre a realidade. Nesse sentido, ao recebermos uma notícia, podemos acreditar que ela representa a realidade, quando, na verdade, é apenas um recorte da realidade, interpretado pelos veículos de comunicação. Além disso, Lippman evidencia que é desafiador considerar uma mensagem, depois de distribuída, como falsa. Ele pontua que “A ficção é tomada como verdadeira porque a ficção é um mal necessário”.<sup>31</sup> Os analistas da opinião pública, nesse sentido, devem reconhecer “a relação triangular entre a cena da ação, a imagem humana daquela cena e a resposta humana àquela imagem atuando sobre a cena de ação”.<sup>32</sup>

Considerando o debate de Lippmann, notamos a complexidade do assunto. Os meios de comunicação de massa podem ser endereçados às massas, porém é necessário reconhecer que as massas não são amorfas e moldáveis por qualquer mídia. Essa questão é constatada também na obra de Lazarsfeld, Berelson e Gaudet<sup>33</sup>, *The people's choice*, em que apresentam o conceito de “fluxo de duas etapas” (*two-step flow*). Os autores explicam que conteúdos distribuídos pelas mídias de massa alcançam, inicialmente, os “líderes de opinião” (*opinion leaders*), que são usuários ativos responsáveis por coletar, interpretar e disseminar suas interpretações para consumidores menos ativos. Com isso, eles concluem que as mídias de massa têm influência limitada na opinião, ao contrário do que afirmam outros autores da mesma época.

---

<sup>29</sup> TARDE, 1910.

<sup>30</sup> LIPPMANN, 2008.

<sup>31</sup> *Ibid.*, p. 33.

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. 31.

<sup>33</sup> LAZARSFELD, Paul; BERELSON, Bernard; GAUDET, Hazel. *The people's choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign*. New York: Columbia University Press, 2021.

Os autores apresentaram essa conclusão após realizar uma pesquisa durante as eleições dos Estados Unidos de 1940, em que a maioria decidiu o seu voto em discussões com pessoas conhecidas, após estas pessoas argumentarem seu ponto de vista sobre o que viram nas campanhas eleitorais nos veículos de comunicação.<sup>34</sup> Nesse sentido, podemos considerar que existe a fonte da informação – que são as mídias (que, por sua vez, também apresentam a mensagem de forma resumida e, por vezes, incluindo os próprios vieses nas leituras) –, a fonte receptora, que são os usuários ativos e uma terceira fonte que são os consumidores menos ativos. Sendo assim, ao considerar o argumento de Lippmann, a leitura da cena da ação já passou por inúmeras interpretações antes de chegar na maioria das pessoas, o que demonstra que as mídias podem ter uma influência direta ou indireta, no entanto, difícil de mensurar.

O modelo de “fluxo de duas etapas” apresentado demonstra um fenômeno que, atualmente, é amplamente discutido ao tratar da influência das mídias digitais nas eleições, que é a desintermediação.<sup>35</sup> A desintermediação apresenta o argumento de que as pessoas estão cada vez mais priorizando os argumentos das pessoas próximas e “acessíveis” de que informações que são verificadas pela mídia tradicional. Há uma desconfiança generalizada nessas formas tradicionais de comunicação, em instituições que já se presumiam consolidadas, como a imprensa, pesquisas institucionais, entre outros veículos oficiais de informação.

Outra teoria da Ciência Política, que comunga com a obra de Lazarsfeld, Berelson e Gaudet<sup>36</sup>, diz respeito à teoria da espiral do silêncio, proposta por Noelle-Neumann<sup>37</sup> em que as massas possuem importância. O indivíduo apenas manifesta os seus pensamentos e opiniões caso não sejam conflitantes com o pensamento dominante, devido ao medo do isolamento social ou zombaria. Quando a opinião é minoritária, as minorias se calam, ao passo que os que pensam conforme a opinião dominante se manifestam com maior facilidade. Esse fenômeno pôde ser evidenciado na escalada autoritária que ocorreu no Brasil após as eleições de 2018, visto que havia um candidato à Presidência que estimulava o pensamento que, até então, estava adormecido, de um conservadorismo exacerbado. A partir de então, o discurso conservador, como de criminalização do aborto, de restrição de direitos à comunidade LGBTQIA+, entre outras pautas contrárias ao progressismo, ganharam mais força e os indivíduos que se identificavam com esses pensamentos começaram a verbalizar seus posicionamentos.

---

<sup>34</sup> LIPPMANN, 2008.

<sup>35</sup> INNERARITY, Daniel. *Politics after Indignation: possibilities and limits of direct democracy*. San Domenico de Fiesole: European University Institute, 2012.

<sup>36</sup> LAZARSFELD; BERELSON; GAUDET, 2021.

<sup>37</sup> NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. *The spiral of silence: public opinion – our social skin*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1984.

Após a revolução tecnológica que ocorreu do meio ao final do século XX e, ganhando maior força a partir de 1990 e se consolidando nos anos 2000 ao redor do mundo, a ideia de uma mídia de massa foi abandonada, pois iniciou-se a era das mídias digitais personalizadas para o usuário, conforme seu perfil de uso e interesses demonstrados online. A respeito do aspecto econômico, Castells<sup>38</sup> observa que a globalização com base em redes é liderada pelo setor da tecnologia da informação, cada vez mais organizado ao redor da internet, como fonte de novas tecnologias e *know-how* administrativo para a economia. O setor financeiro é a força motriz da formação de um mercado financeiro global conectado por aparelhos eletrônicos.

Cada um desses processos – isto é, o crescimento da produtividade com base em redes e a globalização com base em redes – é liderado por um setor específico: o setor da tecnologia da informação, cada vez mais organizado ao redor da internet, como fonte de novas tecnologias e *know-how* administrativo para toda a economia, e o setor financeiro como força motriz da formação de um mercado financeiro global eletronicamente conectado, a fonte suprema dos investimentos e da geração de valor para toda a economia.<sup>39</sup>

A fim de compreender essa virada, o tema abordado na subseção seguinte concentra-se no surgimento desses novos aparatos tecnológicos, dando ênfase aos primórdios dessas inovações tecnológicas que fazem parte do nosso cotidiano, os aparelhos digitais, a Inteligência Artificial e a internet. A grande capacidade de armazenamento de dados das máquinas digitais, aliada à invenção da internet e da Inteligência Artificial, tem provocado significativas transformações na sociedade.

### 3.1 A técnica e a tecnologia – lados da mesma moeda?

A técnica e a política; os humanos e os robôs; online e off-line; mundo real e mundo digital – estas são algumas dicotomias que podem ser usualmente tratadas isoladamente, como se fossem realidades distintas que não se afetam mutuamente. Contudo, estão intrinsecamente conectadas. Afinal, o mundo virtual não seria real? O que é chamado de “técnica” não influencia o fazer político? Os robôs não seriam uma tentativa de humanizar as máquinas à nossa semelhança? Nesse contexto, os campos de estudo em áreas como Ciência de Dados, Ciência da Computação, Sistemas de Informação e Cibernética, frequentemente, criam e utilizam uma linguagem própria que pode dificultar o entendimento de outrem. A despeito disso, o tempo atual nos alerta para a necessidade de romper com esse isolamento das

---

<sup>38</sup> CASTELLS, 2023.

<sup>39</sup> CASTELLS, 2023, p. 211, grifo do autor.

áreas de estudo e retomar o debate interdisciplinar acerca dos fenômenos associados às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC).

Os fatores históricos e civilizacionais não são isolados desse debate. Ao contrário, é necessário levá-los em conta para entender o contexto de ascensão dos dados como ativos importantes para as grandes corporações e os aspectos políticos envolvidos. Considerando esse quadro, Brochado<sup>40</sup>, na obra *Inteligência artificial no horizonte da Filosofia da Tecnologia*, traz uma importante reflexão a respeito da filosofia da técnica e sua centralidade para a compreensão do fenômeno da tecnologia na era cybernética. Não nos debruçamos sobre a questão da técnica (ou *téchne*, de origem grega que significa “arte” ou “ciência”), visto que a autora realiza essa tarefa em detalhes. No entanto, esta é uma discussão incontornável para compreender o fenômeno da tecnologia, por isso, nos apoiamos em alguns aspectos abordados por Brochado para ampliar a reflexão sobre o que chamamos de tecnologia a partir da ideia de técnica.

Como mencionado anteriormente, a palavra técnica, devido à sua origem grega, significa “arte” ou “ciência”. Na perspectiva de Aristóteles<sup>41</sup>, por exemplo, técnica é uma das disposições da alma ou uma forma de racionalidade, ou seja, a arte. Arte é a disposição que, acompanhada da razão (*logos*) dirige o produzir. O fim da técnica, nesse sentido, é o produto. Brochado<sup>42</sup> aborda três formas de razão: a razão poiética, voltada para produzir coisas, a razão fabricadora; a razão prática que é a forma de razão na qual se exprimem os fins morais do agir humano; e razão teórica ou demonstrativa que busca entender os fenômenos e dominá-los, formando as ciências. Ainda sobre a ação e a produção, a autora também as diferencia, de forma que a ação se exaure em si e não produz nenhum objeto diverso dela mesma, enquanto a produção dá lugar a um objeto que se distingue da própria ação, o produto. Sendo assim, a atividade de pensar como fazer segundo um comando do intelecto, ou seja, a técnica, é diferente do momento de executar, deixando-se guiar pela realidade (produção).<sup>43</sup> Segundo Brochado,

Se antes *tekhne* (ou *téchne*) significava o conjunto de procedimentos *empíricos* executados para alcançar determinados fins, na modernidade a palavra ganha mais um sentido: a técnica passa a ser também considerada como o conjunto de procedimentos que *aplicam* o conhecimento *científico* para a obtenção de resultados, o que nos levou, como veremos com Agazzi, a cientificizar a noção de técnica antiga. Por outro lado, os *meios* adotados para atingir resultados e a *atividade* humana de produção em si também geram confusão à precisa definição de técnica, o que Martin Heidegger toma

<sup>40</sup> BROCHADO, Mariah Brochado. *Inteligência artificial no horizonte da Filosofia da Tecnologia: técnica, ética e direito na era cybernética*. São Paulo: Dialética, 2023.

<sup>41</sup> ARISTÓTELES. *Éthique à Nicomaque*. Tradução de Jean Voilquin. Paris: Flammarion, 1992.

<sup>42</sup> BROCHADO, 2023.

<sup>43</sup> *Ibid.*

como um dado único na definição do *ser técnico*. No sentido por ele proposto, a palavra técnica é empregada tanto como o *meio* adotado para atingir fins quanto para indicar um *fazer* do homem, e essas noções não só se relacionam, como pertencem ao *ser da técnica*, cuja concepção ele chama *determinação instrumental e antropológica da técnica*.<sup>44</sup>

Complementando essa discussão, Brochado aponta a visão de Martin Heidegger sobre a definição do ser da técnica, de forma que as noções dos meios adotados para atingir resultados e a atividade humana de produção em si estão não apenas relacionados, como também pertencem ao ser da técnica. A ação e a produção podem ser distintas em definição, entretanto fazem parte e constituem o ser técnico. Expandindo a noção de técnica, faremos referência às ideias de Ernst Kapp<sup>45</sup> sobre o conceito. Em sua perspectiva, a técnica é uma forma de complemento do corpo humano, sendo através das construções técnicas que podemos dar suporte e fortalecer o funcionamento de nossos membros e órgãos.

No processo de projetar a estrutura e a funcionalidade dos órgãos e membros do próprio corpo é que o humano domina o meio e se torna capaz de maximizar suas próprias capacidades corporais e espirituais (por meio dos instrumentos e aparatos técnicos). Kapp defende que, ao contrário dos organismos não humanos, cuja existência no mundo é de sofrimento e tolerância para a sobrevivência, o ser humano não sucumbe ao mundo porque é capaz de compreendê-lo ao *manipulá-lo*, e é por essa interação pelas mãos (inicialmente) com o mundo que o ser humano deixa de ser um mero fato empírico, controlando o seu entorno.<sup>46</sup>

Brochado<sup>47</sup> destaca o argumento de Kapp em relação à convicção de que é através da interação técnica com o mundo que o ser humano se percebe nele e se torna consciente, sendo a mediação fundamental para entendermos a importância dos processos técnicos. Essa linha de pensamento, em que os instrumentos técnicos são complementos do corpo humano é denominada organocêntrica. Sobre esse pensamento, ressaltamos que existem visões diferentes, que compreendem, por exemplo, o fenômeno da técnica a partir da perspectiva mecanocêntrica, de forma que a representação do organismo é similar a uma máquina, ainda que a primeira seja mais aceita por ser considerada uma explicação melhor acerca da maneira com que nos relacionamos com os instrumentos.<sup>48</sup>

Para Simondon<sup>49</sup>, a tecnicidade é um valor cultural. Ele parte da premissa de que a fase técnica é uma fase da cultura, que substituiu a fase mágica, a primeira fase que estabeleceu

<sup>44</sup> BROCHADO, 2023, p. 34, grifo da autora.

<sup>45</sup> KAPP, 1877 *apud* BROCHADO, 2023.

<sup>46</sup> KAPP, 1877 *apud* BROCHADO, 2023, p. 46-47, grifo da autora.

<sup>47</sup> BROCHADO, 2023.

<sup>48</sup> *Ibid.*

<sup>49</sup> SIMONDON, 2020 *apud* BROCHADO, 2023.

relação entre o ser humano e o mundo, que povoa o mundo com objetos técnicos (ferramentas, instrumentos, indivíduos técnicos, como motores, montagens etc.). Em contrapartida, o fenômeno da técnica pode ser observado desde os primórdios da humanidade, considerando a habilidade de nossos ancestrais primitivos em transformar a natureza em instrumento para a sua sobrevivência. Cada objeto técnico, segundo o filósofo, é um ponto equidistante que estabelece uma relação entre o humano e o mundo, situando as relações no plano da tecnicidade, a qual cria soluções e novos problemas de natureza técnica surgidos entre o homem e a natureza.<sup>50</sup>

Nesta dissertação, discutimos assuntos relacionados à questão da técnica. A partir dessas reflexões, em seguida, introduzimos o fenômeno da tecnologia, que, como a técnica, remete à sua origem grega *téchne*, que, como vimos anteriormente, significa arte ou ciência. Além disso, também é composto por *logos*, ou seja, razão. Segundo o Oxford Learner's Dictionaries, a tecnologia é definida como “conhecimentos científicos aplicados de maneiras práticas, por exemplo, no design de novas máquinas”<sup>51</sup>.

A palavra começou a ser utilizada com maior frequência a partir do desenvolvimento das indústrias, como a sua própria definição implica. Segundo Mario Bunge<sup>52</sup>, a tecnologia se difere da técnica, de forma que a técnica significa o controle ou a transformação da Natureza pelo homem, utilizando conhecimentos pré-científicos, enquanto a tecnologia é a técnica de base científica, surgida a partir do século XVIII junto com a Revolução Industrial. Entretanto, de modo diferente, Cupani<sup>53</sup> sugere que a palavra tecnologia deve ser reservada ao estudo das produções técnicas em que interveio a ciência, sendo assim, que há a intervenção da inteligência teórica, tendo em vista que antes do legado da Modernidade sobre o que é concebido como ciência, já na antiguidade, foram produzidas construções que, evidentemente, exigiram reflexões teóricas e cálculos para sua execução, como é o exemplo das pirâmides do Egito.

Podemos concluir que a tecnologia é uma cientifização da técnica, como explica Brochado<sup>54</sup>, uma vez que, apesar de ter sido cunhada na Modernidade, esteve presente em toda a história da humanidade. Nessa direção, semelhante ao conceito de técnica, Marshall McLuhan<sup>55</sup> entende a tecnologia como uma extensão de nós mesmos, ainda que isso seja uma via de mão dupla, que também nos exige certa adaptação. Da mesma forma que interagimos

<sup>50</sup> SIMONDON, 2020 *apud* BROCHADO, 2023.

<sup>51</sup> TECHNOLOGY. In: Oxford Learner's Dictionaries (tradução nossa). Disponível em: <https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/technology>. Acesso em: 24 out. 2024.

<sup>52</sup> BUNGE, 1983 *apud* BROCHADO, 2023.

<sup>53</sup> CUPANI, 2016 *apud* BROCHADO, 2023.

<sup>54</sup> BROCHADO, 2023.

<sup>55</sup> MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. Tradução de Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 2012.

com a tecnologia, a tecnologia também interage com os humanos. Brochado destaca que os artefatos tecnológicos possuem uma dimensão social e sugere que,

Com a transição da fase analógica para a fase digital das inovações maquinicas, as entidades maquinicas digitais se tornaram a nossa *interface* com o mundo e já não conseguimos mais, como adverte Ellul, pensar-nos senão como seres adaptados a máquinas, de modo que, ao contrário da nossa ingênua convicção de que máquinas são nossa extensão, parece mesmo que nós é que nos tornamos extensão das máquinas, desde a nossa adaptação para nos locomovermos por automóveis (com a consequente atrofia dos nossos músculos a ser compensada por exercícios físicos) até a nossa dependência de calculadoras e, hoje, de tantos artefatos que substituem nossa memória e nosso raciocínio.<sup>56</sup>

Considerando o que foi exposto, observamos que a tecnologia deriva do conceito de técnica e representa a sua cientifização. Isso também aparece em Castells, que frisa: “Como tecnologia, entendo, em linha direta com Harvey Brooks e Daniel Bell, ‘o uso de conhecimentos científicos para especificar as vias de se fazerem as coisas de uma maneira *reproduzível*’”.<sup>57</sup> Entretanto, também entendemos, como McLuhan e Brochado que as tecnologias têm uma dimensão social importante. Assim, nesta pesquisa, utilizamos o termo TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), uma vez que existem diversos tipos de tecnologia e discutimos apenas aquelas que usam *softwares* e *hardwares* com grandes capacidades de armazenamento de dados e que são utilizados para o campo da informação e da comunicação. A partir do conceito adotado de tecnologia, em seguida, abordamos os principais desenvolvimentos tecnológicos que culminaram em uma sociedade em rede e na economia de dados.

### 3.2 O século XX – as invenções que impulsionaram o fenômeno das tecnologias digitais

O século XX foi marcado por Duas Grandes Guerras e pela Guerra Fria. Durante esse período, o investimento em pesquisa e desenvolvimento na área de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) apresentou crescimento expressivo no ramo militar, a fim de garantir aos Estados vantagens contra adversários. Nesse cenário, a tecnologia foi um importante instrumento para desenvolvimento de estratégias militares e, como veremos, a guerra também impulsionou esse desenvolvimento.<sup>58</sup> Levando isso em conta, nessa subseção, procuramos

---

<sup>56</sup> BROCHADO, 2023, p. 90, grifo da autora.

<sup>57</sup> CASTELLS, 2023, p. 87.

<sup>58</sup> Estamos nos referindo nesta passagem à aplicação dual da tecnologia, isto é, aquelas tecnologias desenvolvidas inicialmente para aplicação na área militar que foram aproveitadas no futuro para utilização na área civil e vice-versa. Cf.: AMARANTE, José Carlos Albano do. *Texto para discussão: a base industrial de defesa brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

resgatar aqueles que foram os principais acontecimentos que culminaram na invenção dos *softwares* e da internet, assim como o surgimento do campo de estudo da Cybernética.

Uma das descobertas que merece destaque é a máquina de Turing. Alan Turing é conhecido como o “pai da ciência da computação” devido à sua atuação na Segunda Guerra Mundial, contexto em que desenvolveu uma tecnologia de decodificação de mensagens com o objetivo de interceptar comunicações entre as tropas nazistas. Essa criação foi fundamental para o desenvolvimento da noção de algoritmo e para emergência da ciência da computação teórica.

Apesar de os antecessores industriais e científicos das tecnologias da informação com base em microeletrônica já poderem ser observados anos antes da década de 1940 [...], foi durante a Segunda Guerra Mundial e no período seguinte que se deram as principais descobertas tecnológicas em eletrônica: o primeiro computador programável e o transistor, fonte da microeletrônica, o verdadeiro cerne da revolução da tecnologia da informação no século XX. Porém, defendo que, de fato, só na década de 1970 as novas tecnologias da informação difundiram-se amplamente, acelerando seu desenvolvimento sinérgico e convergindo em um novo paradigma.<sup>59</sup>

Segundo Brochado<sup>60</sup>, após esses importantes desenvolvimentos, mais especificamente a partir da década de 1950, ocorreu uma explosão tecnológica em função do surgimento de uma ciência que é, muitas vezes, omitida no trajeto da filosofia da tecnologia atual: a Cybernética. A autora explica que Lafitte<sup>61</sup> foi precursor nessa empreitada:

Lafitte lança o germe da Cybernética, visto que o conceito de “autômato regulado por retroação” já está lançado em sua mecanologia, a qual é a exteriorização da própria organização do organismo humano e deve ser modelo para a regulação social, como acreditam os cyberneticistas.<sup>62</sup>

Brochado<sup>63</sup> apresenta inúmeros exemplos de obras e textos que faziam menção a um objeto que age por si mesmo, imitando o organismo vivo.<sup>64</sup> A respeito do surgimento do neologismo Cybernética, destacamos que, além da origem grega *kyber* que significa “controle” ou “governo” no latim, esse termo também carrega o radical em inglês *net*. A palavra foi empregada por Norbert Wiener<sup>65</sup> para designar uma nova ciência. Além disso, ressaltamos que a palavra *Kubernetes* do grego tem correspondência latina – *gubernator*, reforçando o sentido do controle do governo. O cybernético é o *timoneiro*, que tem controle da embarcação e toma

<sup>59</sup> CASTELLS, 2023, p. 95.

<sup>60</sup> BROCHADO, 2023.

<sup>61</sup> LAFITTE, Jacques. *Refléxions sur la science des machines*. Paris: J. Vrin, 1972.

<sup>62</sup> BROCHADO, 2023, p. 147-148

<sup>63</sup> *Ibid.*

<sup>64</sup> Para mais informações sobre o surgimento e utilização dos autômatos antes do século XX: BROCHADO, 2023.

<sup>65</sup> WIENER, Norbert. *Cybernetics or control and communication in the animal and the machine*. Cambridge: MIT Press, 1948.

as rédeas do funcionamento desse meio de transporte.<sup>66</sup> Contudo, esse não foi o primeiro uso da palavra, conforme elucida Brochado.

Atribui-se a André Marie Ampère a adoção da palavra *Cybernétique* pela primeira vez, em 1834, antes de Wiener e seus colegas cyberneticistas, em sua obra *Essai sur la philosophie des sciences ou exposition analytique d'une classification naturelle de toutes les connaissances humaines*. A literatura sobre Cybernética indica que, com essa palavra, Ampère tinha por propósito designar a inauguração de um novo *rol de saberes* que se ocupam do *estudo do pensamento* e dos meios pelos quais os homens, por intermédio da *comunicação*, vivem e se governam [...].<sup>67</sup>

A teoria cybernética nasceu a partir de grupo interdisciplinar formado desde o início da década de 1940, com a liderança do médico fisiologista mexicano, Arturo Rosenblueth, e posteriormente de Warren McCulloch, cientistas que teriam sido o pórtico no cabedal teórico que embasou a área que chamamos de inteligência artificial, esta última expressão cunhada por John McCarthy.<sup>68</sup> A expressão *Cybernética* era utilizada para designar todo o campo da teoria da comunicação e controle seja na máquina ou no animal<sup>69</sup>, conhecida como *ciência do controle*.<sup>70</sup> Wiener explica que existem dois objetivos da Cybernética, isto é,

[...] apresentar-se como a ciência que estuda as mensagens e os facilitadores de comunicação para que sejam, no futuro, mais desenvolvidos, expandindo-se para a comunicação entre humanos e máquinas; e, como a transmissão de informação corre sempre o risco de se desorganizar durante a transmissão, comprometendo o sentido original enviado, a Cybernética pretende também desenvolver uma linguagem própria e técnicas eficazes para exercer o controle das transmissões, exercer o controle sobre a própria comunicação.<sup>71</sup>

A Cybernética revolucionou a ciência da computação que, como exposto, também se desenvolveu durante o século XX. Esse campo de estudo e pesquisa encontra-se em uma encruzilhada de ciências limítrofes.<sup>72</sup> No âmbito dessa área, ressaltamos o surgimento dos movimentos que se formaram em torno do conceito de inteligência artificial, a saber: os simbolistas e os connexionistas. A base connexionista tinha a mesma percepção de Alan Turing, o “pai da ciência da computação”, de que a inteligência humana poderia ser replicada em máquina. O movimento connexionista tem como base a simulação das redes neurais humanas, enquanto o movimento simbolista é o movimento da computação em forma mais tradicional,

<sup>66</sup> BROCHADO, 2023, p. 166-167, grifo da autora.

<sup>67</sup> *Ibid.*, p. 168.

<sup>68</sup> *Ibid.*

<sup>69</sup> WIENER, 2017 *apud* BROCHADO, 2023.

<sup>70</sup> WIENER, 1989 *apud* BROCHADO, 2023.

<sup>71</sup> *Ibid.*, p. 173-174.

<sup>72</sup> BROCHADO, 2023.

sendo este último o movimento que cunhou o termo inteligência artificial como forma de atrair a atenção da sociedade. O embate entre esses dois movimentos intensificou em 1960, contudo, os simbolistas dominaram a área de pesquisa até a década de 1970.<sup>73</sup>

Em 1960, uma outra invenção significativa foi desenvolvida nos Estados Unidos – a internet. Essa rede que nos conecta a pessoas de diferentes lugares em tempo real também foi impulsionada por uma guerra, nesse caso, pela Guerra Fria, durante a corrida armamentista e espacial, em que as duas potências opostas competiam pelas conquistas no ramo tecnológico e militar para estar em pé de vantagem em relação ao lado oposto. O projeto que originou o que viemos a chamar de internet surgiu na Advanced Research Projects Agency (ARPA), que pode ser traduzida livremente por Agência de Pesquisas em Projetos Avançados, do Departamento de Defesa dos EUA.

O objetivo era desenvolver uma rede de computadores que permitisse o trabalho cooperativo em grupos, mesmo que fossem integrados por pessoas geograficamente distantes, que não tivesse uma central e não pudesse ser destruída por nenhum ataque localizado. Em 1969, foi criada a rede de comunicações denominada ARPANET e, em 1970, quatro universidades foram escolhidas para realizar o primeiro experimento. As universidades escolhidas para o experimento foram a Universidade da Califórnia em Los Angeles, o Stanford Research Institute (Instituto de Pesquisa de Stanford), a Universidade da Califórnia em Santa Bárbara e a Universidade de Utah.<sup>74</sup> A rede original da ARPANET atendia os propósitos militares, bem como a comunidade acadêmica, de forma que os cientistas começaram a utilizar a rede para suas próprias comunicações, até mesmo criando uma rede de mensagens entre entusiastas de ficção científica.<sup>75</sup> Segundo Castells, “A criação e o desenvolvimento da internet nas três últimas décadas do século XX foram consequência de uma fusão singular de estratégia militar, grande cooperação científica, iniciativa tecnológica e inovação contracultural”.<sup>76</sup>

De acordo com Castells<sup>77</sup>, a invenção da internet acelerou a transição para uma Era da “Informação”<sup>78</sup>, provocando transformações que tomaram uma maior proporção a partir da década de 1970. Além da internet, o sociólogo espanhol também aborda o avanço relacionado

<sup>73</sup> Para mais informações sobre os movimentos de inteligência artificial citados: BROCHADO, 2023; e CARDON, Dominique; COINTET, Jean-Philippe; MAZIÈRES, Antoine. Neurons spike back: the invention of inductive machines and the artificial intelligence controversy. *Réseaux*, [S. l.], v. 5, n. 211, p. 173-220, 2018.

<sup>74</sup> SIMON, Imre. A ARPANET. *Instituto de Matemática e Estatística*, São Paulo, 16 jul. 1997. Disponível em: <https://www.ime.usp.br/~is/abc/abc/node20.html#SECTION00052000000000000000>. Acesso em: 1 nov. 2024.

<sup>75</sup> CASTELLS, 2023.

<sup>76</sup> *Ibid.*, p. 100.

<sup>77</sup> CASTELLS, 2023.

<sup>78</sup> A explicação do uso de aspas na palavras informação na expressão foi apresentada na Introdução deste texto.

à difusão da microeletrônica em todas as máquinas que ocorreu em 1971, quando o engenheiro da Intel, Ted Hoff, que trabalhava no Vale do Silício, inventou o microprocessador (computador em um único chip). A partir dessa invenção, o dispositivo estava apto a ser instalado em todos os lugares e a capacidade de processar informações foi potencializada.

A partir de 1986, conforme explica Brochado<sup>79</sup>, o movimento conexcionista da inteligência artificial começou a ter maior relevância nas pesquisas nessa área. Desse movimento, foram desenvolvidos os instrumentos de inteligência artificial tal qual conhecemos hoje, que visam imitar o cérebro humano, mais especificamente, as redes neurais. Entendemos que o conceito de inteligência artificial é amplo e existem alguns tipos diferentes de IA, contudo, aplicamos inteligência artificial como um conceito geral nos termos de Brochado<sup>80</sup>: são simulações maquínicas dos elementos constitutivos da racionalidade humana.

Ainda que a internet já estivesse em circulação por volta de 1990, muitas pessoas que não estavam familiarizadas com essa tecnologia enfrentavam dificuldade para utilizá-la. Isso ocorria devido a certas limitações como a baixa capacidade de transmissão de gráficos e a dificuldade em localizar e receber informações. Com a criação da World Wide Web, uma rede global que organiza o conteúdo dos sites através de informação, e não por localização, o mecanismo de pesquisa foi simplificado, possibilitando o aumento significativo da difusão da internet para uso da sociedade em geral.<sup>81</sup> Na década de 1990, também foi criado o primeiro navegador<sup>82</sup> da internet. Além disso, podem ser citadas a criação da linguagem de marcação de hipertexto (HTML – *hypertext markup language*), o protocolo de transferência de hipertexto (HTTP – *hypertext transfer protocol*) e o localizador uniforme de recursos (URL – *uniform resource locator*).<sup>83</sup> Todas essas siglas até hoje podem ser encontradas em navegadores da web.

Assim, o poder do processamento, os aplicativos e os dados ficam armazenados nos servidores da rede, e a inteligência da computação fica na própria rede: os sítios da web se comunicam entre si e têm à disposição o software necessário para conectar qualquer aparelho a uma rede universal de computadores.<sup>84</sup>

---

<sup>79</sup> BROCHADO, 2023.

<sup>80</sup> *Ibid.*

<sup>81</sup> CASTELLS, 2023.

<sup>82</sup> Ressaltamos que pode ser estabelecida uma conexão interessante entre a palavra navegador, utilizada para tratar dos programas que nos conectam à internet (Google Chrome, Mozilla Firefox, Microsoft Edge, Opera, etc.) e a palavra grega *kyber*, que originou o neologismo *Cybernetics* (Cybernética) e apresentava o significado de timoneiro, ou seja, aquele que tem o controle da embarcação. Ambas trazem metáforas relacionadas à navegação marítima. O navegador nos dá a possibilidade de controlar os sites que temos interesse em acessar, como o timoneiro dá o controle da embarcação quando navegamos. O navegador pode representar uma metáfora que retoma a ideia de *kyber* como controle, governo.

<sup>83</sup> CASTELLS, 2023.

<sup>84</sup> *Ibid.*, p. 107.

Castells<sup>85</sup> identifica que o setor militar norte-americano foi um forte impulsionador do avanço tecnológico no século XX, sob a influência de fatores institucionais, econômicos e culturais. Tendo visto os principais avanços tecnológicos que culminaram nas tecnologias digitais que, muitas vezes, utilizam técnicas de inteligência artificial, a seguir, tratamos de um outro fator que é necessário ser compartilhado, que é a questão cultural. Até os anos 2000, havia muita empolgação sobre a promessa de tais ferramentas digitais que possibilitariam o acesso à informação e comunicação interativa, sem barreiras físicas de espaço e tempo e a libertação de instituições autoritárias, com o fortalecimento da cidadania digital.

Atualmente, esses avanços causam preocupações no que concerne aos efeitos provocados pela expansão e rapidez desses avanços. Portanto, nos debruçaremos sobre esse fenômeno e sobre essa virada entre a promessa que surgiu da ideologia californiana e a desconfiança nesses aparatos que permeiam nossas vidas, o infinito que carregamos em nossos bolsos<sup>86</sup>, causados pelos impasses éticos e ameaças à democracia impulsionados pela digitalização.

### 3.3 A ideologia californiana e o Vale do Silício

Além dos avanços tecnológicos impulsionados pelas guerras do século XX, fatores culturais também assumiram um papel importante nesse processo. As Big Techs, as gigantes empresas de tecnologia atuais, beneficiaram-se do período histórico em que movimentos culturais (ou, nesse caso, contraculturais) estavam ocorrendo nos Estados Unidos e, em especial, na Califórnia, denunciando o autoritarismo e a censura, o movimento *hippie*. A desconfiança nas instituições corroborou com o desenvolvimento tecnológico que foi se aprimorando com o conhecimento que estava sendo acumulado nas empresas do Vale do Silício.

A promoção de uma nova ideologia baseada no otimismo tecnológico como forma de emancipação surgiu nessa fase – a *ideologia californiana*. Segundo Barbrook e Cameron<sup>87</sup>, essa ideologia foi promovida em revistas, livros, programas de TV, sites, fóruns de discussão e

---

<sup>85</sup> CASTELLS, 2023.

<sup>86</sup> Maurizio Ferraris define os aparatos tecnológicos que fazem parte de nossas vidas cotidianas pela palavra “ARMI”, que traduzido do italiano significa “armas”. A analogia em relação à guerra e ao conflito é interessante de ser destacada, visto que os celulares que nos conectam com outras pessoas também podem ser “armas” utilizadas para provocar a polarização. Tratamos sobre a questão da polarização no sexto capítulo deste texto. Cf. FERRARIS, Maurizio. *Mobilización total*. Tradução de Miguel Alonso Ortega. Barcelona: Herder, 2017.

<sup>87</sup> BARBROOK, Richard; CAMERON, Andy. The Californian Ideology. *Science as culture*, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 44-72, 1996.

conferências na internet, combinando “[...] o espírito livre dos *hippies* com o zelo empreendedor dos *yuppies*”<sup>88</sup>.<sup>89</sup> Castells conclui que

É provável que o fato de a constituição desse paradigma ter ocorrido nos EUA e, em certa medida, na Califórnia e nos anos 1970, tenha tido grandes consequências para as formas e a evolução das novas tecnologias da informação. Por exemplo, apesar do papel decisivo do financiamento militar e dos mercados nos primeiros estágios da indústria eletrônica, da década de 1940 à de 1960, o grande progresso tecnológico que se deu no início dos anos 1970 pode, de certa forma, ser relacionado à cultura da liberdade, inovação individual e iniciativa empreendedora oriunda da cultura dos *campi* norte-americanos da década de 1960.<sup>90</sup>

Na análise de Durand, a ideologia californiana é o produto, portanto,

[...] da hibridização da contracultura *hippie* dos anos 1960 – ela própria enraizada em um rico terreno de radicalidade política – e da adesão entusiasta dos novos empreendedores californianos aos princípios do livre mercado. É em torno desse potencial aparentemente libertador das novas tecnologias que essas duas culturas, que à primeira vista parecem totalmente opostas, encontrarão um terreno comum.<sup>91</sup>

O movimento *hippie* era dividido em vertentes: aqueles que rejeitavam o progresso científico e retornavam para a natureza; e aqueles que acreditavam que o progresso tecnológico transformaria inevitavelmente os princípios libertários em fato social.<sup>92</sup> Estes últimos tiveram maior contribuição na construção da ideologia californiana. Barbrook e Cameron<sup>93</sup> entendem que as teorias de Marshall McLuhan influenciaram os tecnófilos a crer que a convergência entre mídia, computação e telecomunicações criaria a “ágora eletrônica” – ambiente em que seria possível expressar suas opiniões sem receio da censura. Durand<sup>94</sup> endossa as ideias de Barbrook e Cameron, argumentando que a hostilidade a toda forma de burocracia e preferência às experiências locais impulsionaram um *boulevard* tecnológico para os defensores da redução maciça de impostos.

---

<sup>88</sup> *Yuppies* é uma abreviatura do termo *Young Urban Professional*, termo anglófono utilizado durante os anos 80 nos Estados Unidos para se referir aos jovens de classe média alta que possuem formação universitária, trabalhavam na área e seguiam as tendências. Jovens que podem ser considerados empreendedores e ambiciosos.

<sup>89</sup> BARBROOK; CAMERON, 1996, p. 44, tradução nossa. Do original: “[...] the free-wheeling spirit of the hippies and the entrepreneurial zeal of the yuppies”.

<sup>90</sup> CASTELLS, 2023, p. 65, grifo do autor.

<sup>91</sup> DURAND, Cédric. *Téchno-féodalisme: la critique de l'économie numérique*. Paris: La Découverte, 2020, p. 21-22, tradução nossa, grifo do autor. Do original: “Celle-ci est le produit de l'hybridation de la contre-culture *hippie* des années 1960 – elle-même ancrée dans un riche terreau de radicalité politique – et de l'adhésion enthousiaste des nouveaux entrepreneurs californiens aux principes du libre marché. C'est autour du potentiel apparemment libérateur des nouvelles technologies que ces deux cultures, que tout oppose à première vue, vont trouver un terrain d'entente”.

<sup>92</sup> BARBROOK; CAMERON, 1996.

<sup>93</sup> *Ibid.*

<sup>94</sup> DURAND, 2020.

Estes já haviam vencido, em 1978, um referendo de iniciativa popular, a Proposição 13, que introduzia uma emenda à constituição californiana limitando drasticamente o nível dos impostos sobre a propriedade. Essa batalha era apenas o prelúdio de uma série de reformas que reduziram dramaticamente os recursos fiscais do Estado e provocaram uma crise orçamentária no início dos anos 1990, provocando uma forte redução dos serviços públicos em todos os domínios, exceto o sistema prisional.<sup>95</sup>

A promessa da ideologia californiana do sucesso das novas tecnologias em relação ao combate ao autoritarismo e à censura e à garantia da liberdade de expressão e ao acesso à informação foi um sentimento que circulou em todo o mundo. A expectativa da “ágora tecnológica” foi compartilhada durante a década de 1990. Durand enfatiza que “Se trata de projetar em escala global as aspirações comunitárias e antiautoritárias da contracultura, garantindo aos indivíduos tecnologicamente aprimorados os meios para se emanciparem das grandes empresas e do *Big Government*”.<sup>96</sup>

Os *hippies*, considerados à época como radicais de esquerda, começaram a se envolver no desenvolvimento de novas tecnologias da informação para a imprensa alternativa, estações de rádio comunitárias, clubes de computador caseiros e coletivos de vídeo, pois acreditavam ser a linha de frente de uma nova América. Esses ativistas de mídia se baseavam na ideia de democracia direta em todas as instituições sociais.<sup>97</sup> É possível visualizar um paradoxo que é explorado por Barbrook e Cameron<sup>98</sup>. Por um lado, as novas mídias digitais são conduzidas pelo setor privado a partir de 1970, contudo os ativistas de mídia acreditavam ser possível usar a hipermídia para substituir o capitalismo corporativo e o governo por uma “economia de doações” (*gift-economy*) de alta tecnologia. Por outro lado, outros ideólogos da Costa Oeste abraçaram a ideologia do *laissez-faire* do seu antigo inimigo conservador.

Nessa última concepção, supostamente, todos poderiam se tornar empreendedores de alta tecnologia. É um discurso que ainda hoje circula, porém não mais sobre a alta tecnologia, mas ao “empreendedorismo de si mesmo”. Trabalhadores autônomos são levados a acreditar que são empreendedores de si mesmo. No entanto, as condições de trabalho às quais são submetidos não são iguais àsquelas dos grandes empresários do Vale do Silício. Nos trabalhos via aplicativo, por exemplo, a empresa é apenas a intermediadora que conecta o usuário ao

<sup>95</sup> DURAND, 2020, p. 70, tradução nossa. Do original: “Ceux-ci avaient remporté dès 1978 un référendum d’initiative populaire, la Proposition 13, qui introduisait un amendement à la constitution californienne limitant drastiquement le niveau des taxes foncières. Cette bataille n’était que le prélude à une série de réformes qui réduisirent dramatiquement les ressources fiscales de l’État et provoquèrent une crise budgétaire au début des années 1990, entraînant une forte réduction des services publics dans tous les domaines, sauf les prisons”.

<sup>96</sup> *Ibid.*, p. 24, tradução nossa, grifo do autor. Do original: “Il s’agit de projeter à l’échelle globale les aspirations communautaires et antiautoritaires de la contre-culture, en donnant aux individus augmentés technologiquement les moyens de s’émanciper des grandes entreprises et du *Big Government*”.

<sup>97</sup> BARBROOK; CAMERON, 1996.

<sup>98</sup> *Ibid.*

trabalhador. A empresa se isenta da responsabilidade de fornecer condições adequadas a esses trabalhadores, como garantir segurança e os instrumentos necessários para o exercício do “empreendimento”, entre outros direitos trabalhistas. Esse processo ficou conhecido como *uberização* ou *gig economy*, com um modo de funcionamento paralelo às leis trabalhistas que, no caso do Brasil, são regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

A fonte tecnológica mais notável para essa “nova ágora” é o Vale do Silício. Sua formação está na raiz das revoluções tecnológicas do século XX. O Vale do Silício, localizado no condado de Santa Clara, 48 quilômetros ao sul de São Francisco, entre Stanford e San Jose, foi transformado no centro de inovações tecnológicas pela convergência de vários fatores. Alguns deles são: o conhecimento acumulado ao longo do processo de revolução tecnológica; a concentração de engenheiros e cientistas talentosos das principais universidades da área; os investimentos provenientes do Departamento de Defesa dos Estados Unidos; a formação de uma rede eficiente de empresas de capital de risco; e, nos primeiros estágios, a liderança institucional da Universidade de Stanford.<sup>99</sup>

No Vale do Silício foram desenvolvidos o circuito integrado, o microprocessador e o microcomputador, além de inúmeras outras tecnologias. A criação dos microcomputadores, particularmente, segundo Castells<sup>100</sup>, introduziu uma linha divisória histórica no uso da tecnologia da informação. Em meados de 1970, o Vale do Silício atraiu dezenas de milhares de jovens, mentes brilhantes de várias partes do mundo, “marchando para a agitação da nova meca tecnológica em busca do talismã da invenção e da fortuna”<sup>101</sup>. Esses jovens se reuniam em clubes para trocar ideias, experiências e informações sobre os recentes avanços. Um dos pontos de encontro era o Home Brew Computer Club, que originou cerca de 22 empresas nos anos seguintes, entre elas a Microsoft, a Apple e a North Star.

O desenvolvimento da revolução tecnológica no ramo informacional contribuiu para a formação dos meios de inovação em que as descobertas e aplicações interagiam e eram testadas repetidamente em uma lógica de tentativa e erro. A aprendizagem ocorria na prática.

Esses ambientes exigiam (e no início do século XXI ainda exigem, apesar da atuação on-line) a concentração espacial de centros de pesquisa, instituições de educação superior, empresas de tecnologia avançada, uma rede auxiliar de fornecedores, provendo bens e serviços e redes de empresas com capital de risco para financiar novos empreendimentos.<sup>102</sup>

---

<sup>99</sup> CASTELLS, 2023.

<sup>100</sup> *Ibid.*

<sup>101</sup> *Ibid.*, p. 118.

<sup>102</sup> *Ibid.*, p. 119.

A consolidação do Vale do Silício atraía investimentos e conhecimentos e, na década de 1990, empresas japonesas, taiwanesas, coreanas, indianas e europeias proliferaram, acarretando a chegada de milhares de engenheiros e especialistas em computação, principalmente da Índia e da China.<sup>103</sup> Castells observa que

[...] mediante essa interface entre os programas de macropesquisa e grandes mercados desenvolvidos pelos governos, por um lado, e a inovação descentralizada estimulada por uma cultura de criatividade tecnológica e por modelos de sucessos pessoais rápidos, por outro, que as novas tecnologias da informação prosperam. No processo, essas tecnologias agruparam-se em torno de redes de empresas, organizações e instituições para formar um novo paradigma sociotécnico.<sup>104</sup>

Atualmente, o Vale do Silício possui milhares de empresas, dentre elas a Google, Apple, Microsoft, Amazon, Meta, X, Samsung, Airbnb, Uber e Netflix para citar algumas das mais conhecidas. Esse complexo do mercado de dados conta com milhares de trabalhadores de todo o mundo. Com base nas informações sobre o Vale do Silício, o desenvolvimento tecnológico se beneficiou da tríade: Universidade – Estado – Iniciativa privada, de forma que o Estado, por meio do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, fornecia os fundos para as atividades, as Universidades contribuíam com pesquisas e com a formação acadêmica para atuação nesse mercado e as empresas de capital de risco que, com o financiamento e os recursos humanos, puderam se desenvolver e se consolidar. Em 1990, outro fator que contribuiu para o *boom* tecnológico nos Estados Unidos foi a ideia de que a regulação das mídias significava tirania e opressão. Embora seja relevante destacar que esse discurso antiestatal entra em contradição direta com o fato do desenvolvimento tecnológico ter se beneficiado da intervenção pública.

A história do Vale do Silício e, mais amplamente, do desenvolvimento tecnológico aos Estados Unidos é absolutamente indissociável da intervenção pública: aquela, em primeiro lugar, do complexo militar-industrial, mas também do setor aeronáutico e espacial, devido, em especial, à presença em Mountain View do Ames Research Center, um dos principais centros de pesquisa da NASA.<sup>105</sup>

Atualmente, a ideologia californiana ainda está muito presente no sentido do inevitabilismo tecnológico. A maioria das pessoas acreditam que não há alternativa ao que

---

<sup>103</sup> CASTELLS, 2023.

<sup>104</sup> *Ibid.*, p. 123.

<sup>105</sup> DURAND, 2020, p. 81, tradução nossa. Do original “L’histoire de la Silicon Valley et, plus généralement, du développement technologique aux États-Unis est absolument indissociable de l’intervention publique : celle, au premier chef, du complexe militaro-industriel, mais aussi du secteur aéronautique et spatial, du fait notamment de la présence à Mountain View de l’Ames Research Center, un des principaux centres de recherche de la NASA”.

já está posto, com a liderança dos Estados Unidos. A despeito disso, Barbrook e Cameron<sup>106</sup>, por exemplo, argumentam que outras nações também já se aventuraram nessa empreitada. Os autores mencionam a Minitel, que foi a primeira rede online bem-sucedida em todo o mundo, desenvolvida em 1981, pela France Telecom. O sistema fornecia uma mistura de instalações de informação e comunicação baseadas em texto e chegou a ser utilizado por milhões de franceses. Essa iniciativa nacional rompe com o preceito da ideologia californiana, de vilanização do Estado, apesar de não ser mais utilizada, talvez devido à noção de inevitabilismo dos principais sistemas atuais.

Por fim, apresentado esse panorama sobre os processos culturais que contribuíram para o desenvolvimento tecnológico e, principalmente, para a consolidação do Vale do Silício, seguimos para a próxima seção. No próximo capítulo, levantamos os conceitos que envolvem o fenômeno da desinformação. Inicialmente, definimos informação, o ponto de partida necessário para estabelecer a discussão. Posteriormente, diferenciamos informação de dado, bem como apresentamos os termos dataísmo e dataficação. Exploramos, em seguida, a ideia de desordem informacional<sup>107</sup> e, a partir desse arcabouço conceitual, definimos o que entendemos por desinformação.

---

<sup>106</sup> BARBROOK; CAMERON, 1996.

<sup>107</sup> WARDLE; DERAKHSHAN, 2023.

## 4 O ACESSO À INFORMAÇÃO DEMOCRATIZA? UMA ABORDAGEM SEMÂNTICA DA INFORMAÇÃO

*Criamos uma geração global de pessoas que crescem dentro de um contexto em que o significado de comunicação e o significado de cultura estão atrelados à manipulação.*

*(Jaron Lanier, 2020).*

Antes de propor uma reflexão acerca da desinformação, é necessário resgatar o debate sobre a concepção de informação. Floridi, filósofo italiano e britânico, pioneiro no campo da Filosofia da Informação, alerta que informação é um conceito elusivo, enfatizando que, “Entre nossos conceitos mundanos e técnicos, informação é atualmente um dos mais importantes e amplamente utilizados, porém menos compreendidos”.<sup>1</sup> Nesse sentido, quando debatemos o que é a informação, nos deparamos com a complexidade do tema. É comum escutar a afirmação de que vivemos em uma sociedade da informação ou na era informacional – que é, em contrapartida, mal informada, como sustenta Brochado<sup>2</sup>. Esse fato, entretanto, reforça a necessidade de retomar o conceito de informação, tendo em vista que é a desinformação que está assumindo maior espaço em um contexto permeado de aparatos e plataformas digitais. Observamos, ainda, um paradoxo – o mundo do Big Data, em que são processados dados de forma rápida, contínua e praticamente ininterrupta, e que prometia a democratização do conhecimento e da educação por meio do acesso à informação, é também o mundo em que estratégias de desinformação são cada vez mais utilizadas por motivos diversos e eficazes.

A palavra informação deu origem à palavra informática, que diz respeito ao processamento de informações em uma máquina. Informar vem do latim *informare*, ou seja, “dar forma”, que remete à teoria do hilemorfismo aristotélico, isto é, toda a realidade é definida segundo sua constituição em forma e matéria. Atuando sobre a matéria amorfa, a forma possibilita as singularidades, segundo Brochado, passando a trazer a conotação de “formar ideias sobre a realidade, evoluindo para descrever tais ideias e, por fim, compartilhar ideias”.<sup>3</sup> A definição apresentada é uma representação da informação sobre a realidade (sentido semântico de informação), uma das perspectivas, de acordo com Floridi<sup>4</sup>, pelas quais o sentido

<sup>1</sup> FLORIDI, Luciano. *The philosophy of information*. New York: Oxford University Press, 2011, p. 17, tradução nossa. Do original: “Among our mundane and technical concepts, information is currently one of the most important, widely used yet least understood”.

<sup>2</sup> BROCHADO, 2023.

<sup>3</sup> *Ibid.*, p. 28.

<sup>4</sup> FLORIDI, 2011.

da palavra informação pode ser considerado. Também existe a informação como realidade, isto é, como padrões de sinais físicos, que não são nem verdadeiros nem falsos, também conhecida como informação ambiental (*environmental information*); e a informação para a realidade, ou seja, instruções, como informação genética, algoritmos, ordens ou receitas. Esses são os outros dois conceitos possíveis na distinção estabelecida pelo filósofo Floridi.<sup>5</sup>

Destacamos que o sentido atribuído à informação pode servir de ponte entre informação e incerteza, entre informação e entropia e entre informação e o caos. Segundo Gleick<sup>6</sup>, foi assim que o processamento de informações, bem como seu armazenamento e busca nasceram. O sentido de informação, para Shannon<sup>7</sup>, precursor da teoria da informação, era quantitativo. Sua busca era uma unidade de medida que otimizasse a transmissão de sinais eletromagnéticos. “Isso levou aos discos compactos e máquinas de fax, computadores e ciberespaço, à lei de Moore e todas as Silicon Alleys do mundo. O processamento de informações nasceu, bem como o armazenamento e a recuperação de informações”.<sup>8</sup>

O campo da biologia também se apropriou da ideia de informação de forma semelhante à adotada pela engenharia, na área da genética. Nesse sentido, Gleick endossa que “Não é nenhuma surpresa que a genética floresceu juntamente com a teoria da informação. DNA é a molécula de informação quintessencial, o mais avançado processador de mensagem a nível celular – um alfabeto e um código, 6 bilhões de bits para formar um ser humano”.<sup>9</sup>

De acordo com Brochado, a palavra chega ao campo da Psicologia, em uma versão computacionalista da Psicologia Cognitiva, buscando “modelos matemáticos para enquadramento de dados do processo mental [...]”<sup>10</sup>. A filósofa analisa que esse método pode empobrecer a Psicologia por separar cognição de motivação e afeto. Posteriormente, a neurociência também se apropria do termo, utilizando a expressão fluxo de informação para denotar um sinal que se propaga pelo nervo. A autora, sobre esse ponto, observa que os neurônios não são capazes de entender coisa alguma, o que significa que a mensagem não é carregada como instrução. Ou seja, não é adotada a informação em relação ao seu conteúdo.

---

<sup>5</sup> FLORIDI, 2011.

<sup>6</sup> GLEICK, James. *The information: a history, a theory, a flood*. New York: Pantheon Books, 2011.

<sup>7</sup> SHANNON, 2006 *apud* GLEICK, 2011.

<sup>8</sup> GLEICK, 2011, n. p., tradução nossa. Do original: “It led to compact discs and fax machines, computers and cyberspace, Moore’s law and all the world’s Silicon Alleys. Information processing was born, along with information storage and informational retrieval”.

<sup>9</sup> *Ibid.*, n. p., tradução nossa. Do original: “No wonder genetics bloomed along with information theory. DNA is the quintessential information molecule, the most advanced message processor at the cellular level—an alphabet and a code, 6 billion bits to form a human being”.

<sup>10</sup> BROCHADO, 2023, p. 170.

Além disso, o conceito foi analisado pela Sociologia, que analisa como a dinâmica das relações sociais é afetada pela informação, afastando-se da proposta teórica da Engenharia. A uniformização conceitual entre as diferentes concepções não foi bem-sucedida, visto que há divergências em relação à quantidade e ao conteúdo da informação nas perspectivas desses diferentes campos.<sup>11</sup> A Engenharia aplica ao conceito questões estatísticas, de probabilidade objetiva, como é tratado em Bunge<sup>12</sup> e Gleick<sup>13</sup>. Essa perspectiva objetiva e quantitativa de informação diverge da concepção semântica que terá, a partir de agora, maior destaque. Nessa direção, introduzimos a definição do termo elaborada por Ruyer. Segundo o autor,

A “informação”, no senso comum da palavra, é a transmissão a um ser consciente de um significado, de uma noção, por meio de uma mensagem mais ou menos convencional e por um padrão espaço-temporal: impresso, mensagem telefônica, onda sonora, etc. A apreensão do sentido é o objetivo, a comunicação do padrão é o meio.<sup>14</sup>

O autor aborda a perspectiva semântica da informação e levanta uma interessante questão: a informação, que comporta um elemento de sentido, é um significado transmitido a um ser consciente. Nessa perspectiva, a consciência é um pressuposto para que haja a apreensão de sentido, objetivo do processo de informar para Ruyer. Rodríguez oferece um contraponto a essa perspectiva: “*In-formar*, isto é, dar forma, é um *modus* de ser segundo o qual todos os seres, vivos e artificiais se baseiam, e tal ocorrência no mundo independe da consciência humana ou da atuação humana sobre ela”.<sup>15</sup> Portanto, não há consenso em relação à necessidade de haver um ser consciente. Ainda sobre essa perspectiva, Floridi faz o seguinte apontamento:

A localização da informação está relacionada à questão de se pode haver informação sem um informado, ou se informação, pelo menos em algum sentido crucial da palavra, é essencialmente parasitária na semântica na mente do informado, e o máximo que pode alcançar, em termos de independência ontológica, é interpretabilidade sistemática.<sup>16</sup>

<sup>11</sup> BUNGE, Mario. *Diccionario de filosofia*. Tradução de María Dolores González Rodríguez. Buenos Aires: Siglo XXI, 2001, p. 111.

<sup>12</sup> *Ibid.*

<sup>13</sup> GLEICK, 2011.

<sup>14</sup> RUYER, Raymond. *La cybernétique et l'origine de l'information*. Paris: Flammarion, 1954, p. 8, tradução nossa. Do original: “L’information, au sens ordinaire du mot, est la transmission à un être conscient d’une signification, d’une notion, par le moyen d’un message plus ou moins conventionnel et par un *pattern* spatio-temporel: imprimé, message téléphonique, onde sonore, etc. L’appréhension du sens est le but, la communication du *pattern*, le moyen”.

<sup>15</sup> RODRÍGUEZ, Pablo Esteban. Um novo modo de existência (Prefácio). In: SIMONDON, Gilbert. *Do modo de existência dos objetos técnicos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020, p. 28, grifo nosso.

<sup>16</sup> FLORIDI, 2011, p. 43.

O filósofo questiona se é possível falar de informação, mesmo se sua semântica se encontra aquém da compreensão de qualquer intérprete, ao que explica, posteriormente, que não é necessário haver um informado para que a mensagem transmitida tenha um significado. Para ilustrar isso, Floridi<sup>17</sup> explora o caso dos hieróglifos egípcios. Antes mesmo da descoberta desses elementos, os hieróglifos já eram vistos como informação, independentemente da possibilidade de compreendê-los (ou, nesse caso da impossibilidade).

A materialidade ou não da informação é outra concepção que apresenta divergências nas referências sobre informação. Bunge<sup>18</sup> compreende que a informação exige um complexo sistema material capaz de codificar, transmitir e decodificar sinais físicos e químicos. Segundo o autor, “Esse dispositivo é composto de um código, um emissor, um canal, um receptor e um decodificador, todos os quais são materiais e, ademais, artificiais”.<sup>19</sup> Em oposição a esse argumento, Wiener elucida que a “Informação é informação, não matéria ou energia. Nenhum materialismo que não consiga admitir isso consegue sobreviver nos dias de hoje”.<sup>20</sup> Conhecido como “pai da cibernética”, Wiener conceitua informação da seguinte forma: informação é “[...] um nome para o conteúdo do que é trocado com o mundo exterior à medida que nos ajustamos nele, e fazemos nossos ajustes sobre ele”.<sup>21</sup> Sobre o mesmo tema, Brochado enfatiza que

*Atuação e ajuste* são as duas possibilidades de, estando no mundo (*in*), moldá-lo e moldar-se nele, quer dizer *formar* e formar-se *no* mundo. A informação é a matéria *imaterial* em que todos os seres, vivos ou artificiais, baseiam-se, e a forma como a Cibernética a entende e a impulsiona implica na libertação da atividade técnica do esquema hilemórfico tradicional: “fazer algo é moldar uma matéria inerte de acordo com um objetivo conhecido pelo homem. A informação mostra que as quatro causas aristotélicas [material, formal, eficiente e final] estão condensadas na matéria em si e que *dar forma, in-formar*, acontece tanto para o vivo quanto para o objeto artificial, sem que a consciência e a força do homem sejam necessárias”[...].<sup>22</sup>

É possível definir as “novas tecnologias” como tecnologias da informação e da comunicação. As duas são postas juntas, mas divergem em significado. Não é adequado tratar informação como sinônimo de comunicação. Este último é o meio pelo qual a informação é transmitida, entretanto não corresponde ao anterior. É um equívoco afirmar que toda

<sup>17</sup> FLORIDI, 2011.

<sup>18</sup> BUNGE, 2001.

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 111, tradução nossa. Do original: “Ese dispositivo está compuesto de un código, un emisor, un canal, un receptor y um decodificador, todos los cuales son materiales y además artificiales”.

<sup>20</sup> WIENER, 1948, p. 132, tradução nossa. Do original: “Information is information, not matter or energy. No materialism which does not admit this can survive at the present day”.

<sup>21</sup> WIENER, Norbert. *The human use of human beings: cybernetics and society*. London: Eyre and Spottiswoode, 1950, p. 17, tradução nossa. Do original: “[...] a name for the content of what is exchanged with the outer world as we adjust to it, and make our adjustment felt upon it”.

<sup>22</sup> BROCHADO, 2023, p. 172, grifo da autora.

comunicação gera informação. A razão que sustenta esse argumento pode ser encontrada em Floridi<sup>23</sup>, que adota a abordagem semântica, definindo informação como dados bem formados, significativos e verdadeiros. Essa definição se refere a uma complementação do que Floridi chama de “Definição Geral de Informação” (*General Definition of Information*).

Nas últimas três décadas, várias análises em ciência da informação, em teoria de sistemas de informação, metodologia, análise e design, em gestão (de sistemas) da informação, em design de base de dados, e em teoria da decisão têm adotado uma *Definição Geral de Informação* (GDI) em termos de *dados + significado*.<sup>24</sup>

Na definição introduzida pelo autor, destaca-se o caráter verdadeiro da informação. A verdade é um dos fatores que necessitam ser investigados propriamente nesta pesquisa, considerando o espaço da desinformação nos dias de hoje. Desse modo, faz-se necessário analisar o conceito de pós-verdade, que é comumente utilizado para designar a era cybernética. Nessa direção, Bar-Hillel e Carnap entendem que quanto mais contraditória a sentença mais informação ela carrega, e destacam que

Pode parecer estranho, em um primeiro momento, que uma sentença autocontraditória, logo, uma que nenhum receptor ideal aceitaria, seja considerada como se estivesse carregando consigo a informação mais inclusiva. Deve-se enfatizar, contudo, que informação semântica aqui não quer dizer implicando verdade. Uma sentença falsa que acaba dizendo muito é, assim, altamente informativa em nossa concepção. Se a informação que ela carrega é verdadeira ou falsa, cientificamente válida ou não, e assim por diante, não nos concerne. Uma sentença autocontraditória afirma demais; é muito informativa para ser verdade.<sup>25</sup>

Floridi<sup>26</sup> confronta essa perspectiva, trazendo a verdade para o centro da discussão sobre o conceito e defendendo a neutralidade *alética* (o autor utiliza a palavra *alethic*, que vem do grego *aletheia* ou *alethia*, que significa verdade). Ora, quando se diz que uma pessoa é “informada”, pressupõe-se que ela busca conteúdos de qualidade para melhor embasamento de

<sup>23</sup> FLORIDI, 2011.

<sup>24</sup> FLORIDI, 2011, p. 83, tradução nossa, grifos do autor. Do original: “Over the last three decades, several analyses in information science, in information systems theory, methodology, analysis and design, in information (systems) management, in database design, and in decision theory have adopted a *General Definition of Information* (GDI) in terms of *data + meaning*”.

<sup>25</sup> BAR-HILLEL, Yehoshua; CARNAP, Rudolf. An outline of a theory of semantic information. In: BAR-HILLEL, Yehoshua. *Language and information: selected essays on their theory and application*. Reading, London: Addison-Wesley, 1964, p. 229, tradução nossa. Do original: “It might perhaps, at first, seem strange that a self-contradictory sentence, hence one which no ideal receiver would accept, is regarded as carrying with it the most inclusive information. It should, however, be emphasized that semantic information is here not meant as implying truth. A false sentence which happens to say much is thereby highly informative in our sense. Whether the information it carries is true or false, scientifically valuable or not, and so forth, does not concern us. A self-contradictory sentence asserts too much; it is too informative to be true”.

<sup>26</sup> FLORIDI, 2011.

suas posições, ou seja, conteúdos verdadeiros e significativos. É comum pensar em uma pessoa versada em diversos assuntos e que possui ampla bagagem cultural.

De modo similar, ao utilizar as expressões *informe* ou *informativo* como formas de comunicação, nos remetemos ao esclarecimento de um assunto. Pode ser uma nota ou um comunicado sobre algum assunto. Assim, espera-se que esses informes ou informativos sejam verdadeiros ou falsos? Certamente, verdadeiros, pois a mensagem deve conter verdade para ser considerada informação. Caso contrário, a desinformação seria um tipo de informação, contudo é possível dizer que a desinformação tem capacidade de informar, ou seja, dar forma a algo? A desinformação, ao invés de dar forma não deforma? A realidade, o contexto, o esclarecimento, a ciência, etc. Essa abordagem novamente ignora o conteúdo da mensagem e foca apenas na questão semântica.

Nessa abordagem conceitual sobre o tema da informação e desinformação, faz-se necessário tratar também sobre um termo já evocado, que são os dados. É relevante destacar a diferença entre dado e informação, uma vez que não se considera para os propósitos desta pesquisa denotar o mesmo significado para os dois termos. A abordagem conceitual sobre os dados também desencadeia outra discussão que será introduzida neste capítulo, a respeito do que é conhecido como Big Data, dataficação e dataísmo.

#### 4.1 O multiverso dos dados – dataficação e dataísmo

Etimologicamente, a palavra dado tem origem no latim *datum*, cujo plural é *data*. Esta última terminologia é utilizada na língua inglesa para denotar os dados, sendo sempre utilizado no plural, ao se referir aos símbolos que são transmitidos e armazenados nos sistemas digitais que operam na rede mundial de computadores e são coletados para aprimorar os serviços de recomendação, de predição e de geração de conteúdos de plataformas, aplicativos, sites de busca, etc., que utilizam a internet para operar e se retroalimentar. Quando a palavra *datum* surge, ela não era empregada nesse mesmo sentido. De outro modo, *datum* era o particípio do verbo *dare*, que equivale ao verbo *dar* em português, remetendo a algo que é entregue ou *dado*.

Supõe-se que a sua primeira utilização tenha sido datada de meados do século XVII e significava “um fato dado ou concedido”, comumente utilizado como base de cálculo de um problema matemático. Os dados, até o surgimento dos computadores, denotavam fatos, ou seja, que possuíam um valor de verdade. Similarmente, a partir do final do século XIX, os dados

denotavam fatos numéricos coletados para referenciamento futuro.<sup>27</sup> Ressaltamos que, dentre seus vários significados, a palavra dado também pode ser entendida como instrumento utilizado em jogos para determinar a sorte dos jogadores, como no caso do cubo de seis faces. Já no campo acadêmico-científico, dados são os fatos observados ou coletados em uma pesquisa para serem analisados. Por esse motivo, muitas vezes, essa palavra está associada à estatística.

O sentido atribuído mais recentemente, que denota dados transmissíveis e armazenáveis por meio dos quais os computadores operam, surgiu a partir de 1946. Nessa época, os computadores ainda operavam em uma lógica de computação simbolista, com capacidade de realizar tarefas automatizadas, porém, não existia uma “rede neural” que pudesse dar sentido aos dados utilizados. A inteligência artificial como simulacro de redes neurais já era um ramo que alguns pesquisadores exploravam nos primórdios do desenvolvimento da Cybernética, no entanto, apenas ganhou força a partir de 1960 e, em 1986, foi criado o primeiro sistema que imitava a estrutura e funcionamento do cérebro humano que foi denominada de “rede neural”.<sup>28</sup>

A área de Ciência de Dados é recente e ampla, abrangendo o desenvolvimento de sistemas e processamento de dados. Esse campo de estudo concentra-se, especialmente, naquilo que está relacionado à manutenção de conjuntos de dados e derivação de seus significados. Nesse sentido, observamos que houve a transposição dos dados como fatos observados ou coletados para o propósito de uma pesquisa científica para conjuntos de dados que são armazenados em sistemas e processados por métodos diversos que utilizam algoritmos.

Embora, frequentemente, dado seja definido como informação e vice-versa, para fins desta pesquisa, consideramos que essa equivalência é incorreta, como explicado anteriormente, como base na tese de Floridi<sup>29</sup>. É preciso fazer uma distinção entre os termos, pois dados não possuem, semanticamente, o valor de informar. No contexto da Ciência de Dados, os dados não precisam ter um significado semântico, não precisam dar forma a algo, eles meramente são. Isso não significa que os dados são neutros ou inofensivos. Esses símbolos que são processados denominados de dados são a principal matéria-prima de nossa época e tem potencial tanto para informar quanto para desinformar.

Ainda, para a Ciência de Dados, os dados são classificados de diferentes formas, como, por exemplo, em dados de entrada (*input data*) e dados de saída (*output data*), conceitos essenciais para o funcionamento dos algoritmos de aprendizado que compõem os sistemas. Os

---

<sup>27</sup> DATA. In: Online Etymology Dictionary (tradução nossa). Disponível em: <https://www.etymonline.com/word/data>. Acesso em: 30 ago. 2024.

<sup>28</sup> BROCHADO, 2023.

<sup>29</sup> FLORIDI, 2011.

dados de entrada são aqueles fornecidos aos sistemas e também podem ser chamados de dados de treinamento. Os dados de saída são aqueles gerados pelo sistema, com base nos padrões inferidos por meio dos dados de entrada. O sistema também pode ser retroalimentado, de modo que os dados de saída se tornem dados de entrada (ou dados de treinamento), a fim de melhorar a performance do sistema e, conseqüentemente, a efetividade da capacidade preditiva.

Retomando a etimologia da palavra *datum*, participio do verbo dar, ou seja, aquilo que é dado ou entregue, é possível estabelecer uma interessante conexão com o sentido atual do termo no contexto de dados digitais. Esses dados, presentes em plataformas em quantidades inimagináveis, também são entregues pelos usuários de forma praticamente involuntária.<sup>30</sup> A grande capacidade de armazenamento de dados deu origem ao Big Data, que pode ser traduzido de forma literal como “grandes dados” e diz respeito à grande quantidade armazenada de dados nos sistemas digitais. A centralidade que os dados possuem na indústria das gigantes da tecnologia (Big Techs), nos dias atuais, impõe novos desafios associados ao tratamento e uso dessa grande quantidade armazenada de dados que, por certo, são entregues por pessoas.

Os algoritmos funcionam por meio de dados de entrada e dados de saída e, dessa forma, por meio de dados que são entregues aos sistemas pelos usuários. Nesse sentido, é possível fazer um paralelo entre o sentido de dados pensado em sua etimologia – que denota algo que é entregue – com os dados digitais, uma vez que não existiria Big Data sem pessoas entregando os seus dados por meio dos sistemas que operam nas plataformas que utilizam a internet para o seu funcionamento. A transformação da ação social em dados quantificados online pode ser conhecida como dataficação.<sup>31</sup> Segundo Van Djick,

Ao longo da última década [década de 2010], a dataficação cresceu e se tornou um novo paradigma aceito para entender socialização e comportamento social. Com a Web 2.0 e a proliferação de seus sites de redes sociais, muitos aspectos da vida social foram codificados que nunca tinham sido quantificados antes – amizades, interesses, conversas casuais, pesquisas de informações, expressões de gostos, respostas emocionais, e tantas outras. [...] Interações sociais quantificadas subsequentemente foram disponibilizadas a terceiros, seja por outros usuários, corporações, agências governamentais, ou outras plataformas.<sup>32</sup>

<sup>30</sup> Ao contrário do que as gigantes das tecnologias, as Big Techs, gostariam que se acreditasse, a entrega de dados pessoais a essas empresas, supostamente consensual por meio da aceitação dos termos de consentimento, suscita questionamentos em relação ao fato de que o usuário quase nunca tem conhecimento acerca dos dados que estão sendo compartilhados. Muitas vezes, a expressão da vontade do usuário não é relevante e o seu consentimento aos termos pode ocorrer sem uma prévia compreensão das consequências ou sobre quais os dados coletados e como são armazenados e utilizados.

<sup>31</sup> MAYER-SCHOENBERGER, Viktor; CUKIER, Kenneth. *Big data: a revolution that will transform how we live, work, and think*. London: John Murray Publishers, 2013.

<sup>32</sup> VAN DJICK, José. Datafication, dataism and dataveillance: big data between scientific paradigm and ideology. *Surveillance & Society*, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 198-199, 2014, tradução nossa. Do original: “Over the past decade, datafication has grown to become an accepted new paradigm for understanding sociality and social behavior. With the advent of Web 2.0 and its proliferating social network sites, many aspects of social life

Um dos exemplos discutidos pela autora é a plataforma digital do Twitter, atual X. Segundo Van Djick, a plataforma permite a dataficação de sentimentos pessoais, pensamentos e intuições enquanto registra e coleta de forma passiva e neutra respostas “espontâneas”, como “facilitadora neutra”.<sup>33</sup> Em sua obra, a autora questiona a neutralidade que as plataformas afirmam possuir, argumentando que os algoritmos que trabalham por trás das redes são programados para manipular o comportamento futuro das pessoas usuárias, o que contradiz a afirmação de que a plataforma apenas registra o comportamento humano como ele é.<sup>34</sup>

Nesse contexto, o Big Data pode não representar em si uma ameaça ao pensamento racional e à ética. Porém, o tratamento e atribuição de sentido aos dados nem sempre é baseado em princípios como a transparência e a neutralidade, como veremos no quinto capítulo. Por detrás de cada sistema, existem algoritmos treinados por humanos e dados reproduzidos por humanos, com vieses que não necessariamente estão alinhados com os princípios de um Estado Democrático. Os dados transmitidos e armazenados, ainda, podem ser portadores de informação ou de desinformação. A partir do momento em que um conteúdo é compartilhado, ainda que uma plataforma ou sistema possua mecanismos de moderação, se torna um desafio controlar os impactos nos agentes recipientes. É um desafio, por exemplo, retificar uma informação divulgada nas plataformas, uma vez que milhares de visualizações e compartilhamentos tenham sido alcançados por uma mensagem que era equivocada. Como é possível mensurar o potencial dano que tal mensagem pode ter provocado em toda a rede de usuários que a receberam?

Van Djick<sup>35</sup> explica que há uma ideologia por trás dessa nova economia baseada em dados, que é o *dataísmo*, que se beneficia da ideia de que os dados são “naturais”, que são registrados apenas para acumular conhecimento sobre o comportamento humano. Em contrapartida, os cientistas de dados atribuem sentido ao conhecimento acumulado e interpretam esses dados com base em questões que não são apenas quantitativas, mas também qualitativas, com base em suas crenças e experiências. Nesse sentido, é possível inferir que podem haver várias interpretações a respeito desses dados coletados.

Os dados podem não ser portadores de informação, dependendo do seu conteúdo, como foi explorado neste tópico, porém, é muito comum que estes sejam utilizados como sinônimos.

---

were coded that had never been quantified before—friendships, interests, casual conversations, information searches, expressions of tastes, emotional responses, and so on. [...] Quantified social interactions were subsequently made accessible to third parties, be it fellow users, companies, government agencies, or other platforms”.

<sup>33</sup> VAN DJICK, 2014.

<sup>34</sup> *Ibid.*

<sup>35</sup> *Ibid.*

Nesse sentido, atualmente, faz-se necessário um aprofundamento no estudo sobre os fenômenos que envolvem os dados e as informações (ou, no caso, desinformações) que circulam online. Para isso, discutimos, a seguir, o conceito de desordem informacional, introduzido por um relatório que categoriza esse fenômeno em tipos, fases e elementos. Esse relatório é relevante, pois é um proeminente estudo que propõe uma abordagem conceitual sobre os fenômenos das informações falsas, desinformação e informações maliciosas. A abordagem conceitual que é proposta por Wardle e Derakhshan<sup>36</sup>, no referido relatório, no entanto, será analisada e uma nova proposta de conceituação é apresentada para atender aos propósitos desta pesquisa.

## 4.2 A desordem informacional – tipos, fases e elementos

Com o crescente uso das plataformas digitais e sua influência constante em nossas escolhas e tomada de decisões, se tornou comum a utilização de termos como desinformação, pós-verdade e *fake news*. Em vista disso, é necessário realizar um esforço conceitual a respeito dos diversos conteúdos que são criados, reproduzidos e distribuídos, de maneira desordenada e rápida, através da internet. Wardle e Derakhshan<sup>37</sup> elaboraram um relatório em que abordam a desordem informacional e examinam seus desafios. Para tratar desse fenômeno, os autores apresentam uma estrutura conceitual que aborda seus tipos, fases e elementos.

Embora o impacto histórico dos rumores e dos conteúdos fabricados tenha sido bem documentado, argumentamos que, com a tecnologia social contemporânea, estamos testemunhando algo novo: poluição informacional em escala global; uma complexa rede de motivações para criar, disseminar e consumir essas mensagens “poluídas”; uma infinidade de tipos de conteúdos e técnicas para amplificá-los; inúmeras plataformas que hospedam e reproduzem tais conteúdos; e velocidades incríveis de comunicação entre pares confiáveis.<sup>38</sup>

No trecho acima, é apresentado o contexto que justifica a necessidade de uma reflexão conceitual sobre a poluição informacional, que demanda a atuação em várias frentes. Essa questão recebe mais atenção neste capítulo, com o objetivo de discutir criticamente a linguagem utilizada para capturar efetivamente a complexidade do fenômeno. A escolha em não utilizar o termo *fake news* e, sim, desordem informacional é justificada por duas razões – em primeiro lugar, os autores o julgam inadequado para descrever os fenômenos complexos da poluição

<sup>36</sup> WARDLE; DERAKHSHAN, 2023.

<sup>37</sup> WARDLE; DERAKHSHAN, 2023.

<sup>38</sup> *Ibid.*, p. 17.

informacional; em segundo, observam que o termo começou a ser apropriado por políticos de várias partes para descrever organizações de notícias com cobertura que os desagradam.<sup>39</sup>

A única definição de desordem informacional encontrada no relatório considera que a informação falsa (*mis-information*), a desinformação (*dis-information*) e a informação maliciosa (*mal-information*) juntas formam a desordem informacional. Em alguns momentos, os autores também mencionam o fenômeno de poluição informacional e, em nota de rodapé, explicam que este termo foi usado pela primeira vez por Jakob Nielsen, em 2003, para descrever informações irrelevantes, redundantes, não solicitadas e de baixo valor.<sup>40</sup> Ainda que seja um conceito diferente de desordem informacional, com base na explicação que remete ao texto de Jakob Nielsen, é possível associar um conceito ao outro, como sinônimos.

Analisando essa temática, destacamos que, se desordem informacional é informação falsa, desinformação e informação maliciosas combinadas, é possível depreender que todos esses termos também sejam informações irrelevantes, redundantes, não solicitadas e de baixo valor? A respeito de serem informações irrelevantes, pode ser que o conteúdo da mensagem não seja relevante, mas o seu efeito o é, uma vez que a emergência das TICs e da IA desencadearam novos desafios e câmbios em vários âmbitos de nossas vidas, como mencionado anteriormente, compelindo o poder público e organismos internacionais a agir em relação a esses câmbios. A mesma lógica se aplica para o caráter não solicitado e de baixo valor. Sobre a redundância, nem todo conteúdo que configura como um tipo de desordem informacional terá essa característica. Há categorias de desordem informacional que imitam as mídias tradicionais. Nesse sentido, consideramos que a desordem informacional e a poluição informacional são conceitos diferentes, considerando as definições estabelecidas pelos autores.

Acerca do mesmo tema, é importante destacar também as suas fases – criação, (re)produção e distribuição – e seus elementos – agente, mensagem e intérprete. Antes de discutir suas fases, devemos compreender os três tipos de desordem informacional, portanto, seguiremos apresentando o que as distingue, de acordo com os autores. A primeira distinção leva em consideração dois aspectos: a falsidade ou não da mensagem e a intenção (ou não) de causar dano. Assim, os três tipos de desordem informacional se cruzam da seguinte forma: informação falsa – é falsa, mas não foi criada para provocar dano; desinformação – é falsa e deliberadamente criada para causar dano para uma pessoa, grupo social, organização ou país; informação maliciosa – é baseada na realidade, mas usada para provocar dano a uma pessoa,

---

<sup>39</sup> WARDLE; DERAKHSHAN, 2023.

<sup>40</sup> *Ibid.*

um grupo social e/ou a uma organização ou país. Na Figura 1, abaixo, indicamos os tipos de desordem informacional apresentadas por Wardle e Derakhshan.<sup>41</sup>

**Figura 1** – Tipos de desordem informacional



**Fonte:** Wardle e Derakhshan<sup>42</sup>

Existem inúmeros exemplos conhecidos de informações falsas que foram propagadas, principalmente a partir de 2018, no Brasil. Um dos exemplos que pode ser destacado são as informações difundidas sobre as vacinas. Vale citar um estudo de 1998 publicado no *The Lancet*, que ligava a vacina tríplice viral a casos de autismo. O médico teve seu registro cassado e outros médicos refutaram seus argumentos em vários artigos científicos. A própria revista *The Lancet* retratou-se, posteriormente, deixando claro que as conclusões do estudo eram falsas. Ainda assim, após 20 anos, esse mito continua circulando. Outros exemplos são a crença de que a imunização pela contração da doença é melhor do que a imunização pela vacina e a de que não é necessário tomar vacina contra doenças já controladas.<sup>43</sup>

Exemplos de desinformação são mais facilmente identificáveis, uma vez que a maioria das informações propagadas em período eleitoral que são falsas têm a intenção de causar dano a um candidato oposto. Nesse sentido, podemos mencionar a imagem de uma suposta conversa

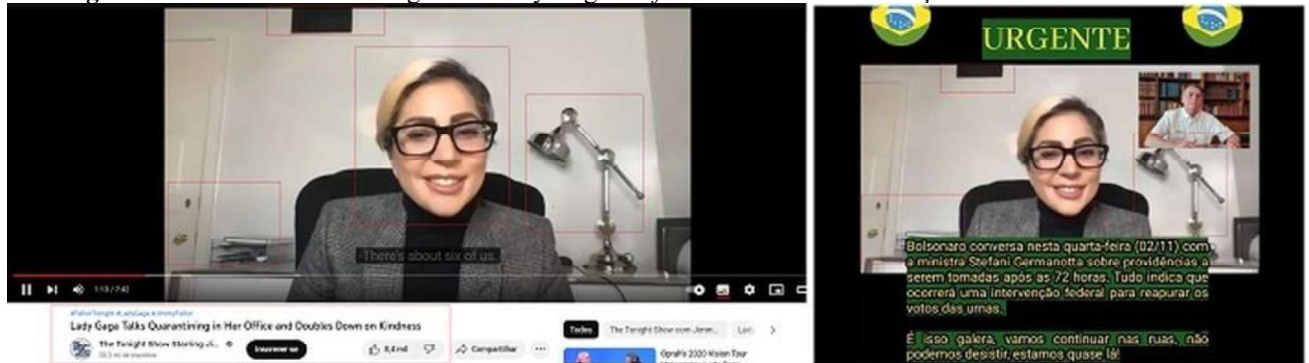
<sup>41</sup> Ressaltamos que Wardle e Derakhshan consideram falsidade e dano como variáveis importantes para compreensão da tipologia. Cf. WARDLE; DERAKHSHAN, 2023.

<sup>42</sup> WARDLE; DERAKHSHAN, 2023, p. 20.

<sup>43</sup> KATO, Mônica. 11 principais fake news sobre vacinas. *Revista Crescer*, Rio de Janeiro, 22 set. 2021. Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Quem-ama-vacina/noticia/2021/09/11-principais-fake-news-sobre-vacinas.html>. Acesso em: 2 maio 2024.

que foi divulgada durante as eleições de 2022 entre o candidato à presidência Jair Bolsonaro e a suposta ministra de Haia Stefani Germanotta, que, na verdade, era a cantora Lady Gaga.<sup>44</sup> Na Figura 2, inscrita abaixo, ilustramos esse caso.

**Figura 2** – Uso indevido da imagem de Lady Gaga em *fake news* durante as eleições de 2022 no Brasil



**Legenda:** À direita, a imagem de uma *fake news* que circulou em 2022, utilizando indevidamente a imagem da cantora americana Lady Gaga; e, à esquerda, visualizamos a imagem do vídeo que foi originalmente gravado no programa “The Tonight Show Starring com Jimmy Fallon”, em que Lady Gaga participou. A foto é acompanhada da legenda “URGENTE. Bolsonaro conversa nesta quarta-feira (02/11) com a ministra Stefani Germanotta sobre providências a serem tomadas após as 72 horas. Tudo indica que ocorrerá uma intervenção federal para reapurar os votos das urnas. É isso galera, vamos continuar nas ruas, não podemos desistir, estamos quase lá!”.

**Fonte:** Domingos.<sup>45</sup>

As informações maliciosas não ganham grande destaque no relatório, pois os autores escolheram dar foco nos tipos de informação que são falsas. Um exemplo que pode ser mencionado de informação maliciosa que circulou foi o vazamento de e-mails do chefe de campanha da Hillary Clinton, John Podesta, pela WikiLeaks. Em um fórum de mensagens chamado *8chan*, usuários do grupo */pol/* (abreviação de “politicamente incorreto”) vasculharam os e-mails e divulgaram alegações sobre a candidata, baseados na realidade, uma vez que utilizaram os e-mails vazados.<sup>46</sup>

Os três tipos apresentados não são por si só suficientes para compreender o fenômeno da desordem informacional. Isso porque a informação não existe por si só. Ela é produzida por alguém e destinada para alguém, com determinado propósito/motivação. Destarte, os autores apresentam a segunda distinção baseada em elementos. São eles: o *agente* – quem foram os “agentes” que criaram, produziram e distribuíram a mensagem, e qual foi sua motivação? –; a

<sup>44</sup> DOMINGOS, Roney. É #FAKE que imagem em que aparece Lady Gaga mostre conversa entre Bolsonaro e ministra sobre eleições. *GI*, São Paulo, 04 nov. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/eleicoes/noticia/2022/11/04/e-fake-que-imagem-em-que-aparece-lady-gaga-mostre-conversa-entre-bolsonaro-e-ministra-sobre-eleicoes.ghtml>. Acesso em: 2 maio 2024.

<sup>45</sup> DOMINGOS, 2022, n. p.

<sup>46</sup> MARWICK, Aline; LEWIS, Rebecca. *Manipulação da mídia e desinformação online*. New York: Data & Society Research Institute, 2024.

*mensagem* – que tipo de mensagem era? Qual formato ela tomou? Quais eram suas características? –; e o *intérprete* – quando a mensagem foi recebida por alguém, como eles interpretaram a mensagem? Se for o caso, quais medidas eles tomaram?<sup>47</sup>

Ao lado desses elementos, os autores introduzem as três fases: de *criação* – quando a mensagem é criada; de *(re)produção* – quando a mensagem é transformada em produto de mídia; e de *distribuição* – quando o produto é distribuído ou tornado público. As duas distinções são postas lado a lado. Muitas vezes, a mensagem é criada pelo agente que a produz.<sup>48</sup>

Por exemplo, as motivações do idealizador que “cria” uma campanha de desinformação patrocinada pelo Estado é muito diferente dos “trolls” mal pagos encarregados de transformar os temas da campanha em posts específicos. E uma vez que uma mensagem tenha sido distribuída, ela pode ser reproduzida e redistribuída infinitamente, por muitos agentes diferentes, todos com diferentes motivações.<sup>49</sup>

Os elementos estão em diferentes fases da cadeia da informação, mas o agente está em todas elas, segundo os autores. A respeito do agente, é necessário levantar as seguintes questões: Que tipo de ator são eles? Oficiais, como serviços de inteligência, partidos políticos e outros, ou não oficiais, como grupos de cidadãos? Quão organizados eles são? Quais são suas motivações? Qual o público pretendido? O agente está utilizando tecnologia automatizada? Pretendem enganar? Pretendem causar dano?<sup>50</sup> Das questões levantadas por Wardle e Derakhshan quanto ao agente, interessa-nos dar destaque à organização deles, suas motivações e se estão utilizando tecnologia automatizada.

Os autores diferenciam atores oficiais de não oficiais e concluem que “Quando os atores oficiais estão envolvidos, a sofisticação, o financiamento e o impacto potencial de uma mensagem ou campanha de mensagens sistemáticas é muito maior”<sup>51</sup>. É provável que atores oficiais, quando organizados, elevam o patamar, principalmente relativo ao financiamento, contudo como é possível avaliar os mesmos parâmetros de sofisticação e impacto potencial de grupos não oficiais? Quando estes grupos possuem um grau sofisticado de organização, o impacto potencial não seria também considerável? Em se tratando de agentes oficiais, a rastreabilidade das atividades é mais direcionada, entretanto, quando são agentes não oficiais, como é possível mapear os danos provocados? O nível de organização, nesse sentido, não influenciaria mais do que o fato de um grupo ser oficial ou não? Nesse sentido, a conclusão

---

<sup>47</sup> WARDLE; DERAKHSHAN, 2023.

<sup>48</sup> WARDLE; DERAKHSHAN, 2023.

<sup>49</sup> *Ibid.*, p. 51.

<sup>50</sup> *Ibid.*

<sup>51</sup> *Ibid.*, p. 62.

traçada pode não condizer com a complexidade do enxame digital que se forma nas plataformas. É verdade, porém, que o nível de financiamento pode envolver estratégias que amplificam o alcance, como é o exemplo da contratação de *trolls*, *bots* e *cyborgs*.

A motivação dos agentes é dividida em três categorias: a política<sup>52</sup>, a financeira<sup>53</sup> e a social e psicológica<sup>54</sup>. Sobre esse ponto, é importante voltar à primeira distinção, que diferencia a informação falsa da desinformação, baseada na intenção de causar dano. Dada a complexidade das plataformas digitais, é possível mapear a intenção do agente que criou determinada informação? Não teriam todas as mensagens falsas algum potencial de dano? Em uma campanha eleitoral, por exemplo, não seriam todas as informações falsas divulgadas com intenção de causar dano ao candidato oposto? Nesse sentido, é necessário refletir se é possível tratar do conceito de informação falsa, sem intenção de provocar danos, uma vez que avaliar a intenção do agente pode ser uma tarefa inalcançável.

Finalmente, a respeito da utilização de tecnologia automatizada, os autores explicam que a utilização dos *bots*, além de impulsionar o alcance das informações, exploram nossos vieses cognitivos e sociais de modo a criar a ilusão de que várias pessoas endossam a mesma informação, fazendo com que uma propaganda pareça mais popular do que ela realmente é, e, destarte, que a mensagem pareça verdadeira.<sup>55</sup> Além de os *bots* influenciarem pessoas com vieses correspondentes à visão endossada por eles, os grupos de pessoas que se opõem às informações propagadas também podem ser compelidos a promover engajamento, uma vez que esses estímulos são capazes de despertar sentimentos negativos, como de raiva ou de aversão. Além disso, Wardle e Dekhshan destacam que,

Como Messing e Westwood argumentaram, “as mídias sociais tiveram dois efeitos: ao reunir narrativas de várias fontes, o foco está na narrativa, e não na fonte; em segundo lugar, são endossos e recomendações que orientam o público” ao invés dos portais de notícias tradicionais ou hábitos de leitura arraigados.<sup>56</sup>

O foco na narrativa, em detrimento da fonte, é uma tendência que deve receber atenção, visto que levanta um desafio – a credibilidade da mensagem não está mais associada ao esforço

---

<sup>52</sup> Wardle e Dekhshan apresentam a campanha de desinformação russa contra a União Europeia e os Estados Unidos como medida não militar de alcançar objetivos políticos. Cf.: WARDLE; DERAKHSHAN, 2023.

<sup>53</sup> Por exemplo, Wardle e Dekhshan tratam de empresas que produzem ou distribuem informação para fins lucrativos através de publicidade, assim como compreendem que é possível que a motivação financeira pode também ser acompanhada de outros tipos de motivação. Cf.: WARDLE; DERAKHSHAN, 2023.

<sup>54</sup> Destacamos que Wardle e Dekhshan consideram motivações relacionadas à intenção de causar problemas ou entreter. Cf.: WARDLE; DERAKHSHAN, 2023.

<sup>55</sup> WARDLE; DERAKHSHAN, 2023.

<sup>56</sup> *Ibid.*, p. 31-32.

de verificação e embasamento, mas no nível de persuasão e atratividade que a mensagem possui, considerando que o intérprete receberá e interpretará a mensagem de forma a embutir nela suas crenças e experiências. Nesse sentido, podemos citar Barroso: “infelizmente, segundo estudos, conteúdos falsos, difamatórios e sensacionalistas, que despertam raiva ou manifestam ódio, produzem muito mais engajamento do que publicações factuais, moderadas e racionais”.<sup>57</sup>

Wardle e Derakhshan endossam a tese defendida por Carey, que trata do aspecto ritualístico da comunicação, isto é, de que a comunicação não é mera transmissão de informações, mas uma “representação de crenças compartilhadas”<sup>58</sup> e, por conseguinte, “um retrato de forças em conflito no mundo”<sup>59</sup>. De forma semelhante, McLuhan elucida que “Toda forma de transporte não apenas conduz, mas traduz e transforma o transmissor, o receptor e a mensagem”.<sup>60</sup> Ao abordar esse aspecto, Wardle e Derakhshan entendem que o intérprete não é, muitas vezes, um receptor passivo da mensagem.<sup>61</sup> Cada um dará sua interpretação com base em suas crenças, experiências e posição sociocultural. A forma com que o intérprete interage com a mensagem pode torná-lo um agente na cadeia de informação.

A análise do relatório de Wardle e Derakhshan sobre os tipos, elementos e fases da desordem informacional evidenciam o *loop* que é reproduzido nas plataformas digitais. Uma cadeia de informação pode ser formada por vários agentes, infinitas mensagens e diferentes intérpretes, gerando novas cadeias de informação, todas interconectadas entre si. O que os autores definem como informações maliciosas não ganham destaque no relatório, contudo, nesta pesquisa, esse tipo de desordem também é importante, uma vez que é capaz de gerar desinformação. Na perspectiva de Floridi<sup>62</sup>, a desinformação ocorre quando a informação falha. O fato de uma mensagem não ser falsa não exclui seu potencial para manipular e/ou influenciar os intérpretes e, até mesmo, de causar dano, dependendo de seu conteúdo.

As distinções estabelecidas por Wardle e Derakhsha<sup>63</sup> não abarcam toda a complexidade do que é reproduzido na internet, em função disso estas não são adotadas neste estudo. Os tipos de desordem informacional podem se confundir em determinados contextos. Por exemplo, o discurso de ódio, que é considerado uma informação maliciosa para os autores, pode ser falso, além de causar dano, ao contrário do que mostra a categoria apresentada por Wardle e

---

<sup>57</sup> BARROSO, Luís Roberto. Democracia, populismo e desinformação. *Blog Luís Roberto Barroso*, [S. l.], 07 mar. 2022. Disponível em: <https://luisrobertobarroso.com.br/?p=1795>. Acesso em: 2 maio 2024.

<sup>58</sup> CAREY, J. *Communication as culture: essays on media and society*. London: Routledge, 1989. p. 15.

<sup>59</sup> *Ibid.*, p. 16-17.

<sup>60</sup> MCLUHAN, 2012, n. p.

<sup>61</sup> WARDLE; DERAKHSHAN, 2023.

<sup>62</sup> FLORIDI, 2011.

<sup>63</sup> WARDLE; DERAKHSHAN, 2023.

Derakhshan. O discurso de ódio pode demonstrar a falta de conhecimento da pessoa que o difunde sobre determinado grupo social minoritário, provocando a desinformação. Um exemplo que pode ser evocado é utilizar termos pejorativos para tratar das religiões de matriz africana e associá-las a práticas que causam mal às pessoas, o que é ofensivo para as pessoas que praticam a religião e, ao mesmo tempo, causa desinformação sobre essa comunidade.

O “conteúdo enganoso” é categorizado como informação falsa e apresentado como material que não tem potencial de causar dano, como podemos observar na Figura 1 deste capítulo. Entretanto, ressaltamos que, na prática, não é possível apreender a intenção de quem produz conteúdo, bem como daqueles que compartilharam, posteriormente, em uma plataforma digital. Os exemplos de limitações são diversos, em função disso os fatores que são levados em consideração nesta pesquisa não são apenas a intenção de causar dano e a falsidade ou não de uma informação. Os tipos e os subtipos se entrecruzam, não sendo possível particularizá-los. Uma sociedade em rede, com seus diversos agentes potencializadores, é muito complexa para permitir tal redução em categorias. Por esse motivo, compreendemos que o termo mais abrangente é desinformação, que abarca também as informações falsas e maliciosas, sem as limitações que se impõem na identificação do agente e de sua intenção ao propagar um conteúdo, quer seja falso, tendencioso ou manipulado.

#### **4.3 Desinformação – conceito antigo, novas roupagens**

A desinformação (palavra formada pelo prefixo *des-* e pela palavra *informação* – *desinformação*) é um conceito antigo, mas que se tornou muito comum no período atual, com o avanço da inteligência artificial e as chamadas “novas tecnologias”. Com o advento da internet, do Big Data e da inteligência artificial, houve uma grande mudança na forma como é realizada a comunicação. Atualmente, observamos que as relações e as comunicações são realizadas constantemente no ambiente online, com as seguintes características: rapidez de difusão de conteúdos; circulação de enormes quantidades de informações (no sentido objetivo e quantitativo da palavra, que considera como informação os sinais transmitidos); eliminação da barreira do espaço físico para disseminação de uma mensagem ou para se comunicar; mecanismos de recomendação com base em conteúdos consumidos, utilizados para realizar o perfilamento de uso; e as diferentes opções de plataformas sociais existentes. “Certamente, a Internet e o crescimento das mídias sociais não inventaram o fenômeno da desinformação, mas criaram um ambiente propício para que houvesse uma difusão em massa de notícias falsas, em

velocidade nunca antes vista na história da humanidade”.<sup>64</sup> A inteligência artificial adiciona à equação a ubiquidade. Esse assunto é abordado com mais afinco no próximo capítulo.

Observamos que é possível estabelecer uma relação entre a desinformação e as últimas campanhas eleitorais no Ocidente. Diversos trabalhos<sup>65</sup> abordam como a desinformação foi uma estratégia, por exemplo, utilizada nas eleições dos Estados Unidos, principalmente em 2016, no contexto do escândalo da Cambridge Analytica<sup>66</sup> em relação à campanha pró-Trump, evento que teve uma grande repercussão em função do nível de coordenação e das estratégias desenvolvidas. Além disso, as eleições francesas de 2017, as eleições brasileiras de 2018 e o período pandêmico, marcado pelo negacionismo científico, também são exemplos pertinentes. Esses eventos foram mencionados com o intuito de exemplificar.

A seguir, procuramos discutir acerca do que, efetivamente, é desinformação, que não é um conceito novo, mas que ganhou nova roupagem com o advento da internet e da inteligência artificial. Essas novidades promovem abalos no Estado de Direito e na democracia, tal qual concebemos hoje, cuja concretização mais evidente pode ser observada nas urnas. Sobre esse tópico, discutimos a concepção reversa da lógica de informação, uma vez que o prefixo neolatino <sup>67</sup> *des-* indica negação, portanto desinformação é a negação de informação. Considerando isso, podemos argumentar que a desinformação também é a negação da verdade. Desinformação é necessariamente uma informação falsa ou descontextualizada.

A invenção da prensa de Gutenberg, em meados do século XV, e a consequente possibilidade de impressão em massa de livros, jornais e panfletos marcaram a emergência de uma comunicação mais efetiva devido a sua maior capacidade de divulgação. Entretanto, apenas é possível tratar de desinformação como estratégia de condução e manipulação da opinião, como é concebido hoje, a partir do momento em que a propaganda teve um papel mais ativo em relação à política. Embora seja imprescindível destacar que a propaganda nem sempre conterà desinformação. Além disso, sublinhamos que datar o surgimento da

<sup>64</sup> ALVES, Marco Antônio Sousa; MACIEL, Emanuella Ribeiro Halfeld. O fenômeno das *fake news*: definição, combate e contexto. *Internet & Sociedade*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 144-171, jan. 2020. p. 150.

<sup>65</sup> Alguns exemplos são: D’ANCONA, 2018; KAISER, 2019; KLEIN, 2017; OYAMA, 2020; ZUBOFF, 2020.

<sup>66</sup> O escândalo mencionado diz respeito ao vazamento de dados do Facebook de mais de 50 milhões de pessoas que foram utilizadas pela empresa de análise de dados sem consentimento, com o objetivo de fazer propaganda política pró-Trump nas eleições de 2016 dos EUA. Na Europa, a empresa também foi contratada pelo grupo que promovia a saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit). Cf: ENTENDA o escândalo de uso político de dados que derrubou valor do Facebook e o colocou na mira de autoridades. *BBC News*, Rio de Janeiro, 20 mar. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/entenda-o-escandalo-de-uso-politico-de-dados-que-derrubou-valor-do-facebook-e-o-colocou-na-mira-de-autoridades.ghtml>. Acesso em: 4 jan. 2025.

<sup>67</sup> A origem do sufixo *des-* não é completamente esclarecida, porém o sufixo é considerado uma inovação neolatina suplantada do prefixo *de-*, que, no latim, designava separação, afastamento, cessação, negação e intensidade. Cf.: SANTOS, Alice Pereira. Origem e desenvolvimento dos prefixos *de-* e *des-*. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 22, n. Esp., p. 167-187, 2020.

desinformação e até mesmo da propaganda não é tarefa fácil e nem o objetivo pretendido neste texto. A produção e divulgação de mentiras e informações falsas não são práticas exclusivas da Modernidade, porém, enfatizamos que os meios de comunicação de massa abriram portas para o agravamento dessas ações em função do alcance das mídias. Nesse sentido, McLuhan argumenta que “A imprensa apresentou uma imagem de precisão repetitiva que inspirou formas totalmente novas de expansão das energias sociais”.<sup>68</sup>

Segundo Floridi<sup>69</sup>, a desinformação surge quando o processo de informação falha, por falta de objetividade, em caso de propaganda; de completude, em caso de *damnatio memoriae*<sup>70</sup>; e de pluralismo, em caso de censura. Esses fatores, para o autor, podem se entrecruzar. De acordo com o filósofo, não é necessário ter intenção para haver desinformação. O texto em questão foi publicado em 1996, portanto a dimensão do fenômeno da desinformação nessa época ainda não tinha alcançado o patamar em que chegou em comparação com o tempo presente. Em *The philosophy of information*, obra mais recente de Floridi<sup>71</sup>, o pensador defende que informação falsa é uma pseudoinformação, e não uma informação em si.

GDI [Definição Geral de Informação] está errada, pois valores de verdade não sobrevivem sobre a informação semântica, e informação falsa (isto é, informação semântica falsa) não é um tipo de informação semântica, mas pseudoinformação, ou seja, não é informação semântica de forma alguma.<sup>72</sup>

Resgatando a definição de informação, segundo Floridi<sup>73</sup>, que são dados bem formados, significativos e verdadeiros, a concepção de desinformação não se enquadra como informação, devido à ausência do valor de verdade, uma das condições para que algo seja considerado informação. A informação deve dar forma a algo, a um pensamento ou a algum conhecimento, ao invés de provocar danos e tentar torná-los irrelevantes. Nesse sentido, para os propósitos dessa pesquisa, damos maior ênfase às estratégias de desinformação utilizadas com intenção de manipular ou conduzir a opinião pública em relação a um projeto ideológico. Uma das estratégias que pode ser aplicada é a utilização de *fake news*, termo que foi popularizado, mas

---

<sup>68</sup> MCLUHAN, 2012. n. p.

<sup>69</sup> FLORIDI, Luciano. Brave.Net. World: the internet as a disinformation superhighway? *The Electronic Library*, [S. l.], v. 14, n. 6, p. 509-514, 1996.

<sup>70</sup> O termo pode ser traduzido por “condenação da memória”, pena proveniente do Direito Romano que consistia em destruir a imagem e a “memória” da pessoa que era condenada. Entretanto, o autor não deixa claro o que quer dizer com essa expressão.

<sup>71</sup> FLORIDI, 2011.

<sup>72</sup> *Ibid.*, p. 80, tradução nossa. Do original: “GDI is incorrect because truth-values do not supervene on semantic information, and misinformation (that is, false semantic information) is not a kind of semantic information, but pseudoinformation, that is, not semantic information at all”.

<sup>73</sup> *Ibid.*

que não se sabe exatamente do que se trata, tornando-se, assim, um termo “guarda-chuva”, pois assume vários sentidos. A falta de um alinhamento conceitual é algo comum no campo das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) e da inteligência artificial, o que corrobora com a dificuldade para lidar com os problemas a elas relacionados.

Entendemos que é necessário especificar o que, de fato, pode ser entendido por *fake news*, uma vez que também é uma estratégia de desinformação utilizada para manipular e/ou conduzir a opinião pública. A palavra *fake news*, cuja tradução para o português é notícia falsa, uma vez considerada “ao pé da letra”, denota o gênero notícia, utilizado pelo jornalismo, ou seja, um dos tipos de textos orais ou escritos que são transmitidos nas mídias tradicionais. Contudo, o termo adquiriu proporções que ultrapassam a dimensão das mídias tradicionais.

Segundo Meneses, *fake news* é “um documento deliberadamente falso, publicado online, com o objetivo de manipular os consumidores”.<sup>74</sup> Ademais, traz notas explicativas sobre as escolhas realizadas para adotar a definição. O termo “documento” é utilizado, por exemplo, e não apenas texto, pois além de recursos complementares ao texto, como vídeos e áudios, há também as *deep fakes* que tornam o texto irrelevante. “Deliberadamente falso” significa que, pelo menos parcialmente, quem elabora o conteúdo tem um entendimento de que é mentira. Além disso, acrescenta que a internet cria as *fake news* e que elas devem ser publicadas online para que a definição se aplique.<sup>75</sup> Alves e Maciel, entretanto, trazem um contraponto sobre a definição de Meneses, argumentando que o fenômeno das *fake news* deve ser compreendido para além do caráter insincero e manipulador. Conforme destaca os autores, *fake news*

[...] pode ser compreendido de maneira mais adequada como algo que envolve desinformações produzidas em contextos de embate e disputa ideológica. Via de regra, as *fake news* encontram seu motor não no desejo de negar a verdade, mas sim na vontade de vencer a disputa a qualquer preço, mesmo que para isso seja preciso falsear a realidade. As pessoas deixam de se perguntar se a notícia é verdadeira ou falsa. Estão ainda menos preocupadas se os fatos estão bem assentados ou se a fonte é confiável. A única coisa que importa é se a notícia favorece sua posição em um contexto polarizado. Assim, produzimos e fazemos circular informações de maneira entrincheirada, usando notícias e manchetes como armas no meio de um campo de batalha.<sup>76</sup>

A definição de Alves e Maciel faz uma analogia das redes sociais como um campo de batalha, fomentado pela polarização. Isso porque nas redes sociais são confrontadas de forma ininterrupta as divergências ideológicas dos usuários das plataformas. Em suas palavras,

<sup>74</sup> MENESES, João Pedro. Sobre a necessidade de conceptualizar o fenómeno das fake news. *Observatório (OBS\*) Journal*, [S. l.], v. 12, n. 4, special issue, p. 37-53, 2018. p. 47.

<sup>75</sup> *Ibid.*

<sup>76</sup> ALVES; MACIEL, 2020, p. 153, grifo dos autores.

Há controvérsias na tentativa de conceituação que dizem respeito, especialmente, ao fato de restringir as fake news apenas ao conteúdo falso produzido de forma intencional, excluindo outras notícias que promovem equívocos ou manipulam a verdade. O presente artigo considera que as fake news são “informações de combate” (Ribeiro & Ortellado, 2018a), cuja disseminação não possui como base, necessariamente, o dolo, ou seja, o objetivo de manipulação do receptor com intuito de enganar, mas é mais precisamente concebida como uma informação disseminada com objetivo de convencimento e de fortalecimento de uma posição no interior de uma disputa narrativa em um contexto altamente polarizado.<sup>77</sup>

Para os propósitos da pesquisa em questão, contudo, o conceito de desinformação será utilizado ao invés de *fake news*, devido à questão já levantada – *fake news* é muito usado, mas pouco compreendido. A própria tradução (notícia falsa) remete a apenas uma parte do problema e evoca o jornalismo que, apesar de também estar sujeito a desinformar, seja por meio de informações falsas, seja por conteúdos tendenciosos, não é esse o veículo de informação que está no centro do debate quando tratamos de *fake news*, mas, sim, as plataformas digitais.

Além do embate ideológico que o termo *fake news* carrega, a desinformação traz a negação da palavra cuja origem é dar forma a algo, o que é importante ao se considerar que os fenômenos da internet e das plataformas digitais, como é abordado nos próximos capítulos, muitas vezes, podem potencializar fragmentações sociais e dissensos. Os dissensos não são o problema exatamente, mas, sim, a aversão ao oposto que os dissensos nas redes sociais são capazes de provocar. Os dissensos sempre existiram e sempre existirão e não é algo que deve ser combatido. Contudo, a forma como eles se manifestam e seu potencial destrutivo é algo a se refletir, principalmente, em se tratando de plataformas que são territórios sem regras, em que as pessoas não são facilmente responsabilizadas pelas suas palavras e ações.

Para compreender o ponto principal da pesquisa que aborda a tensão entre a Cybercultura e a Democracia, é necessário compreender, primeiramente, a engenharia que está por trás de toda essa rede. O próximo capítulo aborda as características da nova era e, em seguida, o conceito de pós-verdade, que traz à tona a questão dos vieses e valores, temas que serão necessários para a análise proposta neste texto.

---

<sup>77</sup> ALVES; MACIEL, 2020, p. 152.

## 5 CYBERCULTURA – SOCIEDADE DO ESPETÁCULO, REDES SOCIAIS E DESORIENTAÇÃO

*A quase instantaneidade da comunicação, da imagem e do som a qualquer quadrante da Terra, assim como o encurtamento drástico das distâncias pelos novos meios de transporte volatizaram o tempo. Constatamos que a incidência sobre os anseios, hábitos e costumes da sociedade, provocada pelos extraordinários avanços tecnológicos, alterou muito mais o fator tempo do que o fator espaço. Descartes já observara: “O espaço é concreto, o tempo não” [...].*

*(Paulo Roberto Cardoso, 2016).*

A influência constante das mídias digitais em nossas vidas provocou uma série de transformações sociais, econômicas e culturais, que demandam um exercício de reflexão acerca das características que definem o nosso tempo. Naturalmente, existem inúmeras características que podem definir a contemporaneidade, muitas das quais ainda não foram mapeadas ou compreendidas. No capítulo anterior, discutimos o desenvolvimento das novas tecnologias do setor de informação e comunicação, assim como a ideologia subjacente à consolidação do Vale do Silício e das Big Techs. Nesta seção, analisamos alguns aspectos que caracterizam o momento atual em que vivemos. Para tanto, o capítulo foi estruturado em cinco subseções, que abordam os temas de: neutralidade, opacidade, imediatismo, liquidez, individualismo e espetacularização da vida.

Ressaltamos que propomos refletir sobre essas questões dado que o objetivo desta pesquisa é avaliar o fenômeno da “pós-verdade” e da desinformação em relação à razão moderna. No entanto, ressaltamos que outras características importantes também são mencionadas ao longo do capítulo de maneira a complementar o debate em torno desses aspectos centrais em análise. A suposta neutralidade das redes e a discussão sobre a opacidade são conexas e serão abordadas em um mesmo tópico. Elas se conectam, pois uma anula a outra. Enquanto houver opacidade, não é possível comprovar a neutralidade. A opacidade é associada à falta de transparência que, por sua vez, desencadeia um sentimento de que algo está sendo ocultado. Nesse sentido, o discurso de neutralidade da ideologia californiana parece mascarar a realidade opaca das redes. A Modernidade Líquida traz à tona as questões da fragmentação e volatilidade dos indivíduos, cada vez mais particularizados e desorientados mediante a rapidez da transmissão de dados, bem como das transformações que gera.

A fragmentação dos indivíduos vem acompanhada da espetacularização da vida, em que a atenção e a visibilidade assumem demasiada importância. O sucesso dos *coaches* e dos

influenciadores digitais demonstra a ilusão de proximidade construída por meio das constantes atualizações, *lives* digitais e vídeos. A proximidade, como veremos mais à frente, no capítulo seguinte, é um fator que, à primeira vista, pode inspirar confiança. No entanto, as redes sociais retratam apenas uma parte da vida das pessoas, de maneira que, se não conhecemos de fato a pessoa, podemos enxergar apenas aquilo que ela está disposta a mostrar. Logo, é difícil saber se a imagem da pessoa é apenas isso ou se reflete quem ela realmente é. Além disso, essa questão também se aplica aos políticos e às figuras públicas, em geral.

Após explorar algumas das características das TICs, abordamos a relação entre os fenômenos das câmaras de eco e filtros bolha e a teoria da espiral do silêncio. As câmaras de eco e filtros bolha (ou filtros algorítmicos) são efeitos das redes sociais que potencializam algumas das características mencionadas. Por fim, este presente capítulo trata do conceito de pós-verdade e o conflito entre o racional e o emocional, entre o Sistema 1 e o Sistema 2<sup>1</sup> (o pensamento rápido e o devagar), enfim, entre duas dimensões humanas que são igualmente importantes e nos afetam em vários aspectos de nossa vida.

## 5.1 A ilusão da neutralidade e a opacidade

Entre a comunidade científica, é comum o discurso que defende a neutralidade das tecnologias baseando-se no argumento de que se tratam de sistemas automatizados, capazes apenas de armazenar informações e combiná-las por meio de métodos estatísticos. Sobre essa neutralidade da ciência, Brochado afirma que dessa

[...] leitura de mundo e de humano que emerge a chamada *filosofia instrumentalista da tecnologia*, cuja noção principal é a de que a tecnologia aborda a natureza não como uma *essência que se cria* a si mesma, como entendiam os gregos, mas como mera *matéria-prima* a ser transformada conforme o que desejamos, num mundo compreendido mecanicamente (e não teleologicamente) e que está aí “para ser controlado e usado sem qualquer propósito interno”, submetido ao *controle humano* segundo uma *neutralidade* de valores.<sup>2</sup>

No escopo desse debate, é válido questionar como os sistemas automatizados assumem posicionamentos se são supostamente neutros. Nesse sentido, ressaltamos que, isoladamente, o sistema não é capaz de adotar posições, visto que opera com base em comandos programados e nos *inputs*. Todavia, chamamos atenção para o fato de que toda plataforma ou rede é gerida por uma organização, e os dados que alimentam esses sistemas são provenientes de ações

<sup>1</sup> KAHNEMAN, Daniel. *Thinking fast and slow*. New York: Farrar, Straus, Giroux, 2013.

<sup>2</sup> BROCHADO, 2023, p. 107, grifo da autora.

humanas. Desse modo, eles não funcionam apenas como intermediários, mas são projetados para prever e, em muitos casos, influenciar comportamentos futuros. Diante desse quadro, a neutralidade é uma ilusão, uma vez que os sistemas são programados e analisados por humanos.

Nessa mesma direção, Brochado<sup>3</sup> argumenta que a própria ciência não é neutra nem desideologizada, em contrapartida ao que parte da comunidade científica defende. A ciência baseia-se em evidências que, eventualmente, podem ser contestadas, e já se posicionou, por exemplo, de forma a justificar racismo, homofobia e machismo. Na obra *Cibercultura*, Pierre Lévy defende que o universo da cibercultura não tem centro nem linha diretriz, mas aceita todas que lhe são oferecidas, pois interrelaciona um ponto com qualquer outro, seja qual for a carga semântica das entidades relacionadas. No entanto, destaca que isso não significa que o “ciberespaço” seja neutro ou sem consequências.

O autor argumenta que o “ciberespaço” transforma as condições de vida em sociedade e as relações, estruturando-se como “[...] um universo indeterminado e que tende a manter sua indeterminação pois cada novo nó da rede de redes em expansão constante pode tornar-se produtor ou emissor de novas informações imprevisíveis, e reorganizar uma parte da conectividade global por sua própria conta”.<sup>4</sup> De forma semelhante, Brochado<sup>5</sup> frisa, retomando a discussão sobre Ernst Kapp, que o ser humano, em virtude de sua capacidade adaptativa, não apenas se adapta ao que produz tecnicamente, mas também aprende com tais adaptações. Diante dessa discussão, é importante citar a ideia da criação de agentes morais artificiais.

A empreitada mais ambiciosa dentre todos esses processos é a criação de agentes morais artificiais. Para unir esse desafio aos princípios da Ética filosófica, a chamada *Ética Computacional* vem tentando uma espécie de resgate do aristotelismo à medida que busca na *Ética das Virtudes* o caminho para criar máquinas inteligentes como *agentes morais artificiais*, os quais, inclusive, poderão ensinar e ser modelo comportamental para os seres humanos, na qualidade de seres “virtuosos” infalíveis que essas máquinas são.<sup>6</sup>

Entretanto, conforme defende Cantwell Smith<sup>7</sup>, a inteligência genuína exige capacidade de julgamento. Isso porque é necessário estabelecer uma relação entre a ampla gama de dados

---

<sup>3</sup> BROCHADO, 2023.

<sup>4</sup> LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2010, p. 113.

<sup>5</sup> BROCHADO, 2023.

<sup>6</sup> *Ibid.*, p. 480, grifo da autora.

<sup>7</sup> SMITH, Brian Cantwell. *The promise of artificial intelligence: reckoning and judgment*. Cambridge: The MIT Press, 2019.

combinados a partir de diferentes fontes e circunstâncias e as perspectivas subjetivas das pessoas que os analisam. Somente assim é possível dar sentido aos dados. Portanto,

Se um sistema não é por si só capaz de julgar, então nós que assumimos a responsabilidade pelas diferentes perspectivas e preconceitos de todas as fontes de registro e pela legitimidade de todas as instâncias de integração de dados [...] Ao contrário da moda atual, a mera habilidade de combinar estatisticamente dados reunidos de diversas formas sem exercitar o julgamento de cada etapa pode, na realidade, se opor ao que deveríamos chamar de inteligência, ao invés de favorecê-la.<sup>8</sup>

Nesse sentido, para Frank Pasquale<sup>9</sup>, há dois aspectos importantes para a discussão sobre a suposta neutralidade das tecnologias digitais que se interrelacionam. O primeiro é o viés “absorvido” por essas tecnologias, que estão constantemente tomando decisões controversas de altíssimo valor e ajudam a criar o mundo que alegam apenas nos mostrar. O segundo aspecto é o próprio funcionamento desses aparatos, que imitam, mas não reproduzem a inteligência humana. Os *inputs* de entrada são elementos que são processados e armazenados, no entanto, a visão crítica e a interpretação dessas informações, em geral, são conduzidas por humanos. Há limitações no grau de compreensão sobre aspectos que são exclusivamente humanos, apesar de alguns cientistas afirmarem que as máquinas realizam a tarefa com maior precisão.

O aspecto referente às limitações das tecnologias atuais introduz uma nova variável que também se configura como característica, principalmente, da inteligência artificial. Como foi abordado anteriormente, os dados armazenados a partir de diferentes fontes e circunstâncias são inúmeros e desordenados. A inteligência artificial, através de técnicas de aprendizado de máquina, opera de forma a dar sentido aos dados armazenados, de acordo com os *inputs* que são fornecidos para o sistema. Embora o *output* seja baseado em informações estatísticas, a maneira com que esses dados são organizados para responder a um comando ainda é desconhecida, o que demonstra o fenômeno da opacidade, ou seja, a falta de transparência sobre os processos maquínicos operados nas TICs.

Shoshana Zuboff<sup>10</sup> descreve um episódio, também mencionado na obra de Brochado<sup>11</sup>, em que o matemático e ativista Paul-Oliver Dehaye solicitou ao Facebook seus dados pessoais

---

<sup>8</sup> SMITH, 2020, p. 90, tradução nossa. Do original: “If a system is not itself capable of judgment, then it is we who bear responsibility for the differing perspectives and prejudices of all its registrational sources, and for the legitimacy of all of its instances of data integration [...] Contrary to current fashion, the mere ability to statistically combine data assembled from diverse sources without exercising judgment at each and every step may actually militate against, rather than for, anything we should want to call intelligence”.

<sup>9</sup> PASQUALE, Frank. *The black box society*. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

<sup>10</sup> ZUBOFF, 2020.

<sup>11</sup> BROCHADO, 2023.

coletados por meio dos públicos personalizados e das ferramentas de pixel de rastreamento. Esses dados revelariam quais páginas da web ele havia acessado e como o Facebook realizou o rastreamento de suas atividades. Em contrapartida, a empresa respondeu que o acesso aos dados requisitados exigia “superar enormes desafios técnicos”<sup>12</sup>. Esse acontecimento reforça a ideia de que essas plataformas não atuam de forma transparente a respeito do que é feito com os dados de entrada das pessoas usuárias da plataforma.

A respeito da opacidade das tecnologias digitais, Frank Pasquale<sup>13</sup> argumenta que a falta de transparência dos aparatos digitais pode desencadear implicações desastrosas. O autor denomina a opacidade como caixa preta (do inglês *black box*), metáfora que, ao mesmo tempo, pode denotar os sistemas de monitoramento de dados em aviões, trens e carros, como também um sistema cujo funcionamento é misterioso, de forma que podemos visualizar os *inputs* e *outputs*, todavia não conseguimos discernir como o primeiro se torna o segundo.

Para além disso, destacamos que os sistemas que utilizam a técnica de aprendizado de máquina realizam a tarefa de maneira que os *inputs* de saída se tornam *inputs* de entrada, com o objetivo de aprimorar suas respostas. Essa questão nos leva a questionar um princípio primordial da ciência: quando a IA combina diferentes fontes de dados, a fim de atender a algum comando ou pergunta, como garantir que a resposta do sistema não seja uma mera correlação ao invés de causa?

O que nos parece fundamental destacar é o fato que nós nos encontramos, assim, face à uma produção de saber (de saberes estatísticos constituídos de simples correlações) a partir de informações não selecionadas e, desse modo, perfeitamente heterogêneas. Essa produção de saber automatizada, ou seja, que exige o mínimo de intervenção humana, e acima de tudo, dispensa qualquer forma de hipótese prévia (como era o caso da estatística tradicional que “verificava” uma hipótese), evitando novamente qualquer forma de subjetividade.<sup>14</sup>

Diante desse complexo cenário, sublinhamos as palavras de Lévy<sup>15</sup>, que afirma: “O monstro desconhecido ‘tecnologia’ não pode seguir tornando reféns usuários dependentes, tecnófilos ignorantes quanto aos processos e às decisões, como se o monstro fosse domado

---

<sup>12</sup> ZUBOFF, 2020, p. 544.

<sup>13</sup> PASQUALE, 2015.

<sup>14</sup> ROUVROY, Antoinette; BERNIS, Thomas. La gouvernementalité algorithmique et perspectives d’émancipation: le disparate comme condition d’individuation par la relation? *Réseaux*, [S. l.], n. 177, p. 163-196, 2013, p. 170, tradução nossa. Do original: “Ce qu’il nous semble ici fondamental de noter est le fait que nous nous trouvons ainsi face à une production de savoir (des savoirs statistiques constitués de simples corrélations) à partir d’informations non triées, et donc parfaitement hétérogènes, cette production de savoir étant automatisée, c’est-à-dire ne réclamant qu’un minimum d’intervention humaine, et surtout se passant de toute forme d’hypothèse préalable (comme c’était le cas avec la statistique traditionnelle qui « vérifiait » une hypothèse), c’est-à-dire évitant à nouveau toute forme de subjectivité”.

<sup>15</sup> LEVY, 2010, p. 117-118.

apenas pelos geniais investigadores e criativos designers”. Zuboff chama de superávit comportamental o processo de armazenamento e utilização da base de dados que coletam ações e experiências humanas com o objetivo de cada vez aumentar a capacidade preditiva e, cada vez mais, gerar um superávit para a empresa, ou seja, para o lucro.

Essa vantagem informacional obtida da exploração sistemática dos dados constitui o que Zuboff chama de “superávit comportamental”, um conhecimento holístico que oferece uma posição dominante à organização que o controla, permitindo-lhe mobilizá-lo apenas em função dos objetivos que estabelece. Assim, a informação pertinente para o usuário só será divulgada se convergirem com o imperativo de valorização.<sup>16</sup>

Levando em conta o debate realizado nesta subseção, argumentamos que a opacidade representa uma barreira para que o sistema possa ser considerado verdadeiramente neutro. Isso ocorre não apenas pela falta de transparência sobre seu funcionamento, mas também em função dos vieses que podem ser assimilados pelas máquinas. Como vimos, qualquer tipo de *input* utilizado pelo sistema pode ser manipulado ou interpretado de alguma forma, tanto pela própria tecnologia quanto pelos agentes envolvidos em sua operação.

## 5.2 A Modernidade líquida e o imediatismo

Uma das características das tecnologias digitais que engendram efeitos no tecido social é a velocidade com que informações e desinformações circulam. Essa dinâmica é marcada pela quantidade de dados que são coletados, armazenados, processados, correlacionados e geram novos dados constantemente (ou chamados *outputs*), que são compartilhados milhares de vezes em tempo real. Por um lado, a consequência da velocidade da rede é um certo imediatismo e, por outro lado, a liquidez das relações, das instituições e do conhecimento. A sociedade em rede, conceito utilizado por Castells<sup>17</sup>, é uma sociedade cada vez mais impaciente e inquieta. O tempo parece estar sempre pressionando, de forma que a contemplação e até o tédio não tem mais espaço. O tédio é preenchido, imediatamente, pelas telas, seja através das redes sociais, seja através das plataformas de *streaming* ou jogos online.

---

<sup>16</sup> DURAND, 2020, p. 114, tradução nossa. Do original: “Cet avantage informationnel tiré de l’exploration systématique des données constitue ce que Zuboff appelle un « surplus comportemental », une connaissance holistique qui offre une position surplombante à l’organisation qui la contrôle, et lui permet de ne la mobiliser que par rapport aux objectifs qu’elle se donne. Ainsi, l’information pertinente pour l’utilisateur ne sera divulguée que si elle converge avec l’impératif de valorisation”.

<sup>17</sup> CASTELLS, 2023.

Uma cena comum atualmente são os celulares dispostos na mesa durante as refeições, que demandam nossa atenção continuamente com notificações e vibrações, nos distraindo de nossos compromissos. O design das plataformas é projetado de maneira que os usuários passem o maior tempo possível utilizando os serviços oferecidos. O tédio é uma sensação que pode ser considerada negativa. Fazer nada é cada vez mais difícil, devido a todos os estímulos que nos compelem a agir. Contudo, o tédio também possui uma importante função, principalmente, nos dias de hoje, em que o tempo escapa de nossas mãos mais rápido do que conseguimos assimilar.

A interpretação negativa do tédio tem raiz na origem do termo. Walter Benjamin<sup>18</sup> observa que o tédio começou a se propagar no início dos anos de 1840, no contexto da Revolução Industrial. A aceleração promovida pelos avanços nos meios de transporte e pelo crescimento das massas modificou a estrutura psíquica dos sujeitos. O tédio, segundo ele, era elemento componente da melancolia, como consequência do desenvolvimento capitalista. Sobre o mesmo fenômeno, Lars Svendsen<sup>19</sup>, o filósofo norueguês, explica que a partir do Romantismo e do surgimento do capitalismo o tédio se tornou uma questão existencial, exercendo influência no humor, na subjetividade e na relação da pessoa humana com o mundo. O tédio pode ser desconfortável e até mesmo tornar-se uma forma de sofrimento, no entanto, na concepção de Svendsen, isso é mais sintoma do que consequência. Sintoma de uma sociedade em que as subjetividades são, muitas vezes, suprimidas em virtude do individualismo e da renderização comportamental, uma vez que somos expostos cotidianamente a uma positividade tóxica das redes sociais, que provoca a valorização do *ter* ao invés de *ser*.

Dessa maneira, nunca estamos satisfeitos com quem somos e a reflexão existencial se torna algo indesejável, um fator ansiogênico e, por vezes, depressivo. Essa necessidade de escape do tédio reforça a mecanização de nossa rotina e a tendência à produtividade, visto que nunca somos “bons o suficiente” em um regime meritocrático que nos coloca em competição com outras pessoas, apesar de ser evidente que há uma desigualdade de oportunidades que beneficia uns e cria obstáculos para outros. O tédio, quando debatido por meio de uma perspectiva positiva, além de nos tornar conscientes de nós mesmos, de nossas subjetividades, dos nossos interesses e objetivos e da nossa relação com o mundo, potencializa nossa capacidade criativa. A criatividade, ao contrário do que pode ser imaginado, nem sempre acontece quando estamos concentrados na criação. Muitas vezes,

---

<sup>18</sup> BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2009.

<sup>19</sup> SVENDSEN, Lars. *Filosofia do tédio*. Tradução de Maria Luíza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

a criatividade é despertada em momentos de silêncio e momentos de ócio, em que o trabalho é substituído pela falta de ocupação.<sup>20</sup>

Além disso, ressaltamos que a necessidade de sempre ter algo para fazer pode nos tornar pessoas impacientes e avessas às adversidades em função do imediatismo. Nas redes sociais, quando uma postagem ou vídeo não é de nosso interesse basta arrastar o dedo para passar para o próximo conteúdo. É comum que os vídeos, atualmente, sejam mais curtos e com linguagem mais acessível, estratégia adotada para alcançar um público maior. Isso se tornou corriqueiro visto que vídeos mais longos não prendem a atenção das pessoas. A instantaneidade de todas as interações que ocorrem nas mídias digitais é um indicativo de que, nos dias de hoje, tudo deve ocorrer instantaneamente, desconsiderando, muitas vezes, o tempo das outras pessoas. Segundo o sociólogo polonês Bauman, “O tempo insubstancial e instantâneo do mundo do software é também um tempo inconsequente. ‘Instantaneidade’ significa a realização imediata, ‘no momento, mas também a exaustão imediata e perda de interesse’”.<sup>21</sup>

As questões expostas são um indicativo do que Bauman<sup>22</sup> denominou de Modernidade líquida. Seu argumento é de que, tal qual os estados da matéria que estudamos nas aulas de Química, a Modernidade, hoje, é líquida, fluida, instável e desorientada, em oposição à antiga Modernidade que era sólida e estável, com base em instituições consolidadas e normas rígidas.

O “derretimento dos sólidos”, traço permanente da modernidade, adquiriu, portanto, um novo sentido, e, mais que tudo, foi redirecionado a um novo alvo, e um dos principais efeitos desse redirecionamento foi a dissolução das forças que poderiam ter mantido a questão da ordem e do sistema na agenda política.<sup>23</sup>

O “derretimento dos sólidos”, nesse sentido, deu origem a uma nova ordem, principalmente em termos econômicos, marcada pela velocidade como principal ferramenta de poder e dominação<sup>24</sup>, com a dissolução da noção de tempo e espaço da forma como era compreendida. De acordo com o autor,

Em termos práticos, o poder se tornou verdadeiramente *extraterritorial*, não mais limitado, nem mesmo desacelerado, pela resistência do espaço (o advento do telefone

<sup>20</sup> DE MASI, Domenico. *O ócio criativo*. Tradução de Léa Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

<sup>21</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Liquid modernity*. Cambridge: Polity Press, 2000, p. 118, tradução nossa. Do original: “The insubstantial, instantaneous time of the software world is also an inconsequential time. ‘Instantaneity’ means immediate, ‘on-the-spot’ fulfillment – but also immediate exhaustion and fading of interest”.

<sup>22</sup> *Ibid.*, 2000.

<sup>23</sup> *Ibid.*, p. 9, tradução nossa. Do original: “The melting of solids led to the progressive untying of economy from its traditional political, ethical and cultural entanglements. It sedimented a new order, defined primarily in economic terms. That new order was to be more ‘solid’ than the orders it replaced, because – unlike them – it was immune to the challenge from non-economic action”.

<sup>24</sup> *Ibid.*

celular serve bem como “golpe da misericórdia” simbólico na dependência em relação ao espaço: o próprio acesso a um ponto telefônico não é mais necessário para que uma ordem seja dada e cumpridas [...] Isso dá aos detentores do poder uma oportunidade verdadeiramente sem precedentes: eles podem se livrar dos aspectos irritantes e atrasados da técnica de poder do Panóptico.<sup>25</sup>

A fluidez que resultou da ascensão desse novo poder se manifesta em forma de flexibilização de legislações, desregulamentação (livre de barreiras políticas e éticas) e na desintegração social. Antes, o poder residia nas instituições públicas, no Estado, enquanto, atualmente, esse poder é mantido pelas Big Techs.

A modernidade ‘sólida’ era uma era de mútuo engajamento. A modernidade ‘fluida’ é a época do desengajamento, da evasividade, da fuga fácil e da perseguição sem esperança. Na modernidade ‘líquida’, são os mais evasivos, aqueles livres para se mover sem serem notados, que governam.<sup>26</sup>

Sobre a diferenciação acima, é necessário apontar que a questão da evasividade como vantagem para quem governa apresenta uma inconsistência, visto que vivemos em uma sociedade em que chamar a atenção, ganhar seguidores, visualizações, compartilhamentos e engajamentos pode ganhar eleições. Quanto maior a atuação nas redes sociais, maior o engajamento e, conseqüentemente, maior alcance para o candidato que souber utilizar essas plataformas. O engajamento, independentemente do conteúdo, pode levar a uma vitória nas eleições, como ocorreu em várias partes do mundo durante os últimos anos.<sup>27</sup> Contudo, por muito tempo, as grandes empresas de tecnologia se esconderam no discurso da ideologia californiana<sup>28</sup>, a fim de desviar a atenção dos problemas que se desencadearam em consequência do poderio econômico que detinham, de forma que as instituições, exceto a financeira, começaram um processo de fragilização, como foi o caso do próprio Estado.

Nesta subseção, abordamos duas questões entrelaçadas que influenciaram a transição para a nova era cybernética: a velocidade, que impulsionou o fenômeno do imediatismo; e a

<sup>25</sup> *Ibid.*, p. 11, tradução nossa, grifo do autor. Do original: “For all practical purposes, power has become truly *extraterritorial*, no longer bound, not even slowed down, by the resistance of space (the advent of cellular telephones may well serve as a symbolic ‘last blow’ delivered to the dependency on space: even the access to a telephone socket is unnecessary for a command to be given and seen through to its effect [...]) This gives the power-holders a truly unprecedented opportunity: the awkward and irritating aspects of the panoptical technique of power may be disposed of”.

<sup>26</sup> BAUMAN, 2000, p. 120, tradução nossa. Do original: “‘Solid’ modernity was an era of mutual engagement. ‘Fluid’ modernity is the epoch of disengagement, elusiveness, facile escape and hopeless chase. In ‘liquid’ modernity, it is most elusive, those free to move without notice, who rule”.

<sup>27</sup> Os eventos que são extensamente debatidos são: a eleição presidencial dos Estados Unidos de 2016; o escândalo da Cambridge Analytica na votação sobre o Brexit em 2017; a eleição presidencial no Brasil em 2018; e a eleição de Milei na Argentina em 2023.

<sup>28</sup> Ver tópico 3.3 *A ideologia californiana e o Vale do Silício*.

transição de uma Modernidade “sólida” para uma Modernidade “líquida”, que resultou na emergência de um novo tipo de dominação. Em seguida, abordamos a ideia de sociedade do espetáculo e individualismo, elementos característicos da era cybernética.

### 5.3 A sociedade do espetáculo, a atenção e o individualismo

A espetacularização da vida é um aspecto que, desde o surgimento do rádio e da televisão, passou a ser discutido como uma característica do capitalismo industrial. Como é de se esperar, na nova fase do capitalismo, que chamamos aqui de capitalismo de dados<sup>29</sup>, esse aspecto foi consideravelmente potencializado com o advento das redes sociais. Em 1967, foi publicada a obra *A sociedade do espetáculo* do escritor Guy Debord. Sua crítica à sociedade de consumo e à cultura da imagem traz alguns pontos relevantes para a análise da atual sociedade do espetáculo. Segundo Debord<sup>30</sup>, o espetáculo é resultado e projeto do modo de produção existente e, seja qual for o seu formato – informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos –, o espetáculo constitui o modelo presente da vida socialmente dominante. Notamos que a adoção de um modelo a ser seguido consiste na padronização da sociedade, com base em um estilo de vida que seja baseado em *ter* de forma a abandonar o *ser*. Nessa direção, o autor destaca que

A primeira fase da dominação da economia sobre a vida social levou, na definição de toda a realização humana, a uma evidente degradação do *ser* em *ter*. A fase presente da ocupação total da vida social pelos resultados acumulados da economia conduz a um deslizar generalizado do *ter* em *parecer*, de que todo o “*ter*” efectivo deve tirar o seu prestígio imediato e a sua função última.<sup>31</sup>

Vemos que o importante é aparecer e consumir. Nesse contexto, a sociedade do espetáculo vive em isolamento, isto é, observamos “multidões solitárias”<sup>32</sup> manipuladas por “verdades invertidas”<sup>33</sup>. A diferença entre a sociedade de espetáculo de Debord<sup>34</sup> e a sociedade do espetáculo atual é que a primeira apenas consome o entretenimento enquanto a segunda é,

<sup>29</sup> O termo “capitalismo de dados” é considerado o mais adequado, dentre os abordados pela literatura, para tratar do fenômeno da dataficação decorrente da revolução das tecnologias da informação e comunicação, tendo em vista que a principal matéria-prima são os dados. Cf.: MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor; RAMGE, Thomas. *Reinventing capitalism in the age of big data*. New York: Basic Books, 2018.

<sup>30</sup> DEBORD, Guy. *A sociedade do espectáculo*. Tradução de Francisco Alves e Afonso Monteiro. Cascais: Antipáticas, 2005.

<sup>31</sup> *Ibid.*, p. 13.

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. 19.

<sup>33</sup> *Ibid.*, p. 155.

<sup>34</sup> *Ibid.*

muitas vezes, o entretenimento. A sociedade do espetáculo do século XXI pode ser descrita a partir da assertiva: “Quem não é visto, não é lembrado” que se associa à reformulação do Cogito de Descartes – “penso, logo existo” – para “sou visto, logo sou”.<sup>35</sup> De forma semelhante, Byung-Chul Han<sup>36</sup> afirma que a pessoa só é alguém, hoje, se tiver um perfil, assim como seu valor pode ser medido pela sua quantidade de seguidores e curtidas. A privacidade é substituída pela exposição e a imagem construída torna-se a própria identidade do indivíduo, determinando, por conseguinte, a percepção que os outros têm dele. Em função dessa arquitetura, ao criar uma rede social, a pessoa se submete ao escrutínio público.

De acordo com Marcia Tiburi<sup>37</sup>, a sociedade do espetáculo seria a sociedade do consenso em torno do ridículo, um consenso que serve para naturalizá-lo. Nessa perspectiva, a autora identifica um outro aspecto da sociedade do espetáculo, a normalização do ridículo pela sociedade. Atualmente, devido à constante publicização de atividades privadas que são capturadas pelas câmeras de celular, gravadas e postadas ao público, o ridículo ou o absurdo acaba se tornando algo cotidiano e cômico, por vezes, aclamável, por outras, chocante. Tanto quem aplaude quanto quem se choca pelo ridículo geram engajamento nas redes sociais, o que é benéfico para as empresas que gerenciam essas plataformas. Segundo Bauman<sup>38</sup>, privacidade, intimidade, anonimato e direito ao sigilo são deixados de fora das premissas da sociedade de consumidores e, para além disso, somos reduzidos ao *status* de mercadoria.

A internet, com os blogs e o Facebook, versões de mercado das ruas comerciais, destinadas aos pobres, dos salões finos voltados para os VIPs, tende a seguir os padrões estabelecidos pelas fábricas de celebridades públicas; os promotores tendem a ter uma consciência aguda de que, quanto mais íntimo, picante e escandaloso for o conteúdo dos comerciais, mais atraente e exitosa será a promoção e melhores serão as avaliações (da TV, das revistas glamorosas, dos tabloides atrás de celebridades etc.). O resultado geral é uma “sociedade confessional”, com microfones plantados dentro de confessionários e megafones em praças públicas. A participação na sociedade confessional é convidativamente aberta a todos, mas há uma grave penalidade para quem fica de fora. Os que relutam em ingressar são ensinados (em geral do modo mais duro) que a versão atualizada do Cogito de Descartes é “Sou visto, logo sou” – e quanto mais pessoas me veem, mais eu sou...<sup>39</sup>

<sup>35</sup> Ver citação referenciada pela nota de rodapé nº 116 deste capítulo.

<sup>36</sup> “O habitante do globo terrestre digitalizado não é ‘ninguém’. É, ao contrário, *alguém com perfil*, enquanto na era da massa, apenas criminosos tinham perfil. O regime de informação se apodera dos indivíduos, à medida que lhes elabora seus *perfis de comportamento*”. Cf.: HAN, Byung-Chul. *Infocracia: digitalização e a crise da democracia*. Tradução de Gabriel S. Philipson. Petrópolis: Vozes, 2022, p. 22, grifo do autor.

<sup>37</sup> TIBURI, Marcia. *O Ridículo político: uma investigação sobre o risível, a manipulação da imagem e o esteticamente correto*. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

<sup>38</sup> BAUMAN, Zygmunt; DONSKIS, Leonidas. *Moral blindness: the loss of sensitivity in liquid modernity*. Cambridge: Polity Press, 2013, p. 27.

<sup>39</sup> *Ibid.*, p. 27-28, tradução nossa. Do original: “The internet, with its Facebook and blogs, those poor people’s high-street market versions of VIP’s boutique salons, is bound to follow the standards set by the factories of public celebrities; promoters are bound to be acutely aware that the more intimate, saucy and scandalous the content of commercials, the more appealing and successful the promotion and the higher the ratings (of TV,

As redes sociais são palco de várias contradições. Ao mesmo tempo que conectam várias pessoas de vários lugares, também nos fazem nos sentir isolados em bolhas. Ao mesmo tempo que somos livres para comentar o que quisermos, não nos sentimos seguros com os comentários que podemos receber. Ao mesmo tempo que postamos momentos felizes, podemos nos sentir completamente infelizes. Em suma, ao mesmo tempo que nos sentimos livres, nos sentimos inseguros. Sobre a insegurança, Bauman explica que,

Sociologicamente falando, o comunitarismo é uma reação totalmente previsível à “liquefação” acelerada da vida moderna, uma reação, antes de tudo, a um aspecto da vida talvez percebido como o mais irritante e desconcertante entre suas inúmeras consequências – o aprofundamento do desequilíbrio entre liberdade individual e segurança.<sup>40</sup>

As subjetividades são suprimidas em função da atual crença de que é necessário ter um perfil para ter uma vida, fragilizando nosso autoconhecimento e nossa relação com os outros. Nessa sociedade, a aparência assume uma importância maior do que a essência da pessoa. Então, qualquer deslize pode gerar uma rejeição através do cancelamento e, conseqüentemente, a desumanização. As redes sociais são impessoais, embora sejam baseadas na interação, visto que é mais fácil abstrair os sentimentos e reações da pessoa por trás da tela sem a possibilidade de olhar em seus olhos e visualizar suas feições. É mais simples tratar o outro como um adversário.

#### 5.4 Câmaras de eco e a teoria da espiral do silêncio

Cass Sunstein<sup>41</sup>, acadêmico estadunidense da área do Direito e conhecido por seus estudos em economia comportamental, pontua que a polarização e fragmentação são potencializados pelo fenômeno da internet e pela câmara de eco, minando pilares básicos da democracia como o debate público. Sunstein<sup>42</sup> explica que estamos vivendo em universos

---

glossy magazines, celebrity-hacking tabloids, etc.). The overall result is a ‘confessional society’, with microphones fixed inside confessionals and megaphones on public squares. Membership of the confessional society is invitingly open to all, but there is a heavy penalty attached to staying outside. Those reluctant to join are taught (usually the hard way) that the updated version of Descartes’s Cogito is ‘I am seen, therefore I am’ – and that the more people who see me, the more I am...”

<sup>40</sup> BAUMAN, 2000, p. 170, tradução nossa. Do original: “Sociologically speaking, communitarianism is an all-too-expectable reaction to the accelerating ‘liquefaction’ of modern life, a reaction first and foremost to the one aspect of life felt perhaps as the most vexing and annoying among its numerous painful consequences – the deepening imbalance between individual freedom and security”.

<sup>41</sup> SUNSTEIN, Cass R. *Republic.com 2.0*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2007.

<sup>42</sup> SUNSTEIN, Cass R. *#Republic: divided democracy in the age of social media*. New Jersey: Princeton University Press, 2017.

políticos diferentes, ao que acrescento, que estamos vivendo, em todos os âmbitos de nossa vida, em universos diferentes dos demais, enquanto habitantes digitais. A arquitetura do controle e os constantes avanços da inteligência artificial, de acordo com o autor, aprimoram a personalização das redes sociais moldadas a partir de interesses, grupos e conteúdos semelhantes consumidos diariamente.

O autor observa que a personalização cria um “Daily Me”<sup>43</sup>, que é capaz de saber mais dos nossos gostos do que nós mesmos. Esse termo está associado à ideia de “câmara de eco”, pois cada indivíduo vive em suas próprias câmaras personalizadas ao seu gosto. Por conseguinte, o eco decorrente da personalização provoca um efeito despercebido por uns e irritante para outros – apenas temos acesso ao que pode nos agradar e, dessa forma, não temos acesso à vastidão de conteúdos que agradam grupos com ideologias e interesses diferentes.

A primeira dificuldade envolve a *fragmentação*. O problema surge da criação de comunidades de fala [*speech communities*] diversas, cujos membros falam e ouvem principalmente uns aos outros. Uma possível consequência é a dificuldade considerável de entendimento mútuo. [...] Novas tecnologias, incluindo com ênfase a Internet, estão aumentando dramaticamente a habilidade das pessoas de ouvir o eco das próprias vozes e de se isolarem dos outros. As *cibercascatas* são um resultado importante – processos de troca de informações em que um certo fato ou ponto de vista se dissemina, simplesmente porque muitas pessoas parecem acreditar nele.<sup>44</sup>

Assim, observamos que a câmara de eco é um dos efeitos da internet em que uma ou mais pessoas que compartilham de um mesmo pensamento se veem validadas, pois a propagação de informações semelhantes ou que corroboram suas ideias facilmente produzem ecos. Isso, muitas vezes, gera a impressão de que tais ideias são verdadeiras ou, pelo menos, uma opinião comum e amplamente aceita. Destacamos que essas câmaras de eco podem ser associadas também aos filtros bolha (*bubble filters*)<sup>45</sup>. Em decorrência dos filtros algorítmicos, usuários da internet tendem a receber predominantemente informações que se alinham aos seus interesses, frequentemente isolando-os de pontos de vista diversos ou contrários à suas ideias.

Ainda amplamente respeitada como princípio pela grande imprensa de qualidade, a distinção de Scott se perdeu no miasma on-line. A mídia social e os mecanismos de

<sup>43</sup> O termo pode ser traduzido livremente como “Eu Diário”.

<sup>44</sup> SUNSTEIN, 2007, p. 44, tradução nossa, grifo do autor. Do original: “The first difficulty involves *fragmentation*. The problem here comes from the creation of diverse speech communities whose members talk and listen mostly to one another. A possible consequence is considerable difficulty in mutual understanding. [...] New technologies, emphatically including the Internet, are dramatically increasing people’s ability to hear echoes of their own voices and to wall themselves off from others. An important result is the existence of *cybercascades*—processes of information exchange in which a certain fact or point of view becomes widespread, simply because so many people seem to believe it”.

<sup>45</sup> PARISER, Eli. *The filter bubble: how the new personalized web is changing what we read and how we think*. New York: Penguin Press, 2011.

busca, com seus algoritmos e hashtags, tendem a nos dirigir para o conteúdo de que vamos gostar e para as pessoas que concordam conosco. [...] Definhamos no assim chamado “filtro bolha”.<sup>46</sup>

Dessa maneira, os filtros bolha podem criar um efeito de câmara de eco em razão do funcionamento dos algoritmos de recomendação, que operam por meio de mecanismos estatísticos de identificação de padrões nos conteúdos consumidos pelos usuários de internet, produzindo, em tese, recomendações personalizadas e de relevância. Como os conteúdos recomendados apresentam um elevado grau de similaridade, gera-se no usuário a impressão de que aquilo que lhe interessa é relevante de forma generalizada.

Um exemplo sobre o fenômeno da câmara de eco pode ser encontrado facilmente no Instagram. Se os conteúdos consumidos por um usuário estão alinhados ao conservadorismo, a probabilidade de ele receber recomendações de conteúdos progressistas é significativamente menor. Isso ocorre porque o sistema interpreta que o usuário tem maior interesse por temas conservadores, reforçando assim sua exposição a esse tipo de conteúdo. Devido a esse processo de “avaliação” que o sistema realiza sobre seus interesses, é possível que o conteúdo que outras pessoas conservadoras visualizam na plataforma sejam semelhantes. Desse modo, quando acessar os comentários, o usuário vai encontrar várias pessoas comentando algo que reverbera com suas crenças. Uma pessoa conservadora, por exemplo, consegue encontrar várias outras que ecoam a ideia de que o aborto é um assassinato e defendem a sua criminalização, em qualquer situação, o que pode levar ao usuário à ideia de que a sua posição está validada e popular.

Na obra *The spiral of silence*, Noelle-Neumann<sup>47</sup>, cientista política alemã, introduz sua teoria com base em observações sobre as eleições alemãs. Nas eleições de 1965, foi um choque quando o partido chamado União Democrática Cristã/União Social Cristã (partido conservador) venceu as eleições com 49,5% dos votos contra o segundo mais votado, o Partido Social Democrático (partido que apoiava a *Ostpolitik*<sup>48</sup> e se encontrava no lado esquerdo do espectro político), que teve 38,5% dos votos. Nas pesquisas divulgadas anteriormente às eleições, os dois partidos apresentavam percentuais de votos muito próximos, o que tornou a diferença no resultado final surpreendente. Esse cenário trouxe à tona uma questão que Noelle-Neumann<sup>49</sup>

---

<sup>46</sup> D’ANCONA, 2018, p. 53.

<sup>47</sup> NOELLE-NEUMANN, 1984, p. 1-7.

<sup>48</sup> *Ostpolitik* significa “Política do Leste” e era a ideologia contrária ao governo da Alemanha Ocidental, liderada pelo partido União Democrática Cristã. A “Política do Oeste” ou *Ostpolitik*, de acordo com o idioma original, visava estreitar as relações entre a Alemanha Ocidental, o Leste Europeu e a União Soviética.

<sup>49</sup> NOELLE-NEUMANN, 1984, p. 3.

se propôs a analisar: como as expectativas de quem possivelmente ganharia poderia mudar completamente, tendo em vista que as intenções de voto permaneciam sempre constantes?

Segundo a autora, esse mesmo fenômeno também ocorreu nas eleições de 1972. A hipótese da cientista política surgiu quando estava no corredor da universidade e uma estudante vestia um bôtom da União Democrática Cristã. Noelle-Neumann perguntou se ela votava para o partido e a estudante negou e explicou que só queria ver como seria. Depois de um tempo, ela não estava mais com o bôtom e admitiu que tirou, pois foi uma experiência horrível. Nesse contexto, a universidade era majoritariamente a favor do Partido Social Democrata, devido à tendência dos estudantes de contrapor ao capitalismo.<sup>50</sup> Nas eleições de 1965, no entanto, os mais vocais sobre seus posicionamentos eram os conservadores. A televisão contribuiu para esse marketing político de modo a transmitir imagens do líder do partido com outros líderes políticos. Sobre essa perspectiva, Bauman<sup>51</sup> brinca que, em função dos *talk shows* e da exposição que se reproduz nesse espaço, o autor se sente mais corajoso para dar opiniões, sem medo de se sentir ridicularizado.

Graças aos talk shows, posso falar abertamente a partir de hoje sobre coisas que eu pensava (equivocadamente, como vejo agora) que eram vergonhosas e desonrosas e, por isso, deveriam ser mantidas em segredo e suportadas em silêncio. Como minha confissão não é mais segredo, eu ganho mais que apenas o conforto da absolvição: eu não preciso mais me sentir envergonhado ou receoso de ser desaprovado, repreendido por imprudência ou ostracizado.<sup>52</sup>

É possível identificar-se com essa teoria, tendo em vista que, no geral, por um lado, nos sentimos mais à vontade para falar o que pensamos sem medo de julgamento entre pessoas próximas, que compartilham valores e ideologias semelhantes. Por outro lado, tendemos a nos fechar quando estamos inseridos entre pessoas que verbalizam opiniões opostas. Nas eleições presidenciais de 2018 no Brasil, a teoria da espiral do silêncio pode ter sido de fato uma das explicações para o resultado observado. O candidato que venceu as eleições era um parlamentar do baixo clero, sem projetos de lei aprovados. No entanto, o tipo de discurso que Jair Messias Bolsonaro passou a adotar foi legitimado pelo apoio crescente de um grupo significativo de seguidores. O fenômeno eleitoral representou um choque para a oposição de Bolsonaro, pois a

---

<sup>50</sup> NOELLE-NEUMANN, 1984.

<sup>51</sup> BAUMAN, 2000.

<sup>52</sup> *Ibid.*, p. 69, tradução nossa. Do original: “Thanks to chat-shows, I may speak from now on openly about things which I thought (mistakenly, as I see it now) were disgraceful and disgracing and so bound to be kept secret and suffered in silence. Since my confession is no more secret, I gain more than just the comfort of the absolution: I need no longer feel ashamed or wary of being frowned upon, rebuked for imprudence and ostracized”.

violência contra as minorias e a desinformação tomou uma proporção inusitada. Era como se estivessem “adormecidos” e apenas despertassem com o advento das redes sociais.

Em suma, evidenciamos que assuntos polêmicos, em geral, tendem a produzir mais engajamento, despertando emoções tanto em quem concorda quanto em quem discorda. Nesse sentido, as estratégias de desinformação ganharam muita força e, a partir do momento que esse tipo de conteúdo é compartilhado, é consideravelmente mais difícil fazê-lo ser esquecido.

### 5.5 A “pós-verdade”, as crenças pessoais e a racionalidade

Supõe-se que uma das primeiras menções à palavra “pós-verdade”, utilizada frequentemente para se referir à nova era, consta em um artigo da revista *The Nation*, escrito por Steve Tesich<sup>53</sup>, em 1992. Nesse texto, Tesich realiza uma análise sobre o contexto dos Estados Unidos nas décadas anteriores, evidenciando um legado que priorizava a proteção da autoestima em detrimento da verdade, cenário moldado, em parte, pelos governos Nixon, Reagan e Bush, bem como pelo envolvimento do país em guerras e conflitos. As implicações desse processo, segundo o autor, são

[...] ainda mais assustadoras do que isso. Nós estamos rapidamente nos tornando protótipos de um povo com o qual monstros autoritários só poderiam sonhar em suas fantasias. Todos os ditadores até agora tiveram que trabalhar arduamente para suprimir a verdade. Nós, pelas nossas ações, estamos dizendo que isso não é mais necessário, que adquirimos um mecanismo espiritual que pode despojar a verdade de qualquer significado. De uma maneira muito fundamental, nós, como pessoas livres, decidimos livremente que queremos viver em um mundo pós-verdade.<sup>54</sup>

Embora o termo seja empregado em um diferente contexto, de forma que não relaciona a pós-verdade ao universo das novas tecnologias, esse conceito ganhou maior relevância a partir de 2016, ano em que foi eleito como “palavra do ano” pelo Dicionário Oxford. O dicionário apresenta a seguinte definição: “*Pós-verdade* é um adjetivo definido por ‘relacionado a ou que

<sup>53</sup> TESICH, Steve. The watergate syndrome: a government of lies. *The Nation*, New York, 6 Jan. 1992. Disponível em: [https://www.prrac.org/projects/fair\\_housing\\_commission/los\\_angeles/AndPoorGetPoorer-TheNation.01.96.pdf](https://www.prrac.org/projects/fair_housing_commission/los_angeles/AndPoorGetPoorer-TheNation.01.96.pdf). Acesso em: 20 nov. 2024.

<sup>54</sup> *Ibid.*, p. 13, tradução nossa. Do original: “The implications are even more terrifying than this. We are rapidly becoming prototypes of a people that totalitarian monsters could only drool about in their dreams. All the dictators up to now have had to work hard at suppressing the truth. We, by our actions, are saying that this is no longer necessary, that we have acquired a spiritual mechanism that can denude truth of any significance. In a very fundamental way we, as a free people, have freely decided that we want to live in some post-truth world”.

indica circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais”<sup>55</sup>.

A escolha dessa palavra pelo Dicionário Oxford foi justificada pelo aumento em sua frequência de menções, especialmente em um contexto marcado por dois eventos políticos de grande relevância em 2016: o ano em que estava ocorrendo um referendo no Reino Unido a respeito da saída do país da União Europeia; e as eleições presidenciais dos Estados Unidos. A palavra combina o prefixo *pós-* e a palavra *verdade*. *Pós* indica um período posterior ao que a próxima palavra se refere, muito utilizado nos dias de hoje. Por exemplo, na literatura é comum encontrarmos os termos “pós-industrial” e “pós-moderno”, a fim de contextualizar o atual período histórico. Apesar disso, explicamos que a expressão empregada para fins desta pesquisa é *era cybernética*, pois o termo *pós* indica algo que “ficou para trás”. A própria palavra *pós-verdade* parece carregar a ideia de que, em algum momento, a verdade existiu, mas, atualmente, deixou de existir. Ainda assim, o significado da palavra tem importância para analisar o fenômeno da desinformação.

Alguns autores debruçaram-se sobre o estudo do conceito de pós-verdade, como é o caso de Ralph Keyes<sup>56</sup>, autor da obra *The post-truth era*. Keyes argumenta que a pós-verdade pode ser compreendida como o momento em que criamos argumentos para modificar a verdade para que seja possível enganar sem culpa. Essa definição levanta uma questão que deve ser destacada. Para o autor, a ausência de culpa é algo que demonstra a tentativa de se isentar da responsabilidade sobre o ato e da vergonha que costumava se manifestar nas pessoas antes dessa nova era. A desonestidade era uma característica abominável que, atualmente, parece ser, muitas vezes, ignorada, ou até mesmo, aceita. Analisando essa concepção, é possível perceber que a desinformação, independente da forma que assuma, é difundida em maior quantidade e para mais pessoas, no entanto, como dito anteriormente, não é um fenômeno novo.

Notamos que talvez não seja a vergonha que diferencie o período anterior desse contexto chamado de “pós-verdade”, mas a necessidade de esconder e dissimular de maneira que não seja descoberto. Essa argumentação considera que não surgiu da “pós-verdade” a manipulação da informação, por meio da mídia ou nas campanhas políticas, a fim de ganhar votos. No entanto, a questão da responsabilização pesa mais nessa balança. Antes da popularização das

---

<sup>55</sup> OXFORD LANGUAGES. *Word of the year 2016* (tradução nossa, grifo do autor). Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/>. Acesso em: 20 nov. 2024. Do original: “*Post-truth* is an adjective defined as ‘relating to or denoting circumstances in which objective facts are less influential in shaping public opinion than appeals to emotion and personal belief’”.

<sup>56</sup> KEYES, Ralph. *The post-truth era: dishonesty and deception in contemporary life*. New York: St. Martin’s Press, 2004.

redes sociais, as mídias tradicionais tinham responsabilidade sobre o que publicava, o que significa que, se fossem questionadas, esses veículos de informação possuíam mecanismos de retificação do equívoco. Afinal, o jornalismo é conduzido por um código de ética, estando a reputação dessas organizações em jogo. Nas novas mídias digitais, no entanto, não é tão fácil responsabilizar o agente que compartilha algum tipo de desinformação. Considera-se que as redes sociais são terras sem leis, de liberdade irrestrita, sendo possível escapar de qualquer forma de responsabilização, o que ocorre na maioria das vezes, visto que as legislações não são suficientes para refrear essas situações.

Para aqueles que estão na mídia social, o anonimato reduz drasticamente a responsabilização. A agitação da colmeia envia a efervescência do embuste para o ciberespaço para fazer seu trabalho. Nunca o antigo adágio de que a mentira viaja muito mais rápido do que a verdade pareceu tão atual.<sup>57</sup>

Expandindo esse debate, apresentamos também o conceito de pós-verdade de Matthew D’Ancona, que diz: “É uma batalha entre duas maneiras de perceber o mundo, duas abordagens fundamentalmente distintas em relação à realidade: e, entre essas duas, você tem de escolher”.<sup>58</sup> Nesse sentido, o autor entende que o índice de audiência importa mais do que planos de ação política baseados em evidências e busca de apoio político para implantá-los. D’Ancona<sup>59</sup> aborda as estratégias dos governos estadunidenses, principalmente, durante as eleições de 2016, e observa que a assessora do Presidente recém-eleito entendia que não há realidade estável e verificável, apenas uma batalha para defini-la. Em consequência disso, a criação de um mito moderno era compreendido como mais importante do que os fatos. Ou seja, as histórias devem parecer verdadeiras e repercutir para ganhar capital político.

Na obra *Thinking fast and slow*, Daniel Kahneman<sup>60</sup> apresentou os chamados *Sistema 1*, rápido, e *Sistema 2*, devagar, para se referir à forma como processamos o que está ao nosso redor. O autor explica que o *Sistema 1* consiste no pensamento intuitivo, que demanda pouco ou nenhum esforço. Isso significa que nossa mente nos prepara para perceber o mundo à nossa volta por meio da prática e repetição, assim, não é necessário muito esforço para identificar um bem-te-vi quando ele passa fora da janela de casa. O *Sistema 2* demanda maior esforço para a compreensão da realidade, e depende de reflexões e comparações, entre outros mecanismos. Embora razão e intuição sejam separadas, o autor entende que esses sistemas são capazes de se

---

<sup>57</sup> D’ANCONA, 2018, p. 54.

<sup>58</sup> D’ANCONA, Matthew. *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news*. Tradução de Carlos Szlak. Barueri: Faro Editorial, 2018, p. 17.

<sup>59</sup> *Ibid.*

<sup>60</sup> KAHNEMAN, Daniel. *Thinking, fast and slow*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2011.

influenciarem mutuamente. O *Sistema 1* pode ser afetado, caso o *Sistema 2* esteja em pleno funcionamento e demandando muita concentração. Em função disso, registrar o que outra pessoa diz, enquanto lemos um livro que captura a atenção, pode ser uma tarefa impossível. Isso ocorre porque a performance é reduzida sem a atenção. De certa forma, esses sistemas estão relacionados à nossa forma de racionalizar.

Kahneman<sup>61</sup> aborda esses dois sistemas com o objetivo de tratar da questão dos vieses. O que é importante de ser dito antes de entrarmos nessa análise é que o viés é algo inerente ao ser humano. Ninguém é isento de viés, pois todos temos nossas opiniões, crenças e valores. As nossas experiências influenciam a nossa visão do mundo e a forma com que nos relacionamos, nossas convicções e ideologias. Nesse ponto, entretanto, frisamos que é relevante ressaltar que vivemos em uma sociedade regida por leis. A crença da liberdade absoluta é ingênua, uma vez que a noção de liberdade sem freios pode ocasionar as piores hecatombes.

A racionalidade discursiva é ameaçada, hoje, também pela comunicação afetiva. A gente se deixa *afetar* demais por informações que se seguem apressadas umas às outras. Afetos são mais rápidos do que a racionalidade. Em uma comunicação afetiva, não prevalecem os melhores argumentos, mas as informações com maior potencial de estimular.<sup>62</sup>

Considerando isso, destacamos que as subjetividades são importantes para a nossa ação racional, e que crenças e opiniões não são necessariamente contrárias à razão. No entanto, tendo em vista que somos verdadeiramente livres, é essencial estabelecer normas que garantam a convivência harmoniosa em sociedade. Liberdade não significa agir ou interagir de forma indiscriminada, especialmente quando essas ações colocam em risco os direitos de outras pessoas de expressarem suas próprias subjetividades, crenças e opiniões. Assim, em muitos casos, nossos vieses individuais podem não se alinhar às necessidades coletivas, evidenciando a importância de equilibrar liberdade e responsabilidade.

É relevante sublinhar que o fenômeno das plataformas digitais potencializa um discurso de liberdade irrefreável, colocando as Big Techs como meras mediadoras. Com isso, as Big Techs procuram não assumir responsabilidades sobre os problemas que foram desencadeados devido aos significativos “avanços” tecnológicos. Hannah Arendt<sup>63</sup>, quando escreve sobre a banalidade do mal, se encontrava em um contexto em que o mundo online ainda não existia, durante a Segunda Guerra Mundial. Atualmente, a banalidade do mal ocorre cotidianamente dentro das telas, dentro desses aparelhos que não conseguimos largar. Alguns acreditam que

---

<sup>61</sup> *Ibid.*

<sup>62</sup> HAN, 2022, p. 37, grifo do autor.

<sup>63</sup> ARENDT, Hannah. *Eichmann in Jerusalem: a report on the banality of evil*. London: Penguin Books, 2006.

existe distinção entre o mundo “real” e o mundo “virtual”, como explica Brochado<sup>64</sup>. Todavia, evidenciamos que, embora estejamos de certa forma protegidos pelas telas fisicamente, o tipo de violência perpetrado virtualmente pode provocar reações ainda mais graves, por exemplo, a violência online pode engendrar violência física por meio dos discursos de ódio proferidos.

Para além disso, destacamos que o discurso da meritocracia nos impõe completa responsabilidade pelos nossos sucessos e, principalmente, pelos nossos fracassos. Isso ocorre ao mesmo tempo em que os influenciadores digitais expõem a vida que todos sonham e, por vezes, acabam não conseguindo, o que frequentemente provoca ansiedade, depressão e outras formas de sofrimento mental impulsionadas por uma positividade tóxica. Segundo Brochado, “A tecnologia passou a forjar uma concepção de realidade como uma instância a ser processada para atender as nossas necessidades, o que nos afastou em definitivo da verdadeira realidade”.<sup>65</sup>

Levando em conta a discussão realizada nesta subseção, identificamos que voltar a assumir a responsabilidade sobre o modo que agimos, online ou offline, é imprescindível. Para isso, as Big Techs não devem ser compreendidas como apenas mediadoras. O único ente capaz de impor limites sobre essas empresas é o Estado, através de leis consistentes e coerentes com o nosso período, além da valorização de uma leitura crítica e de um letramento digital.<sup>66</sup>

---

<sup>64</sup> BROCHADO, 2023.

<sup>65</sup> *Ibid.*, p. 110-111.

<sup>66</sup> A ideia de letramento digital é uma das conclusões que apresentamos na última seção desta dissertação.

## 6 TENSÃO ENTRE A CYBERCULTURA E A DEMOCRACIA: PERSPECTIVAS SOBRE O RACIONALISMO E A ÉTICA

*Achar  
a porta que esqueceram de fechar.  
O beco com saída.  
A porta sem chave.  
A vida.*

(Paulo Leminski, 2013)

Em um primeiro momento, esta pesquisa buscou aprofundar no estudo das tecnologias de informação e comunicação, de forma a compreender como a Cybercultura e a Democracia se relacionam, questionando o espaço da razão em uma era considerada como “pós-verdade”, em que as emoções tomam conta e nossa racionalidade assume papel coadjuvante. Isso decorre do fato de as estratégias de desinformação ameaçarem o debate público de ideias, de modo que as pessoas tendem a consumir uma grande quantidade de dados sem refletir criticamente sobre os conteúdos. Como já foi abordado no capítulo anterior, o ritmo acelerado fragiliza nossa capacidade de distinguir um fato concreto de uma desinformação.<sup>1</sup>

Apesar de nos concentrarmos na razão e na maneira com que reações instintivas podem prejudicar o esclarecimento a respeito do que é real e do que é falso, observamos que os valores morais e valores racionais não se anulam, mas se complementam. Kahneman<sup>2</sup> tenta separá-los em dois sistemas, mas identifica que o Sistema 2 (associado à racionalidade) é influenciado pelo Sistema 1 (associado às reações instantâneas e às emoções, denotando um certo “descontrole”) e vice-versa. A velocidade e o volume característicos das plataformas digitais é o que nos torna mais vulneráveis à manipulação, a ser tomado pelas nossas reações primárias, que podem ser consideradas mais “viscerais” de certa maneira.

Neste capítulo, tratamos do debate público e como está sendo substituído pelas câmaras de eco<sup>3</sup>, pelas bolhas algorítmicas<sup>4</sup> e pelos enxames<sup>5</sup> que não podem ser considerados coesos e organizados, ou seja, não formam coletividades. O debate público é substituído por militância na internet, de maneira que o extremismo e o fundamentalismo retornam com mais força nessa Era Cybernética. Por conseguinte, as pessoas são motivadas a praticar a intolerância e a

---

<sup>1</sup> A ideia de “fato alternativo” é um termo utilizado por Kellyanne Conway, ex-assessora do governo Trump.

<sup>2</sup> KAHNEMAN, 2011.

<sup>3</sup> SUNSTEIN, 2017.

<sup>4</sup> PARISER, 2011.

<sup>5</sup> HAN, Byung-Chul. *No enxame: perspectivas do digital*. Petrópolis: Vozes, 2018.

violência contra grupos de ideologias opostas, de forma a normalizar essa guerra contra o que se considera “fora do padrão” estabelecido pela sociedade.

### **6.1 As redes sociais e a disputa de narrativas – A política do nós contra eles**

Neste presente tópico, abordamos a questão da disputa de narrativas, potencializada pelas técnicas de aprendizado de máquina, que tem como base o engajamento, os cliques e a conexão com postagens semelhantes consumidas pelos usuários, preocupadas ou não com o compartilhamento de desinformação. É absolutamente comum que pessoas aleatórias acabem se envolvendo em discussões acaloradas em comentários de outros estranhos, devido às diferentes visões de mundo e às emoções que são despertadas no ambiente virtual quando vemos comentários absurdos que podem entrar em desacordo com nossas convicções.

Nas sociedades orais, as mensagens discursivas são sempre recebidas no mesmo contexto em que são produzidas. Mas, após o surgimento da escrita, os textos se separam do contexto vivo em que foram produzidos. É possível ler uma mensagem escrita cinco séculos antes ou redigida a cinco mil quilômetros de distância – o que muitas vezes gera problemas de recepção e de interpretação. Para vencer essas dificuldades, algumas mensagens foram então concebidas para preservar o mesmo sentido, qualquer que seja o contexto (o lugar, a época) de recepção: são as mensagens “universais” (ciência, religiões do livro, direitos do homem etc.). Esta universalidade, adquirida graças à escrita estática, só pode ser construída, portanto, à custa de uma certa redução ou fixação do sentido: é um universal “totalizante”. A hipótese que levanto é que a cibercultura leva a copresença das mensagens de volta a seu contexto como ocorria nas sociedades orais, mas em outra escala, em uma órbita completamente diferente. A nova universalidade não depende mais da autossuficiência dos textos, de uma fixação e de uma independência de significações. Ela se constrói e se estende por meio da interconexão das mensagens entre si, por meio de sua vinculação permanente com as comunidades virtuais em criação, que lhe dão sentidos variados em uma renovação permanente.<sup>6</sup>

Essa perspectiva, que compara a comunicação nas sociedades orais com a comunicação após a invenção da escrita, explora o fato de que o momento em que a mensagem é recebida difere, visto que, com a emergência da escrita, a recepção da mensagem não ocorre no mesmo contexto em que o escritor desenvolve sua obra. Diferentemente disso, na leitura de Lévy<sup>7</sup>, atualmente, a comunicação retornou à forma com que as sociedades orais se comunicavam, ou seja, a mensagem será recebida em tempo real e pode se tornar passageira. É necessário apontar também que as sociedades orais dependiam da tradição de transferir o conhecimento a cada

---

<sup>6</sup> LÉVY, 2010, p. 15.

<sup>7</sup> *Ibid.*

geração. A partir do fenômeno digital, no entanto, tudo é registrado e pode ser visto e revisto ou então cair no esquecimento, à medida que outros conteúdos se tornam mais relevantes.

Destacamos que o chamado superávit comportamental é um fator importante de enriquecimento e manutenção do poder das gigantes da tecnologia, empresas que acumulam recursos superiores ao orçamento de Estados.<sup>8</sup> Esse superávit depende de usuários deixarem os seus dados nas redes sociais, isto é, deixarem os seus cliques. Esse é um dos motivos que tornou a desinformação algo tão atrativo. Para gerar lucro, não basta que o conteúdo seja produzido, mas que ele seja compartilhado múltiplas vezes.<sup>9</sup> A dispersão rápida desses conteúdos são fontes extremamente rentáveis, como explica Morozov.

O problema não são as *fake news*, e sim a velocidade e a facilidade de sua disseminação, e isso acontece principalmente porque o capitalismo digital de hoje faz com que seja altamente rentável – veja o Google e o Facebook – produzir e compartilhar narrativas falsas que atraem cliques.<sup>10</sup>

Levando isso em conta, entendo que as *fake news* são um problema não apenas por provocar desinformação – o motivo mais evidente –, mas também pela velocidade e facilidade com que são espalhadas. Essa rápida disseminação é determinada pela capacidade de falsificar a realidade de modo a compelir os usuários a compartilhar e, conseqüentemente, manipular opiniões. Observamos que esse tipo de exploração da manipulação do comportamento humano, da ubiquidade das tecnologias digitais, é capaz de despertar muitas emoções, boas ou não. Muitas vezes, na realidade, os aspectos negativos destacam-se em relação aos positivos.

Além das Big Techs, os políticos utilizam dessa mesma estratégia para dividir a população e promover discursos conservadores e reacionários, difundindo “fatos alternativos”, conceito utilizado por Kellyanne Conway, assessora de Donald Trump, durante a campanha eleitoral. Sua ideia de “fatos alternativos” surge quando criamos a nossa própria realidade.<sup>11</sup> Em 2004, o The New York Times relatou que um dos assessores de George W. Bush declarou que o estudo criterioso da realidade perceptível não funciona mais, isto é, enquanto examinamos a realidade de maneira prudente, eles (provavelmente, se referindo à sua equipe) produzem novas realidades a todo o tempo.<sup>12</sup> Assim, as disputas de narrativas são criadas, entre “realidades perceptíveis” e narrativas difundidas com a finalidade de dissimular a realidade.

---

<sup>8</sup> ZUBOFF, 2021.

<sup>9</sup> MOROZOV, 2018.

<sup>10</sup> *Ibid.*, p. 184, grifo do autor.

<sup>11</sup> CONWAY *apud* D’ANCONA, 2018, p. 57.

<sup>12</sup> SUSKIND *apud* D’ANCONA, 2018, p. 56.

Harari explica que “Os humanos pensam em forma de narrativas e não de fatos, números ou equações, e, quanto mais simples a narrativa, melhor”.<sup>13</sup>

Nesse cenário, a internet se tornou um terreno fértil para a construção de diferentes narrativas que disputam nossa convicção, oferecendo uma gama de opções para as pessoas escolherem e/ou recusarem argumentos contrários. Afinal, a realidade perceptível, atualmente, muitas vezes, não é tão convincente quanto teorias de conspiração e discursos contrários às conquistas democráticas dos últimos tempos. Considerando isso, destacamos que a polarização é um fenômeno evocado frequentemente para definir essas disputas. O ambiente virtual cria uma sensação de *nós* contra *eles*. É comum escutar de colegas e amigos como é difícil conversar com pessoas com posicionamentos contrários. Antes, as disputas políticas e ideológicas raramente resultavam em inimizades, rompimentos de relacionamentos e, até mesmo, violência. Com a dispersão das redes sociais, no entanto, isso ocorre com mais frequência. As pessoas se expõem mais nas plataformas, se tornam mais corajosas pela proteção da tela e pela falta de consequências e menos empáticas, pois é mais fácil desumanizar um ícone na tela do que uma pessoa olhando para você e reagindo “ao vivo”.

Os esforços para manter o “outro”, o diferente, o estranho e o estrangeiro à distância, a decisão de evitar a comunicação, negociação e compromisso mútuo não são a única resposta possível, mas a resposta esperada diante da incerteza existencial enraizada na nova fragilidade ou fluidez de laços sociais.<sup>14</sup>

No entanto, a contraposição *nós* e *eles* não é específica de nosso tempo. O ser humano busca em outras pessoas semelhanças, características que nos fazem sentir incluídos e seguros. A identificação é um fator dominante nas relações interpessoais. Tendemos, assim, a nos dividir em grupos, com base no que temos em comum, mesmo que seja um adversário em comum. Esse fenômeno é o que Bauman<sup>15</sup> chamou de “comunitarismo”. Segundo Alves<sup>16</sup>, apesar de que a política seja marcada por disputas, divisões e enfrentamentos, que define seu caráter bélico e instável, há momentos em que os combates se tornam mais acirrados e aparentes, como no caso das experiências totalitárias, reconhecendo que se tratam de diferentes contextos

---

<sup>13</sup> HARARI, Yuval Noah. *21 lições do século 21*. Tradução de Paulo Geiger. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 21.

<sup>14</sup> BAUMAN, 2000, p. 108, tradução nossa. Do original: “Efforts to keep the ‘other’, the different, the strange and the foreign at a distance, the decision to preclude the need for communication, negotiation and mutual commitment, is not the only conceivable, but the expectable response to the existential uncertainty rooted in the new fragility or fluidity of social bonds”.

<sup>15</sup> *Ibid.*

<sup>16</sup> ALVES, Marco Antônio Sousa. A política do nós contra eles: a democracia em risco na contemporaneidade. In: ROUANET, Luiz Paulo; ALVES, Marco Antônio Sousa; ALMEIDA, Maria Cecília Pedreira de (Orgs.). *Democracia e representação: limites e horizontes*. Belo Horizonte: Expert, 2021.

e diferentes características, sendo necessário tratar das especificidades de cada tempo. O que o tempo atual se assemelha às experiências totalitárias do fascismo, do nazismo e do stalinismo da primeira metade do século XX, por exemplo, é a crise das instituições e os discursos abertos de guerra e eliminação. Citando a obra *Como funciona o fascismo* de Jason Stanley<sup>17</sup>, Alves destaca que

O autor analisa diferentes estratégias da política fascista, como o passado mítico, a propaganda, o anti-intelectualismo, o estado de irrealidade fundado em teorias da conspiração, a hierarquia baseada na naturalização de diferenças de grupos, a vitimização da população dominante, o apego à lei e à ordem [o que atualmente se torna irrelevante], a ansiedade sexual provocada pela ameaça à família patriarcal, os apelos à noção de pátria e a desarticulação da união, alertando para o risco que essa política tem no sentido de limitar a capacidade de empatia entre os cidadãos e conduzir uma desumanização de segmentos da população, justificando tratamentos abjetos, perseguições, limitações de liberdade, expulsões sumárias e até mesmo o extermínio generalizado em casos extremos.<sup>18</sup>

Essa ideia converge com o que discutimos sobre a necessidade de desumanizar o outro. Essa inversão de lógica impossibilita a criação de empatia. Se o outro não é considerado humano nos parâmetros tradicionais, é mais fácil associá-los a um mal a ser combatido, a uma ameaça ao *status quo*. O episódio *Engenharia Reversa* da série *Black Mirror*<sup>19</sup> exemplifica essa inversão, visto que são implantados chips em soldados para combater e exterminar as “baratas”. Os soldados eram informados de que as “baratas” eram pessoas contaminadas por uma doença que as transformou em criaturas perigosas. A personagem principal, no entanto, consegue se livrar dos efeitos do chip e, portanto, descobre que as “baratas” eram pessoas em situação vulnerável, até mesmo crianças, e isso desperta empatia novamente. O propósito do governo ao implantar o chip era facilitar o extermínio, impossibilitando a capacidade de remorso. É mais fácil eliminar uma aberração do que uma pessoa sem recursos.

Apesar de ser uma obra de ficção científica, esse episódio demonstra o que foi dito sobre a desumanização e a facilidade de colocar o “outro” que ameaça nosso ponto de vista como um inimigo. Esse fenômeno encontra terreno fértil nas ideologias extremistas e fundamentalistas. É uma característica que observamos em partidários da extrema-direita. Nesse sentido, observamos um esforço dos líderes extremistas de colocar a população contra ela mesma, utilizando para isso mecanismos disponibilizados pelas redes sociais com essa finalidade.

<sup>17</sup> STANLEY, Joseph. *Como funciona o fascismo: a política do “nós” contra “eles”*. Tradução de Bruno Alexander. Porto Alegre: L&PM, 2018.

<sup>18</sup> ALVES, 2021, p. 175-176.

<sup>19</sup> *BLACK MIRROR*. Engenharia Reversa (Temporada 3, Episódio 5). Direção: Jakob Verbruggen. Produção: Barney Reisz. Reino Unido: Netflix, 2016. 1 vídeo (60 min.), son., color.

Extremistas e fundamentalistas beneficiam-se da fragmentação social. Quando a população está polarizada, o foco não é na raiz do problema, mas no combate aos próprios concidadãos.

Byung-Chul Han<sup>20</sup> argumenta que o regime da informação (a infocracia<sup>21</sup>) singulariza as massas e, mesmo quando reunidas, formam enxames digitais. O enxame, segundo o filósofo sul-coreano, não tem uma alma ou espírito, desse modo não é uma massa, e se dissolve tão rápido quanto surge.<sup>22</sup> Não há coesão e, portanto, impossibilita qualquer forma de debate público. Os debates na internet não podem ser considerados debates públicos, se não são utilizados para construir. Muitas vezes, as redes sociais, ao contrário, são destrutivas, desgastam a política, que, apesar de sempre ter sido palco de instabilidade, é essencialmente um embate racional de ideias, a fim de construir uma solução para as agendas políticas baseadas no respeito entre as diferentes ideias. A aparente preferência, no entanto, é que os problemas sociais sejam resolvidos pelas tecnologias, o bem-estar digital, segundo Morozov.<sup>23</sup>

Em conclusão, destacamos o argumento de Lévy sobre a cibercultura, que enfatiza: “Essa universalidade desprovida de significado central, esse sistema da desordem, essa transparência labiríntica, chamo-a de ‘universalidade sem totalidade’. Constitui a essência paradoxal da cibercultura”.<sup>24</sup> Embora o vocabulário divirja em obras de diferentes pesquisadores na área das tecnologias da informação e da comunicação, é visível que o fenômeno da entropia, conceito proveniente das ciências da natureza, possui um significado oportuno para tratar do contexto que estamos vivendo. A entropia é a medida do grau de desordem de um sistema. Além disso, essa ideia está associada à irreversibilidade dos estados de um sistema físico, uma multiplicidade de estados que tendem sempre a aumentar com o tempo. Assim, a entropia associa-se à velocidade, liquidez, fragmentação e instabilidade. Isso é, à primeira vista, paradoxal, contudo, se a aceleração é irreversível, nós nos encontramos num sistema cuja instabilidade é determinante.

## 6.2 O extremismo e o fundamentalismo na Cibercultura – o desgaste do debate público

---

<sup>20</sup> HAN, 2022.

<sup>21</sup> *Infocracia* ou *regime de informação*, que faz alusão à ideia de regime disciplinar do Foucault, é a forma de dominação em que as informações e seu processamento por algoritmos e inteligência artificial determinam decisivamente processos sociais econômicos e políticos. Cf. HAN, 2022.

<sup>22</sup> HAN, 2018.

<sup>23</sup> MOROZOV, 2018.

<sup>24</sup> LÉVY, 2010, p. 113.

Cibercultura é um conceito apresentado por Lévy<sup>25</sup>. Segundo o autor, o neologismo é o conjunto de técnicas materiais ou intelectuais de práticas, atitudes, modos de pensamento e valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço.<sup>26</sup> Nesse sentido, é possível inferir que, segundo Lévy, a Cibercultura é um período que se distingue do passado. Posto isso, com base em Brochado<sup>27</sup>, utilizamos neste texto a grafia Cybercultura, a fim de retomar a ideia de *kyber*, que é a origem do afixo e remete à ideia de controle e de condução.

Entendemos que o espaço público não é mais o mesmo em função das transformações sociais, econômicas e culturais desencadeadas pela Cybernética. Nesse sentido, questionamos se é possível considerar as mídias digitais como a nova *ágora*. No espaço da *ágora*, a pauta envolvia os assuntos da *pólis*, questões que diziam respeito à segurança, à justiça, à cultura, às leis, etc. Esses eram essencialmente públicos, apesar de o termo não existir nessa época. Analisemos, então, as discussões políticas que ocorrem nas redes sociais. As redes sociais são privadas, visto que as pessoas utilizam seus perfis para compartilhar a vida e suas experiências, para se comunicar com outras pessoas, para seguir assuntos de seus interesses e afins. Essas redes com perfis privados são controladas por empresas também privadas, com fins lucrativos.

Desde a última década, no entanto, as redes sociais, de modo geral, também são um espaço para campanhas políticas e para o compartilhamento de assuntos e ideias referentes à vida política. Esse espaço privado se tornou, dessa forma, palco de disputas políticas de todos contra todos e ninguém contra ninguém. O espaço público sempre foi um local onde as pessoas se encontram para discutir suas opiniões e ideias. Não é recente o caráter conflituoso e, por vezes, bélico desses espaços.<sup>28</sup> Todavia, é premente a necessidade de colocar em evidência o crescente extremismo e fundamentalismo que são potencializados por meio das redes sociais. Sobre a questão da ascensão desses movimentos, Castells aponta que

[...] quando já não existe comunicação nem mesmo de forma conflituosa (como seria o caso de lutas sociais ou oposição política), surge uma alienação entre os grupos sociais e indivíduos que passam a considerar o outro um estranho, finalmente uma ameaça. Nesse processo, a fragmentação social se propaga, à medida que as identidades se tornam mais específicas e cada vez mais difíceis de compartilhar. A sociedade informacional, em sua manifestação global, é também o mundo de Aum Shinrikyo (seita Verdade Suprema), da milícia norte-americana, das ambições teocráticas islâmicas/cristãs e do genocídio recíproco de hutus e tutsis.<sup>29</sup>

<sup>25</sup> LÉVY, 2010.

<sup>26</sup> Lévy entende como ciberespaço “[...] o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo”. Cf. *Ibid.*, p. 17.

<sup>27</sup> BROCHADO, 2023.

<sup>28</sup> ALVES, 2021.

<sup>29</sup> CASTELLS, 2023, p. 63.

Na obra *Os engenheiros do caos*, Empoli<sup>30</sup> aborda a ascensão do nacional-populismo, que diz respeito ao “movimento” que envolve os projetos de Steve Bannon, planejador da campanha presidencial de Donald Trump, em 2016. O autor trata da colaboração entre partidos que são chamados usualmente de extrema-direita, como, por exemplo, os de Marine Le Pen, de Orban, de Netanyahu e de Bolsonaro. Além disso, o pensador também procura compreender como essas colaborações desencadearam transformações geopolíticas baseadas na ideologia compartilhada de patriotismo, associado ao conservadorismo e à manipulação de pessoas. Essa ideologia evoca sensações de choque, medo e ódio, de forma a voltar a população contra ela mesma e contra os imigrantes, afastando os olhares da política. Considerando as questões levantadas, Empoli explica como essa aliança conduziu operações de desinformação em vários cantos do mundo, dominando o cyberspaço.

Dessa forma, as mesmas estratégias de campanha utilizadas por Donald Trump e a influência da Cambridge Analytica durante esse processo, em 2016, foram replicadas, posteriormente, no Reino Unido, com a discussão sobre a saída da Grã-Bretanha da União Europeia (Brexit). Além disso, no Brasil, em 2018, essas estratégias por meio do aconselhamento de Bannon<sup>31</sup> foram aplicadas na campanha presidencial de Jair Bolsonaro. Desde então, temos enfrentado no Brasil uma situação de crise institucional, bem como um quadro de intolerância em relação a quem não segue o padrão de “família tradicional brasileira”, medo e insegurança, desencadeados pelos discursos de ódio, pelo fortalecimento de um fundamentalismo religioso, pelo militarismo e saudosismo à ditadura militar e, inevitavelmente, pelo nacional-populismo com características de partidos de direita extremistas.

Existem outras características que são associadas a esse período, como o negacionismo científico que se tornou pauta frequente durante a pandemia, no entanto, essa questão não será abordada neste momento. Neste tópico, procuramos tratar das estratégias que desencadearam o extremismo político e religioso na sociedade como um todo. Como foi apresentado no quarto capítulo, os dados são importantes fontes de lucro das empresas. Isso porque os algoritmos analisam ser mais relevantes os conteúdos com maior quantidade de visualizações, curtidas, compartilhamentos, ou seja, que provocam maior repercussão. Portanto, vídeos, imagens, áudios e textos que geram uma reação imediata, reações, muitas vezes, que apelam às nossas emoções ou que fazem nos sentir potencialmente ameaçados geram maior retorno para as Big

---

<sup>30</sup> EMPOLI, Giuliano da. *Os engenheiros do caos*. Tradução de Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio, 2019.

<sup>31</sup> Ex-assessor e estrategista da campanha à presidência de Donald Trump, em 2016. É ideólogo da direita radical populista, popularmente conhecida como extrema-direita.

Techs. Essa tendência às reações imediatas remete ao que Bauman relata sobre a nossa forma de lidar com os diferentes:

A habilidade de viver com as diferenças, quanto mais de apreciá-las e delas se beneficiar, não ocorre de maneira fácil e muito menos como um ímpeto. Essa habilidade é uma arte que, como todas as artes, demanda estudo e prática. A incapacidade de encarar a pluralidade desconcertante de seres humanos e a ambivalência de todas as decisões de classificação/categorização ao contrário, tendem a se perpetuar e se reforçar: quanto mais eficaz for o impulso em face à homogeneidade e os esforços de eliminar a diferença, mais difícil é sentir-se à vontade em contato com estranhos, e quanto mais ameaçadora parece a diferença, mais profunda e intensa se torna a ansiedade que ela gera.<sup>32</sup>

O choque físico produz efeitos como palidez, queda de pressão, fraqueza, respiração acelerada e perda total ou parcial de consciência.<sup>33</sup> No entanto, o termo choque foi aplicado no campo político e econômico. A terapia do choque econômico, por exemplo, remete ao século passado, aplicado quando países sofriam intensas crises econômicas, devido à hiperinflação e dívidas externas exorbitantes, entre outras situações que os deixavam em situação vulnerável. Nesse período, a terapia do choque econômico era uma alternativa oferecida por economistas, como Milton Friedman<sup>34</sup>, para reverter situações de crise. Jeffrey Sachs<sup>35</sup>, na obra *O fim da pobreza*, explica que essa estratégia foi colocada em prática por um grupo seletivo de economistas e tecnocratas, que foram responsáveis por transformar as ideias em políticas de caráter liberal, reforçando políticas como a abertura dos mercados, redução maciça de gastos públicos, entre outras medidas baseadas no Consenso de Washington.

O ponto chave é que essas medidas sejam implementadas de uma só vez e de maneira rápida.<sup>36</sup> Consequentemente, o choque é parecido com a metáfora de “arrancar o *band-aid* de uma vez só”, porém com consequências mais desastrosas. Aqui, é importante questionar qual o motivo para a implementação rápida e orquestrada dessas políticas por um grupo seletivo de

<sup>32</sup> BAUMAN, 2000, p. 106, tradução nossa. Do original: “The ability to live with differences, let alone to enjoy such living and to benefit from it, does not come easily and certainly not under its own impetus. This ability is an art which, like all arts, requires study and exercise. The inability to face up to the vexing plurality of human beings and the ambivalence of all classifying/filling decisions are, on the contrary, self-perpetuating and self-reinforcing: the more effective the drive to homogeneity and the efforts to eliminate the difference, the more difficult it is to feel at home in the face of strangers, the more threatening the difference appears and the deeper and more intense is the anxiety it breeds”.

<sup>33</sup> BRASIL. Ministério da Saúde. *Estado de choque e crise de pânico*. Biblioteca Virtual em Saúde, Brasília, [200?]. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/folder/10006003123.pdf>. Acesso em 13 dez. 2024.

<sup>34</sup> FRIEDMAN, Milton. *Capitalism and freedom*. Chicago: The University of Chicago Press, 1962.

<sup>35</sup> SACHS, Jeffrey. *O fim da pobreza: como acabar com a miséria mundial nos próximos 20 anos*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

<sup>36</sup> John Williamson destaca algumas recomendações do Consenso de Washington, como, por exemplo: disciplina fiscal, reforma tributária, liberalização financeira, liberalização do comércio, desregulamentação, privatização, entre outros. Cf.: WILLIAMSON, John. *The political economy of policy reform*. Washington: Institute for International Economics, 1994.

tecnocratas. Se as medidas são, em tese, benéficas para a população, por que ela é excluída da decisão? Essa terapia não seria uma maneira de “passar a boiada”<sup>37</sup> procurando evitar o escrutínio público? Ademais, é relevante frisar que essa estratégia também foi utilizada por governos ditatoriais, como no caso de Pinochet, a partir do aconselhamento de Friedman.<sup>38</sup>

A história do choque como estratégia desestabilizadora e entorpecedora não foi tão exitosa quanto se esperava. Muitas vezes, foram desastrosas do ponto de vista da Democracia e do Estado de Direito. Atualmente, o efeito de choque é, potencialmente, utilizado diariamente a partir das redes sociais. É comum escutarmos que se manter atualizado nos acontecimentos do mundo se tornou desgastante e desanimador. Existem pessoas que preferem se desconectar para manter uma qualidade de vida melhor. Enquanto isso, outras pessoas utilizam esses meios para expressar a indignação, a raiva, a decepção, a tristeza e todos os tipos de emoções. Sobre esse assunto, destacamos a seguinte passagem de Byung-Chul Han:

A racionalidade discursiva é ameaçada, hoje, também pela comunicação afetiva. A gente se deixa afetar demais por informações que se seguem apressadas umas às outras. Afetos são mais rápidos do que a racionalidade. Em uma comunicação afetiva, não prevalecem os melhores argumentos, mas as informações com maior potencial de estimular.<sup>39</sup>

Naomi Klein<sup>40</sup> cunhou o termo doutrina do choque para se referir à estratégia arquitetada por governos neoliberais que visualizam situações de desastre – golpes, ataques terroristas, liquidez do mercado, guerras, desastres naturais e, em geral, situações de crise – como oportunidades de aplicação de políticas, de forma rápida e continuada, com o objetivo de consolidar a tríade: eliminação da esfera pública, total liberdade para as corporações e gasto social mínimo. A estratégia de visualizar situações de desastre como oportunidades políticas se justifica pela desmobilização da população durante esses momentos. É doutrina do choque, pois o estado de choque provoca o entorpecimento e a paralisação.

---

<sup>37</sup> A expressão “passar a boiada” foi utilizada pelo ex-Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles durante uma reunião interministerial, a fim de aproveitar a crise pandêmica para aprovar mudanças nas leis de proteção ambiental, com o objetivo de flexibilizá-las, bem como na área de agricultura. Assim, evitaria críticas e processos na Justiça. Cf.: MINISTRO do Meio Ambiente defende passar ‘a boiada’ e ‘mudar’ regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19. *GI*, São Paulo, 22 maio 2020. Disponível: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>. Acesso em: 25 fev. 2025.

<sup>38</sup> FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose D. *Two lucky people: memoirs*. Chicago: University of Chicago Press, 1998, p. 593-594.

<sup>39</sup> HAN, 2022, p. 37.

<sup>40</sup> KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: ascensão do capitalismo de desastre*. Tradução de Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

As redes sociais são constantes provocadoras de choque, por meio das estratégias de desinformação, se aproveitando da desmobilização do espaço público e da sensação de entorpecimento e impotência em relação às transformações provocadas pelas TICs. A desinformação pode ser considerada hoje um mecanismo de choque extremamente eficiente.

A comunicação digital provoca uma reversão no fluxo de informações que tem efeitos destrutivos para o processo democrático. Informações são propagadas sem que passem pelo espaço público. São produzidas em espaços privados e enviadas a espaços privados. A rede não forma, assim, nenhuma esfera pública. Mídias sociais intensificam essa *comunicação sem comunidade*. Não se pode formar esfera pública política de influenciadores e seguidores. *Communities* digitais são uma forma de mercadoria da comunidade. Na realidade, são *commodities*. Não são capazes de ação política.<sup>41</sup>

Em uma sociedade em que a política é palco de toda forma de campanha de choque, através das plataformas que são capazes de potencializar e provocar choques repetitivos e desorganizados, cria-se uma terapia de choque sem precedentes. O ritmo do debate público que é tido como racional está longe de ser tão acelerado, consequentemente, o que observamos, hoje, ao contrário, é um desgaste do debate público. Este é substituído por reações imediatas e, muitas vezes, precipitadas, dominadas pela visão do “outro” como inimigo. Nesse sentido, “Mais do que nunca, a política é percebida como um jogo de soma zero, em vez de uma disputa entre ideias”.<sup>42</sup> Em relação à volatilidade de nossa época, Castells entende que

[...] sem dúvida, há um código cultural comum nos diversos mecanismos da empresa em rede. É composto de várias culturas, valores e projetos que passam pelas mentes e informam as estratégias dos vários participantes das redes, mudando no mesmo ritmo que os membros da rede e seguindo a transformação organizacional e cultural das unidades da rede. É de fato uma cultura, mas uma cultura do efêmero, uma cultura de cada decisão estratégica, uma colcha de retalhos de experiências e interesses, em vez de uma carta de direitos e obrigações. É uma cultura virtual multifacetada, como nas experiências visuais criadas por computadores no espaço cibernético ao reorganizar a realidade. Não é fantasia, é uma força concreta porque informa e põe em prática poderosas decisões econômicas a todo momento no ambiente das redes. Mas não dura muito: entra na memória do computador como a matéria-prima dos sucessos e fracassos passados. A empresa em rede aprende a viver nesta cultura virtual. Qualquer tentativa de cristalizar a posição na rede como um código cultural em determinada época e espaço condena a rede à obsolescência, visto que se torna muito rígida para a geometria variável requerida pelo informacionalismo. O “espírito do informacionalismo” é a cultura da “destruição criativa”, acelerada pela velocidade dos circuitos optoeletrônicos que processam seus sinais.<sup>43</sup>

<sup>41</sup> HAN, 2022, p. 49, grifo do autor.

<sup>42</sup> D’ANCONA, 2018, p. 19

<sup>43</sup> CASTELLS, 2023, p. 261.

A hegemonia das empresas privadas é sustentada pela concepção do inevitabilismo tecnológico, que nos faz sentir que estamos fadados à resignação ou à impotência, diante dos acontecimentos. No entanto, algumas iniciativas começaram a ser estabelecidas na intenção de refrear os conflitos da tecnologia com o sistema normativo, como é o caso da regulamentação da Inteligência Artificial da União Europeia. Ressaltamos que os Estados possuem agência para estabelecer limites e fazer valer as legislações em seus territórios. Nesse sentido, a questão da Ética referente a esses novos aparatos é premente.

[...] a sociedade civil precisa reaprender a investir contra a normalização crescente do imenso poder que os agentes privados, sobretudo as corporações, detêm na sociedade, com poucas consequências inócuas para a liberdade e a autonomia. O fato de o atual feudalismo aparecer em rostos sorridentes não nos isenta da responsabilidade de avaliar o seu impacto nos membros mais vulneráveis da sociedade.<sup>44</sup>

Os pilares que são considerados perenes e consolidados há séculos, tais como o Estado, o Direito, a Política e, até mesmo, a Ciência, que foi, inicialmente, a impulsionadora de todos esses processos que remetem à tecnicidade, estão constantemente em risco diante de uma cybercultura da incerteza, das mudanças rápidas e dos ânimos ansiosos e hiperestimulados. Considerando a discussão apresentada, podemos sublinhar o essencial com a passagem:

Os sistemas políticos estão mergulhados em uma crise estrutural de legitimidade, periodicamente arrasados por escândalos, com dependência total de cobertura da mídia e de liderança personalizada e cada vez mais isolados dos cidadãos. Os movimentos sociais tendem a ser fragmentados, locais, com objetivo único e efêmeros, encolhidos em seus mundos interiores ou brilhando por apenas um instante em torno de um símbolo da mídia. Nesse mundo de mudanças confusas e incontroladas, as pessoas tendem a agrupar-se em torno de identidades primárias: religiosas, étnicas, territoriais, nacionais.<sup>45</sup>

Essa análise nos faz refletir sobre a democracia representativa. Para decidir o candidato, estamos nos baseando na personalidade do candidato e seu projeto, ou em um perfil administrado por consultores e assessores? Indo mais além, é possível indagar se a democracia está cumprindo o que promete, que é dar poder ao povo, e como podemos resgatá-la. Em uma sociedade plural, diversa e extremamente complexa e em constante processo de mudança, habitando um ambiente instável e incerto, é possível dizer que nós, população, estamos sendo ouvidos e representados? Tiburi ressalta essa questão abordando a espetacularização do político por meio da construção de imagens com base no exagero:

---

<sup>44</sup> MOROZOV, 2018, p. 176.

<sup>45</sup> CASTELLS, 2023, p. 62-63.

O que vem a ser política na racionalidade publicitária é a nossa questão. O ridículo político é um efeito da deturpação da política na era do espetáculo; é a deturpação do direito de representar e de ser representado. Ridículo político seria, portanto, a forma visível da crise do político, enquanto o poder o utiliza justamente para acobertar essa crise.<sup>46</sup>

O desgaste da política e do debate público pode ser associado também ao fenômeno da desintermediação e aos aspectos que desencadearam desconfiança nas instituições, antes consideradas “consolidadas”, como Democracia, Estado de Direito, Ciência e Estado (este que se consolidou a partir do Tratado de Westfália, mas se tornou o antagonista de uma lógica liberal e, posteriormente, libertária). O fenômeno evocado de desconfiança nas instituições é abordada na próxima subseção, a fim de compreender como alguns dos pilares da Modernidade estão ameaçados.

### 6.3 O fenômeno da desintermediação e a desconfiança nas instituições

No Brasil, os apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro nas duas últimas eleições presidenciais têm constantemente questionado as mídias tradicionais, como a Rede Globo, os jornais e, em geral, canais oficiais de comunicação. Ademais, como já foi abordado, a desinformação é uma característica da Era Cybérnetica, o que também ocorre no Brasil, principalmente nesses grupos influenciados pelo pensamento conservador. Conforme argumentamos neste capítulo, uma das tendências do ser humano é procurar sua identidade em diferentes grupos para se sentir pertencente. Nessa perspectiva, Castells observa que:

Em um mundo de fluxos globais de riqueza, poder e imagens, a busca da identidade, coletiva ou individual, atribuída ou construída, torna-se a fonte básica de significado social. Essa tendência não é nova, uma vez que a identidade e, em especial, a identidade religiosa e étnica têm sido a base do significado desde os primórdios da sociedade. No entanto, a identidade está se tornando a principal e, às vezes, a única fonte de significado em um período histórico caracterizado pela ampla desestruturação das organizações, deslegitimação das instituições, enfraquecimento de importantes movimentos sociais e expressões culturais efêmeras.<sup>47</sup>

No segundo capítulo, abordamos os aspectos da centralidade da razão e sua dissociação da religião, da valorização de direitos individuais de liberdade e igualdade<sup>48</sup>, da ruptura com a figura do rei soberano e da consolidação do “contrato social” como forma de legitimação do

---

<sup>46</sup> TIBURI, 2017, p. 15.

<sup>47</sup> CASTELLS, 2023, p. 63.

<sup>48</sup> Neste período, os direitos à liberdade e à igualdade eram relativos ao gênero.

poder político. Além disso, tratamos de alguns dos pilares que caracterizam a modernidade, como os primórdios do cientificismo e a retomada da ideia de democracia como regime político.

Após a experiência do Estado Absolutista, o Estado liberal visava limitar o poder do Estado e, ao mesmo tempo, garantir o liberalismo econômico à burguesia. O Estado era visto como um empecilho para a efetivação da liberdade. Um dos pensadores que mais influenciaram o liberalismo, Adam Smith, afirma sobre a autorregulação das empresas que:

É assim que os interesses privados e as paixões individuais naturalmente os inclinam a direcionar seus recursos para os empregos que, em casos ordinários, são mais vantajosos para a sociedade. Mas, se, em razão dessa preferência natural, eles não direcionarem seus recursos abundantemente aos empregos, a queda do lucro desses setores e o aumento dos lucros em outros imediatamente os impulsionam a corrigir essa distribuição inadequada. Portanto, sem a intervenção nenhuma da lei, os interesses privados e as paixões dos homens naturalmente os conduzem a dividir e distribuir os recursos de cada sociedade nas quais várias formas de emprego existem, da maneira mais proporcional possível ao interesse de toda a sociedade.<sup>49</sup>

Nesse sentido, o Estado liberal nasce limitando a si mesmo, por meio do princípio da separação de poderes<sup>50</sup> e pelo afastamento do Estado do domínio privado. A primazia da liberdade individual era concebida como autonomia da conduta do indivíduo. Em resumo, surgia a ideia do *laissez-faire*. O liberalismo consolidou-se após a tomada de consciência sobre a tirania do Estado e com o desenvolvimento das indústrias e a consolidação do sistema econômico capitalista. Apesar do movimento socialista e da breve história do Estado Social no início do século XX, os regimes totalitários nazista e fascista na Europa e o regime socialista na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), protagonistas da Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, da Guerra Fria, desencadearam novamente uma visão negativa em relação aos mecanismos de controle do Estado.

A partir dessas experiências em que a população era constantemente vigiada e grupos étnicos eram perseguidos e mortos, distopias como *Admirável mundo novo* de Aldous Huxley<sup>51</sup> e *1984* de George Orwell<sup>52</sup> foram criadas, lançando luz a respeito de práticas totalitárias estatais

---

<sup>49</sup> SMITH, Adam. *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*: books I, II, III, IV and V. New York: MetaLibri Digital Library, 2007, p. 488, tradução nossa. Do original: “It is thus that the private interests and passions of individuals naturally dispose them to turn their stocks towards the employments which in ordinary cases are most advantageous to the society. But if from this natural preference they should not turn too much of it towards those employments, the fall of profit in them and the rise of it in all others immediately dispose them to alter this faulty distribution. Without any intervention of law, therefore, the private interests and passions of men naturally lead them to divide and distribute the stock of every society among all the different employments carried on in it as nearly as possible in the proportion which is most agreeable to the interest of the whole Society”.

<sup>50</sup> MONTESQUIEU, 1996.

<sup>51</sup> HUXLEY, Aldous. *Brave new world*. London: Chatto & Windus, 1932.

<sup>52</sup> ORWELL, George. *1984*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

em que o controle se tornou uma estratégia de eliminação das subjetividades e qualquer forma de oposição ou questionamento a respeito da conduta do Estado. A obra *1984* também faz uma crítica à propaganda política e o revisionismo histórico. Já Aldous Huxley, revela que o medo do desconhecido pode levar à aceitação do regime ao qual o cidadão está submetido, fazendo com que ele abra mão de sua liberdade, já que foi manipulado por toda sua vida.

Essa forma de vigilância por meio de uma instituição é abordada por Foucault<sup>53</sup>, que denomina de regime disciplinar o sistema de supervisão, controle e correção, ao analisar o panóptico de Bentham<sup>54</sup>, modelo circular de prisão, em que uma pessoa, o inspetor, é capaz de vigiar todos os detentos sem que estes saibam que estão sendo vigiados, de modo a vigiar e punir para corrigir suas condutas. As celas na prisão de Bentham não permitem contato com outros detentos, que se encontram isolados. O inspetor também vigia os guardas que conduzem as punições e tem o poder de controlá-los, considerando ser algo positivo, pois esse inspetor é capaz de visualizar se os detentos estão sofrendo maus-tratos na mão dos guardas.

Foucault<sup>55</sup> observa que essa arquitetura do panóptico é um laboratório de poder. É possível realizar qualquer número de experimentações com os detentos, médicos, guardas e outros profissionais e, destarte, identificar com os experimentos o comportamento humano e os “resultados” que mais convêm ao inspetor, “aprimorando” as punições e tratamentos para com os detentos. Porém, a observação mais importante do autor é a forma com que esse panóptico pode ser transposto para instituições como escolas e hospitais, entre outras instituições.

O totalitarismo estatal do século XX, provavelmente, deu origem ao sentimento de desconfiança do Estado. O modelo neoliberal encontrou força, principalmente, nos anos 1990, com as privatizações e flexibilização de legislações em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. O neoliberalismo influenciou ditaduras capitalistas em países da América Latina, tendo maior destaque o aconselhamento de Milton Friedman a Pinochet, no Chile, em direção a um projeto de choque econômico que foi estabelecido e aclamado pelo economista. No entanto, o pensamento neoliberal buscava disseminar a ideia de que o autoritarismo só se manifestava nos regimes à esquerda do espectro político, visto que se consideram tecnocratas. A experiência neoliberal, no entanto, demonstrou que este modelo não é incompatível com o autoritarismo.

Ainda assim, a desconfiança no Estado já se espalhava. A ideologia californiana e as invenções tecnológicas que culminaram nas plataformas digitais e na inteligência artificial

---

<sup>53</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

<sup>54</sup> BENTHAM, Jeremy. *O panóptico*. Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

<sup>55</sup> FOUCAULT, 1987.

apostou que as tecnologias seriam capazes de nos tornar mais conscientes e nos emancipar. Todos esses fatores podem ter facilitado o processo de propaganda anti-Estado e anti-política, que culminou em líderes populistas que se autodenominavam *antiestablishment* e atacam mídias tradicionais, advogando pela estabilidade econômica e se aproveitando da crise de 2008, a qual afetou a economia de vários países, inclusive dos Estados Unidos. Ademais, esses líderes se apoiaram no conservadorismo e na narrativa de um passado a ser resgatado, em oposição aos governos que eram responsáveis por todos os problemas.

Não resta dúvida de que esta interferência de fora, a que os territórios nacionais estão submetidos, representam uma ameaça a suas soberanias. Isso tem posto em discussão, nos meios acadêmicos internacionais, o valor dos conceitos tradicionais de Estado nacional e da soberania. Fala-se mesmo no surgimento, no mundo, de um novo “colonialismo tecnológico” imposto pelos Estados poderosos. A soberania, direito imprescindível do Estado-Nação de autodeterminar-se no campo interno e nas suas relações internacionais era, tradicionalmente, resguardada por determinados cuidados preventivos, particularmente nas áreas de informações e proteção territorial. A invasão territorial inevitável pela informação de todo tipo e rapidez dos transportes modernos, encurtando drasticamente as distâncias, vem obrigando os Estados a rever os antigos critérios de atenção na preservação preventiva de suas respectivas soberanias.<sup>56</sup>

A desintermediação foi ocasionada pela desconfiança nas instituições públicas e nos meios de comunicação tradicionais. A propaganda política da extrema-direita se baseava em questionar os veículos oficiais de comunicação, revisar e reescrever a história, da maneira que os conviesse, espalhar desinformação em todas as mídias digitais e grupos de WhatsApp e Telegram, de forma a despertar reações de choque, de indignação contra os próprios concidadãos, através da visão “nós” contra “eles”, e, conseqüentemente, de pensar que os diferentes ameaçavam o modelo de vida “padrão”.

Além do Estado e dos jornalistas, os chamados especialistas também eram alvos de desconfiança. Em suma, todos os veículos mediadores estavam sendo questionados. Segundo Innerarity, “A falta de confiança na mediação nos conduz a presumir automaticamente que as coisas são verdadeiras quando são transparentes, que a representação sempre falsifica, e que todo segredo é ilegítimo”.<sup>57</sup> A questão levantada pelo autor é preocupante, considerando que vivemos em uma sociedade que se propõe transparente, de forma a expor a vida das pessoas nas redes sociais (ainda que acreditemos que não, uma vez que consentimos com a utilização

<sup>56</sup> CARDOSO, Paulo Roberto. *Diatética cultural: Estado, soberania e defesa cultural*. 2016. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016, p. 48.

<sup>57</sup> INNERARITY, 2012, p. 4, tradução nossa. Do original: “A lack of confidence in mediation leads us to automatically presume that things are true when they are transparent, that representation always falsifies, and that every secret is illegitimate”.

de nossos dados ao nos cadastrarmos em aplicativos e plataformas ou ao navegar o Google, sem mencionar os cookies). O fenômeno da desintermediação levanta algumas questões intrigantes.

Nessa direção, observamos que a Administração Pública e seu quadro administrativo devem agir conforme a lei e podem ser responsabilizados administrativamente, civilmente e penalmente por suas condutas. Os meios de comunicação tradicionais que, ainda que não sejam neutros ou imparciais, podem ser questionados e compelidos a retificar seus erros, caso divulguem alguma informação equivocada. Jornalistas possuem um Código de Ética que devem seguir e, em caso de descumprimento, estão sujeitos a penalidades de observação, advertência, suspensão e exclusão do quadro social do sindicato e à publicação da decisão da comissão de ética em veículo de ampla circulação e, em caso de suspeita de crime, pode ser encaminhado processo ao Ministério Público pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ)<sup>58</sup>. A comunidade acadêmica também possui responsabilidade em relação ao que publica e pratica.

Médicos, contadores e advogados têm um compromisso firmado por meio de dependências e reciprocidades ditadas pela extensiva institucionalização da respectiva educação profissional, seus códigos de conduta e os procedimentos para avaliação e análise. A violação de tais regras gera um risco de punição a partir de sanção profissional e legislação pública. O Google e seus irmãos no capitalismo de vigilância não correm esses riscos.<sup>59</sup>

Em substituição às autoridades oficiais, criam-se “autoridades alternativas” que não pretendem contrabalancear as estruturas de poder oficiais, mas neutralizá-las.<sup>60</sup> Bauman<sup>61</sup> explica que quando existem várias autoridades, elas tendem a se cancelar. O cidadão, dessa forma, é colocado em uma situação em que deve escolher entre as opções apresentadas. A autoridade em potencial, então, constrói estratégias para persuadir e seduzir a maior quantidade de pessoas possível. Nesse sentido e com o apoio das gigantes da tecnologia e o extenso inventário de dados que possuem, é possível que autoridades não oficiais construam uma narrativa que deslegitima as antigas instituições e estabeleçam os fatos alternativos, em conformidade com o que as pessoas querem ouvir e acreditar, utilizando de suas angústias e medos, a fim de cooptá-las a abraçar conspirações, informações falsas e adotar comportamentos que só conseguem ser despertados por meio da formação de enxames sociais.<sup>62</sup>

<sup>58</sup> FENAJ. *Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros*. Vitória, 4 ago. 2007. Disponível em: [https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros.pdf](https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf). Acesso em: 17 dez. 2024.

<sup>59</sup> ZUBOFF, 2020, p. 295.

<sup>60</sup> INNERARITY, 2012, p. 7.

<sup>61</sup> BAUMAN, 2000.

<sup>62</sup> HAN, 2018.

Além da validação, a proximidade também é um elemento importante dessa equação. Innerarity observa que as instituições oficiais mantêm um distanciamento da população. Por exemplo, nos consideramos mais próximos de alguém conhecido que vaza uma informação do que de jornalistas; de ONGs do que de governos; de *coachs* do que de especialistas; entre outros exemplos.<sup>63</sup> Por esse motivo, as pessoas sempre se encontram tentadas a compartilhar conteúdos que são difundidos online – afinal, são pessoas confiáveis que enviaram o conteúdo: um amigo, um familiar, um grupo do partido que você apoia, etc. O ímpeto de compartilhar uma mensagem sem refletir ocorre com todos.

Sobre a proximidade, Moyano Díaz<sup>64</sup> argumenta que uma noção de totalidade da realidade é desencadeada, com base em acontecimentos transmitidos. Só se vive a realidade mediante a recepção do acontecimento. Quando um veículo de comunicação é mais gráfico e visual, reduz-se a possibilidade do distanciamento e da abstração e se torna mais tangível.<sup>65</sup> Além disso, as novas mídias multiplicam a importância de um acontecimento e, conseqüentemente, podem provocar perigosas generalizações. Nesse sentido, Harari também entende que vivemos um período de fragilidade institucional, destacando que

Vivemos em uma era de fragilidade institucional. As instituições da sociedade agem como anteparos. São os órgãos que encarnam seus valores e suas continuidades. Lançar luzes sobre seus fracassos, sua decadência e seu colapso absoluto é intrinsecamente perturbador. Mas isso não é tudo. A pós-verdade floresceu nesse contexto, quando os firewalls e os anticorpos (misturando metáforas) se enfraqueceram. Quando os supostos fiadores da honestidade vacilam, o mesmo acontece com a verdade. O filósofo A. C. Grayling talvez tenha razão ao identificar a crise financeira como o momento germinal que levou, em questão de anos, à era da pós-verdade.<sup>66</sup>

A falta de mediação é perturbadora. Sem ela, o espaço público se torna desequilibrado, devido à ausência de limitações, procedimentos e representação. Segundo Innerarity, “Todos esses fatores protegem a democracia da irracionalidade potencial, porque limites também garantem nossos direitos, procedimentos desafiam respostas arbitrárias, e a representatividade contrabalança o populismo”.<sup>67</sup> A democracia é consideravelmente prejudicada com a decadência dos debates públicos, da contraposição de ideias e da abertura para ocasionais concessões.<sup>68</sup> Nesse sentido, Charles Taylor<sup>69</sup> entende que a democracia é a tensão entre as

<sup>63</sup> INNERARITY, 2012, p. 4-5.

<sup>64</sup> MAYOS SOLSONA; REMOTTI; MOYANO DÍAZ, 2024.

<sup>65</sup> *Ibid.*

<sup>66</sup> HARARI, 2018, p. 45.

<sup>67</sup> INNERARITY, 2012, p. 5.

<sup>68</sup> Desde que essas concessões não signifiquem a subtração dos direitos constitucionais.

<sup>69</sup> TAYLOR *apud* INNERARITY, 2012.

instituições e o público e que essa tensão evita o domínio do interesse particular em detrimento do interesse público, pois as instituições devem prezar pelo último em todas suas ações políticas e o público legitima ou se manifesta contrário às ações das instituições.

De acordo com Innerarity<sup>70</sup>, um sistema político exige “energia social”, bem como recursos que o sistema não possui para executar suas ações. No entanto, o autor compreende que o público nem sempre adota posicionamentos progressistas. Esse é o constante dilema que assola a relação entre o Estado e a população. É um ciclo em que não conseguimos identificar quem o iniciou e, constantemente, se retroalimenta. A respeito da necessidade de concessões em uma sociedade democrática, Innerarity explica que

[...] a política não pode ser um meio para atingir objetivos desenhados à distância das circunstâncias reais, além das realidades institucionais, ou sem levar outras pessoas em consideração, inclusive aquelas que não compartilham os mesmos objetivos. Qualquer sonho político só pode ser realizado em colaboração entre outras pessoas que também queiram participar de sua definição.<sup>71</sup>

Novamente, a questão política aparece. Han<sup>72</sup> propõe um neologismo para cunhar o regime político que considera ter surgido com as tecnologias da informação e da comunicação (TICs), a infocracia. O autor considera como infocracia o regime de informação<sup>73</sup> equivalente ao regime disciplinar de Foucault, do capitalismo industrial, acoplado ao capitalismo da informação, que se desenvolve em capitalismo de vigilância<sup>74</sup>. A infocracia tensiona a democracia, em decorrência do caráter geral de curto-prazo dessa “sociedade em rede”<sup>75</sup>, pois o discurso público exige uma temporalidade que não se dá com a comunicação acelerada e fragmentária. O tempo da democracia, segundo Han, é diferente da infocracia.<sup>76</sup>

---

<sup>70</sup> INNERARITY, 2012.

<sup>71</sup> *Ibid.*, p. 6, tradução nossa. Do original: “In a democratic society, politics cannot be a means for achieving goals designed at a distance from real circumstances, beyond institutional realities, or without keeping other people in mind, including those who do not share the same goals. Any political dream is only achievable in collaboration with other people who also want to participate in its definition”.

<sup>72</sup> HAN, 2022.

<sup>73</sup> Esse regime é a “forma de dominação na qual informações e seu processamento por algoritmos e inteligência artificial determinam decisivamente processos sociais, econômicos e políticos”. Cf.: HAN, 2022, p. 7.

<sup>74</sup> O termo capitalismo de vigilância é cunhado por Shoshana Zuboff. A autora diz que o capitalismo informacional deu origem ao capitalismo de vigilância, e define a expressão como uma nova ordem econômica em que a matéria-prima é a experiência humana; a produção de bens e serviços nessa ordem é subordinada a uma nova arquitetura global de modificação de comportamento que tem como características a concentração de riqueza, conhecimento e poder sem precedentes; o tipo de poder que se estabelece, segundo ela, é o poder instrumentário, em que o conhecimento e a modificação comportamental ocorrem em prol de finalidades de terceiros; é uma economia de vigilância que destitui a soberania dos indivíduos. Cf.: ZUBOFF, 2020.

<sup>75</sup> CASTELLS, 2023.

<sup>76</sup> HAN, 2022.

As eleições também sofreram com esse regime, visto que o *microtargeting*, característico das redes sociais, seleciona conteúdos diferentes para pessoas com visões diferentes.<sup>77</sup> Um exemplo dessa seleção foram as postagens nos grupos conservadores que apoiavam Jair Bolsonaro, tanto em 2018, quanto em 2022, que não circulavam em grupos que apoiavam o candidato Haddad, em 2018, e Lula, em 2022. Outro exemplo emblemático é o escândalo da Cambridge Analytica que se apropriou de informações de usuários do Facebook, a partir de um aplicativo desenvolvido de forma a oferecer a centenas de milhares de usuários pequenas quantias, se fizessem parte de um teste de personalidade e concordassem em ter seus dados coletados para uso acadêmico. Esse aplicativo foi desenvolvido por um pesquisador da Universidade de Cambridge e os dados coletados teriam sido comprados pela empresa de análise de dados. A empresa utilizou o *microtargeting*, com o objetivo de sugerir conteúdos para determinadas pessoas, com base em seus perfis e preferências. Os efeitos dessa estratégia não são fáceis de serem mensurados, no entanto, conteúdos direcionados com base em preferências individuais tendem a ser mais efetivos do que conteúdos que a pessoa não se interessa, evidentemente.

Tendo em vista o apresentado, observamos que as instituições e, conseqüentemente, a democracia têm sido ameaçadas. A guinada cybernética nos leva a refletir se o atual regime político, a democracia, conseguirá sobreviver em um contexto em que o extremismo político, o fundamentalismo religioso, a partir da desumanização do outro, impera e prospera. Nesse sentido, é necessário resgatar as discussões a respeito da razão e da ética, a fim de tentar responder, apesar de ser uma tarefa complexa, qual é o espaço da razão no contexto cybernético em que as estratégias de desinformação são utilizadas para modificar o comportamento humano, com o suporte das redes sociais e a negligência das Big Techs.

Em capítulos anteriores, nos debruçamos sobre a fragilidade do imediatismo<sup>78</sup>, que acarreta em reações instantâneas, sobre a impossibilidade de criar um senso de coletividade em uma lógica de enxames digitais, bem como sobre a tendência de nos agruparmos e de considerarmos que o diferente deve ser eliminado, com base em uma emoção irracional, baseada no medo. Além disso, abordamos a estratégia de criação de narrativas alternativas, de forma que a veracidade e a honestidade se tornam obstáculos para gerar lucro às identidades privadas. Essas situações nos fazem questionar quais são os novos valores e pilares da Era Cybernética, se é que existem.

---

<sup>77</sup> HAN, 2022, p. 40.

<sup>78</sup> MAYOS SOLSONA, Gonçal. *Turbohumanos*. Barcelona: Linkgua Ediciones, 2021.

## 6.4 A razão e a ética no contexto da Era Cybernética

Inicialmente, a pesquisa pretendia abordar o fenômeno da razão na Era Cybernética. Qual é o seu espaço hoje? Como é afetada pela propagação de desinformação e de “narrativas alternativas”? A crise das instituições, especialmente democráticas, tem relação com o abafamento da razão moderna? No entanto, ao longo da escrita, percebemos a necessidade de debater a questão ética que compreendemos caminhar próxima à razão. Em se tratando de transformações profundas que ocorreram em um curto período de tempo, continuamos em estado de desorientação a respeito do melhor caminho para o futuro. Contudo, o que é praticamente consensuado na literatura sobre as tecnologias da informação e da comunicação e sobre inteligência artificial é a necessidade premente de regulação, através do Estado, para impor limites dentro das plataformas digitais, reconhecendo que o virtual é também real.

As pessoas e as empresas devem ser responsabilizadas pelas suas ações, assim como no mundo físico, por violações de direitos fundamentais, envolvimento em crimes e produção intencional de qualquer tipo de desinformação, para além dos crimes cybernéticos que já são tipificados em vários países. Ademais, é necessário incluir a questão da transparência da inteligência artificial e das plataformas digitais. A falta de transparência traz o questionamento sobre a legalidade e a finalidade dos processos que envolvem a inteligência artificial. Essas são questões éticas que o uso público da razão<sup>79</sup> poderia exigir. Nesse sentido, Brochado frisa que

Evidentemente que o cidadão é vítima potencial das inovações tecnológicas aplicadas, e as informações sobre estas não podem seguir circulando nos bastidores de pesquisas e estratégias industriais e governamentais sob o pálio da cientificidade neutra. Estas devem sujeitar suas atividades ao escrutínio público, como o seria em qualquer temática que diga respeito à vida dos cidadãos: a atividade tecnológica não pode ser vista como processo incompreensível, pois, socialmente situada, ela é tão agenda pública como qualquer outro. O mito da inacessibilidade à compreensão científica e tecnológica, especialmente pelas intervenções imediatas às quais se volta a tecnologia, é coisa do século passado.<sup>80</sup>

<sup>79</sup> Kant apresenta dos tipos de uso da razão: o uso privado da razão e o uso público da razão. O primeiro se relaciona aos representantes de um cargo ou função pública que, ao proferir um discurso, está representando a visão da instituição, é uma forma de raciocínio condicional. Isso não significa que a pessoa possa criticar um posicionamento da autoridade ao qual não concorda, por meio do uso público da razão, desde que não fira os assuntos da instituição. O uso público da razão, por outro lado, é o uso em que todos fazem enquanto *erudito* [*Gehlerter*] em frente ao público *letrado*. Cf.: KANT, Immanuel. What is enlightenment. In: SCHMIDT, James (Ed.). *What is enlightenment? eighteenth-century answers and twentieth-century questions*. California: University of California Press, 1996. Posto isso, destacamos que, segundo Marques, os termos *erudito* e *letrado* deve ser interpretado no sentido de ter comprometimento com os argumentos sobre um assunto, ter *esclarecimento*. Cf.: MARQUES, Lorena. Sobre os usos da razão: um debate entre o uso público da razão de Kant e a razão pública de Rawls. *Studia Kantiana*, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 99-100, dez. 2021.

<sup>80</sup> BROCHADO, 2023, p. 118.

## Innerarity afirma que a política

[...] sempre disciplinou nossos sonhos; costumava defini-los dentro de uma realidade política e traduzi-los em programas de ação. Por esse motivo, quando a política é fraca, nossas expectativas em relação ao futuro coletivo explodem, e nos tornamos mais vulneráveis à irracionalidade.<sup>81</sup>

Encontramo-nos em um momento em que a política é, de fato, fraca. As eleições brasileiras tanto presidenciais, que abordamos algumas vezes ao longo do texto, quanto municipais se tornaram espetacularizadas. Nesse contexto, os *memes* dominam a cena política nos debates entre candidatos, ao invés de haver uma discussão de projetos políticos para a população. Isso nos torna vulneráveis a líderes que se destacam nas mídias digitais com frases de efeito e com o que passou a ser chamado de “lacração”.<sup>82</sup>

No Brasil, podemos citar vários candidatos a diversos cargos que foram palco de memes e protagonistas da cultura da lacração. Nikolas Ferreira (PL), por exemplo, foi o candidato a Deputado Federal mais votado por Minas Gerais e sua vitória está associada à sua forte presença nas redes sociais, ironizando os candidatos aos quais se opõe e divulgando desinformação e conteúdos descontextualizados de forma exagerada e, muitas vezes, preconceituosa.<sup>83</sup> Outro exemplo ocorreu em 2022, quando a candidata Soraya Thronicke, candidata pela União Brasil, em um debate presidencial, também utilizou desse recurso e virou meme em todas as redes sociais, chamando o candidato Padre Kelmon, pelo PTB, de “padre de festa junina” e questionando se ele não teria medo de ir para o inferno.<sup>84</sup> No ano de 2024, o que despertou a atenção foi a “cadeirada” do candidato Datena (PSDB) em Pablo Marçal (PRTB) durante o debate eleitoral para a Prefeitura de São Paulo.<sup>85</sup> Esses são apenas alguns dos exemplos, dentre

<sup>81</sup> INNERARITY, 2012, p. 7.

<sup>82</sup> A “lacração” é o termo que denota as frases de efeito, utilizadas nas redes sociais, a fim de resumir em algumas palavras conteúdos que podem ser impactantes e chocantes (e não necessariamente fatos comprovados). Cf.: BITTENCOURT, Renato Nunes. Moralidade líquida, lacração e cultura do cancelamento. *Cadernos Zygmunt Bauman*, [S. l.], v. 11, n. 27, p. 212-229, 2021, p. 215.

<sup>83</sup> Nikolas Ferreira foi condenado a pagar indenizações no valor de R\$ 80 mil à deputada federal Duda Salabert (do PDT) por danos morais, em decorrência da negação de Nikolas Ferreira em reconhecer sua identidade de gênero. O magistrado que julgou o caso informou que Nikolas reiterou os comentários transfóbicos em suas redes sociais de forma irônica e jocosa. Cf.: QUEIROZ, Gustavo. Nikolas Ferreira é condenado a pagar R\$ 80 mil para Duda Salabert por transfobia, *CNN Brasil*, São Paulo, 20 abr. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/nikolas-ferreira-e-condenado-a-pagar-r-80-mil-por-danos-morais-para-duda-salabert/>. Acesso em 5 jan. 2025.

<sup>84</sup> CURICO, Sara. Padre Kelmon e Soraya relembram debate em encontro no Senado: “Padre de festa junina”; veja vídeo. *G1*, São Paulo, 07 maio 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/05/07/padre-kelmon-e-soraya-relembram-debate-em-encontro-no-senado-padre-de-festa-junina-veja-video.ghtml>. Acesso em: 5 jan. 2025.

<sup>85</sup> VÍDEO: veja o momento em que Datena agride Marçal com cadeirada. *UOL*, São Paulo, 16 set. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2024/09/16/video-veja-momento-em-que-datena-agride-marcal-com-cadeirada.htm>. Acesso em: 5 jan. 2025.

muitos outros, que podemos encontrar nos jornais e nas redes sociais. Nos referimos aqui apenas a eleições e políticos brasileiros, embora existam conteúdos semelhantes no mundo inteiro. Nesse ponto, destacamos que o economista francês Cédric Durand observa que o processo de degradação da qualidade da discussão política se iniciou antes do século XXI.

Na perspectiva do jovem Habermas, essas evoluções destroem as condições que possibilitam uma discussão crítico-racional dos assuntos públicos. Bem antes do Século XXI, a degradação da qualidade da discussão pública desencadeou uma forma de “refeudalização da esfera pública”, que precisa ser compreendida em dois sentidos. Em primeiro lugar, o critério de racionalidade é apagado a partir do momento em que a convergência das opiniões resulta em um processo em que a espetacularização e a personificação das orientações políticas por detrás da figura de um líder faz eco à encarnação e a representação do poder feudal.<sup>86</sup>

Sobre a cultura dos memes e da lacração, é importante retomar a discussão a respeito da proximidade e da tangibilidade. Assim como sinalizamos anteriormente sobre a sobreposição do que é imagético e visual acima do textual, Han<sup>87</sup> sinaliza que a guerra de memes indica que a comunicação digital privilegia cada vez mais o visual perante o textual. O consumo rápido e imediato de conteúdos imagéticos, no entanto, não ativa a parte de nosso cérebro que é vinculado à nossa cognição e ao pensamento crítico-racional, podendo, assim, gerar a sensação de sobrecarga informativa, acarretando dificuldades de assimilar qualquer informação. Lembramos que nossa memória é seletiva. A sobrecarga informativa tem relação ao que tem sido chamado de “*brain rot*”. Em português, ainda não há apenas um termo para essa expressão, podendo ser chamada de “cérebro podre” ou “podridão cerebral”. “*Brain rot*” foi eleita a palavra do ano de 2024 pelo Dicionário Oxford cujo significado apresentado é:

Suposta deterioração do estado mental ou intelectual de uma pessoa, especialmente considerada como resultado do consumo excessivo de material (particularmente de conteúdo *on-line*) considerado trivial ou não desafiador. E também: algo caracterizado como propenso a causar essa deterioração.<sup>88</sup>

A palavra foi eleita em função da preocupação em torno do consumo excessivo de conteúdos de baixa qualidade, especialmente nas redes sociais. A frequência da utilização

<sup>86</sup> DURAND, 2020, p. 86, tradução nossa. Do original: “Dans la perspective du jeune Habermas, ces évolutions détruisent les conditions de possibilité d’une discussion critico-rationnelle des affaires publiques. Bien avant le XXI<sup>e</sup> siècle, la dégradation de la qualité de la discussion publique engendre une forme de « refeudalisation de la sphère publique », à comprendre en un double sens. En premier lieu, le critère de rationalité s’efface dès lors que la convergence des opinions résulte d’un processus où la mise en spectacle et la personification des orientations politiques derrière la figure d’un leader fait écho à l’incarnation et la représentation du pouvoir féodal”.

<sup>87</sup> HAN, 2022.

<sup>88</sup> BRAIN ROT. In: Oxford University Press (tradução nossa). Disponível em: <https://corp.oup.com/word-of-the-year/>. Acesso em: 6 jan. 2025.

dessa palavra aumentou de 2023 para 2024 em 230%. O primeiro uso do termo foi encontrado em 1854 em um livro de Henry David Thoreau, denominado *Walden*<sup>89</sup>, mas a expressão ganhou outro significado com a era cibernética.<sup>90</sup> Sobre essa questão, o neurocientista Miguel Nicolelis<sup>91</sup> nos alerta para uma de suas hipóteses: a potencial eliminação definitiva de atributos que definem o *homo sapiens*, os quais nos mantiveram vivos por muitos séculos, como a imensa criatividade e intuição, a inteligência, a empatia pelo próximo e a busca de um fim benéfico comum. No Capítulo 12, de sua obra, *O verdadeiro criador de tudo*, ele expressa espanto com as mudanças nas interações humanas e seus efeitos em nosso cérebro, decorrentes da invenção dos celulares e aparatos tecnológicos.

Além disso, o neurocientista explica que tem motivos para acreditar que a imersão digital crescente e contínua poderá acarretar na deterioração de básicas operações do nosso cérebro de primata, seu alcance e espectro único de ação e ainda a capacidade inerente de gerar aquilo que define a particularidade da condição humana. Nicolelis<sup>92</sup> esclarece, com base em experimentos que conduziu a respeito do cérebro humano, que o cérebro compara experiências acumuladas ao longo de toda a sua existência com informações coletadas momento a momento, de forma que continuamente se reformata com o objetivo de refinar o seu modelo neural da estatística do mundo exterior, incluindo nosso senso de identidade.

As redes neurais definem nossas ações, apoiando-se em recompensas que motivam a continuidade de uma atividade. Portanto, o nosso grau de interesse, na maioria das vezes, depende da satisfação que obtemos com determinada tarefa. É mais fácil obtermos satisfação de um vídeo de gatinho ou resolver um enunciado de cálculo? Qual recompensa dá uma satisfação mais imediata? É isso que ocorre quando passamos horas nas redes sociais. O cérebro ganha recompensas constantes a partir das inúmeras formas de entretenimento e estímulos que recebemos, dessa maneira, prendendo a nossa atenção.

O acesso à informação e a possibilidade de pesquisar sobre assuntos diversos construiu esperança de uma educação mais inclusiva e acessível. Acreditávamos termos nos tornado a sociedade do conhecimento. Mas é possível questionar, considerando as reflexões propostas neste trabalho, se o tipo de sociedade que constituímos é mesmo baseada no conhecimento.

---

<sup>89</sup> THOREAU, Henry David. *Walden*. [S. l.], Standard Ebooks, 1854.

<sup>90</sup> OXFORD UNIVERSITY PRESS. *And the Oxford Word of the Year 2024 is... brain rot*. Disponível em: <https://corp.oup.com/word-of-the-year/>. Acesso em: 6 jan. 2025.

<sup>91</sup> NICOLELIS, Miguel. Como o vício digital está mudando o nosso cérebro. In: NICOLELIS, Miguel. *O verdadeiro criador de tudo: como o cérebro humano esculpiu o universo como nós o conhecimento*. São Paulo: Planeta, 2020.

<sup>92</sup> *Ibid.*

Brey<sup>93</sup> observa que ao conhecimento se chega através da razão, porém aceitamos que forças irracionais modelem nossa conduta individual e o conjunto social, de forma que a concepção de racionalidade é matizada por uma perspectiva menos idealizada da natureza humana.

Brey<sup>94</sup> atribui à relação entre conhecimento e razão os mais orgulhosos feitos da humanidade e o êxito civilizatório de um Ocidente que foi berço de vários grandes pensadores, cientistas e artistas, dominando plenamente as forças da natureza. No entanto, como exposto acima, a partir da leitura de Nicolelis<sup>95</sup>, também somos condicionados pelas mesmas forças que supostamente dominamos. O tempo presente estabelece um contraponto a esta visão. Ademais, a razão e o conhecimento podem ser parte do triunfo de grandes pensadores, cientistas e artistas, mas as emoções enriquecem a criatividade e as experiências. Não é possível pensar na razão humana sem considerar questões subjetivas.

Apesar de parecer paradoxal, devido à argumentação que se pretende com a discussão sobre a razão e a ética, entendemos que as emoções não são totalmente negativas, pois revela, muitas vezes, o que há de mais humano em nós, como o amor e a empatia. As emoções são parte do ser humano, pois evolutivamente nos fez sobreviver. O pensamento lento, retomando Kahneman<sup>96</sup>, é o que nos coloca, por exemplo, em estado de alerta em uma situação perigosa. Nesse sentido, não se pretende argumentar que é necessário eliminar esses sentimentos. Estamos propondo que o ser humano procure compreender o que chega de informação para ele, buscando uma realidade que se baseia em fatos concretos e verificáveis. De acordo com Han, “A coação de aceleração inerente às informações recalca as práticas de tempo intensivo, cognitivas, como saber, experiência e compreensão”.<sup>97</sup>

Segundo Brey<sup>98</sup>, estamos vivendo em uma sociedade da ignorância, termo que, para o autor, não deve ser entendido como um sermão ou senso de superioridade, visto que seu objetivo é alertar sobre a realidade à qual estamos submetidos mediante processos inconscientes. Se fôssemos uma sociedade do conhecimento, conforme o autor, o conhecimento através da razão nos daria uma maior e melhor compreensão da realidade. Sobre o mesmo assunto, Innerarity<sup>99</sup> entende que estamos vivendo uma sociedade do desconhecimento.

---

<sup>93</sup> BREY, Antoni. La Sociedad de la ignorancia. In: BREY, Antoni; INNERARITY, Daniel; MAYOS SOLSONA, Gonçal. *La sociedad de la ignorancia, y otros ensayos*. Barcelona: Infonomia, 2009.

<sup>94</sup> BREY, 2009.

<sup>95</sup> NICOLELIS, 2020.

<sup>96</sup> KAHNEMAN, 2013.

<sup>97</sup> HAN, 2022, p. 45.

<sup>98</sup> Brey, 2009.

<sup>99</sup> INNERARITY, Daniel. La sociedad del desconocimiento. In: BREY, Antoni; INNERARITY, Daniel; MAYOS SOLSONA, Gonçal. *La sociedad de la ignorancia, y otros ensayos*. Barcelona: Infonomia, 2009.

Em outra perspectiva, Mayos<sup>100</sup> justifica por que estamos vivendo em uma sociedade da incultura. O filósofo catalão define duas teses para sustentar sua posição, sem discordar das definições de seus colegas Brey e Innerarity. A primeira tese é referente ao que chamamos acima de sobrecarga informacional, em que as informações são produzidas de forma mais acelerada do que somos biologicamente capazes de absorver em curto prazo. E a segunda diz respeito à questão dos especialistas. A especialização, segundo ele, pode ser negativa, de forma que assuntos de especialistas não podem ser adentrados pelos não especialistas. No entanto, várias especializações exigem um conhecimento interdisciplinar. Sobre isso, esclarece que,

Certamente e ao menos a médio prazo, essa obsolescência cognitiva ameaçadora nos indivíduos não se produzirá em seus campos profissionais, especializados, em que são especialistas; mas, sim, naqueles conhecimentos gerais que precisam para que, enquanto cidadãos com direito ao voto, possam decidir democraticamente e com conhecimento de causa sobre os processos crescentemente complexos que configuram a vida humana atual.<sup>101</sup>

Nesse sentido, destacamos que a racionalidade propõe um equilíbrio importante para a democracia. A necessidade de uma formação cidadã, evocada por Mayos, pode ser um caminho em direção à retomada do debate público. Esse é o momento, em suas palavras, de plantar a dúvida, objetivamente justificáveis, para que esforços sejam empregados na preparação e formação dos indivíduos, enquanto cidadãos,

[...] para que possam fazer frente às exigências responsáveis de suas decisões políticas e de voto em matérias de grande complexidade e importância para todos. A habitual limitação ao meramente produtivo a curto prazo [...] tende a deixar, cada vez com mais frequência, as questões políticas, éticas e sociais ao longo prazo, que dizem respeito ao coletivo, à mercê da benevolência ou responsabilidade individual.<sup>102</sup>

O cidadão que toma consciência de suas responsabilidades civis e se compromete com as questões coletivas, se apoiando em argumentos, debates de ideias e projetos de sociedade é o que entendemos que contribuirá para o retorno do debate público racional. É necessário nos

<sup>100</sup> MAYOS SOLSONA, Gonçal. La sociedad de la incultura. In: BREY, Antoni; INNERARITY, Daniel; MAYOS SOLSONA, Gonçal. *La sociedad de la ignorancia, y otros ensayos*. Barcelona: Infonomia, 2009.

<sup>101</sup> MAYOS SOLSONA, 2009, p. 53, tradução nossa. Do original: “Ciertamente y al menos a medio plazo, esa amenazante obsolescencia cognitiva en los individuos no se producirá en su campo profesional, especializado y donde sean expertos; pero sí en aquellos conocimientos generales que precisan para, en tanto que ciudadanos con derecho a voto, poder decidir democráticamente y con conocimiento de causa sobre los procesos crecientemente complejos que configuran la vida humana actual”.

<sup>102</sup> *Ibid.*, p. 53, tradução nossa. Do original: “para que puedan hacer frente a las exigencias responsables de sus decisiones políticas y de voto en cuestiones de gran complejidad e importancia para todos. La habitual limitación a lo meramente produtivo a corto plazo (sin duda uno de los peores vicios de nuestra sociedad) suele dejar, cada vez con mayor frecuencia, las cuestiones políticas, éticas y sociales a largo plazo y que atañan al conjunto, a merced de la benevolencia o responsabilidad individual”.

posicionarmos de forma a denunciar as estratégias de desorientação em rede que são cortinas de fumaça criadas para nos distrair de decisões que realmente importam, fragmentar a população, colocando-a contra ela mesma, e, destarte, continuar se beneficiando (no caso de políticos) e lucrando (no caso do Vale do Silício) com o caos digital.

Na sociedade civil contemporânea, o homem passa a ser instrumento para algo e, na medida em que é instrumento para algo, coisa, é instrumento para o outro, pessoa, que o domina, segundo a estrutura da relação senhor-escravo, guardada evidentemente a essencial diferença entre a relação de servidão ou escravidão e a do trabalho livre.<sup>103</sup>

A respeito da afirmativa acima, é possível resgatar a ideia de menoridade em Kant. Segundo o filósofo, a menoridade é a incapacidade de usar o seu próprio entendimento sem a orientação de outrem. Como o homem da sociedade contemporânea é instrumento para algo, para outro, assim, podemos dizer que, muitas vezes, se encontra em condição de menoridade.<sup>104</sup> As formas de manipulação do comportamento humano que ocorre no cyberspaço, nesse sentido, pode denotar à ideia de menoridade, em certa medida, visto que as formas de manipulação ocorrem de forma inconsciente e com finalidades econômicas.

Salgado<sup>105</sup> diferencia o Estado Ético do Estado Poiético. O Estado Ético se manifesta em Estado de Direito, enquanto o Estado poético (do grego *poiesis* que significa *produzir*) é produto do fazer econômico, que não possui compromisso com o ético e, consequentemente, não é ético, pois não se dirige a realizar os direitos sociais. O fazer ético do Estado está condicionado à garantia de direitos. Assim, “Cria-se, então, no Estado, um corpo burocrata que passa a exercer a soberania, com total sujeição do político e do jurídico em nome do corpus econômico da sociedade civil”.<sup>106</sup> O poder deixa de ser o meio pelo qual os direitos são garantidos e as políticas públicas são construídas e passa a ser o seu próprio fim, dessa forma, não é mais o político que toma decisões fundamentais, em prol de um interesse coletivo.<sup>107</sup>

O texto do professor Salgado demonstra o que Durand intitulou de tecnofeudalismo, de forma que as decisões dependem dos CEOs e conselhos das empresas que monopolizam o mercado, atualmente, por meio da economia de dados. Ressaltamos que o Estado Poiético é materializado em feudos digitais, que possuem seu próprio modo de funcionamento e seus próprios termos de uso, se estabelecendo por meio de “regras” às quais os usuários se submetem, porém que são frequentemente ignoradas. Nesse sentido, o território digital se

---

<sup>103</sup> SALGADO, 1998, p. 11.

<sup>104</sup> KANT, 1996 [1784].

<sup>105</sup> SALGADO, 1998.

<sup>106</sup> *Ibid.*, p. 12.

<sup>107</sup> *Ibid.*

organiza em plataformas fragmentadas em infraestruturas rivais e relativamente independentes. Os CEOs e os conselhos dessas empresas (os senhores feudais contemporâneos) concentram ao mesmo tempo poder econômico e poder político sob os que fazem parte de sua plataforma.<sup>108</sup>

Formando uma gleba digital, os usuários entregam seus dados em troca dos serviços ofertados pela plataforma, o que, a priori, não parece alarmante. Contudo, o usuário não possui nenhuma forma de dar o retorno sobre a experiência. Os mecanismos de moderação de conteúdo são propositalmente frágeis. A maior parte da comunicação com a empresa é feita por meio de um sistema automatizado rígido e pouco transparente, de forma que as regras e os códigos aplicados para orientar os algoritmos são desconhecidos e inacessíveis. Os trabalhadores de plataformas que fazem dos aplicativos seu local de trabalho não tem contato com a empresa, que se coloca como mera intermediadora, isentando-se de responsabilidade a respeito de suas condições de trabalho.<sup>109</sup> Constroem a imagem de “empreendedores de si mesmos”, de forma que toda a responsabilidade recai sobre eles próprios, afirmando uma ideologia de que o sucesso depende apenas do próprio indivíduo e de seus esforços.

A experiência humana se torna, nesse sentido, uma mercadoria, e os mecanismos de modificação comportamental transformam os indivíduos em consumidores. Uma característica que Durand<sup>110</sup> apresenta como argumento para defender a ideia de que estamos vivendo em um sistema econômico tecnofeudalista é a monopolização<sup>111</sup> do mercado por um único setor – das tecnologias da informação e comunicação –, para sustentar que o sistema vigente não é uma variação do capitalismo, e, sim, uma versão do feudalismo baseado nas tecnologias. Essa dominação do mercado pelas Big Techs torna obsoletos os outros setores econômicos que, provavelmente, não alcançarão o patamar das gigantes tecnológicas do Vale do Silício, comandadas por um pequeno grupo de bilionários. Entendemos esse setor como uma oligarquia e não como monopólio, pois o Vale do Silício é a localização de várias empresas e esse mercado está se expandindo cada vez mais, tornando mais poderosos seus empresários. O monopólio das Big Techs ocorre apenas em se tratando de um setor que não consegue ser superado por nenhum outro atualmente, mas inúmeras são as glebas digitais.

As empresas do Vale do Silício, por muito tempo, se esconderam no manto da neutralidade, no entanto, ex-funcionários de empresas de tecnologia revelaram que saíram por

---

<sup>108</sup> DURAND, 2020, p. 132.

<sup>109</sup> *Ibid.*, p. 135-136.

<sup>110</sup> *Ibid.*

<sup>111</sup> O monopólio das Big Techs é uma característica apontada por Durand, a fim de argumentar que um dos pilares do capitalismo, a concorrência não é mais definidor, utilizando o termo tecnofeudalismo para tratar do contexto atual. Cf.: *Ibid.*

divergências éticas com essas empresas, como mostra o documentário da Netflix *O dilema das redes*.<sup>112</sup> Além dos escândalos que ocorreram com empresas de tecnologia durante processos eleitorais, a pretensão da neutralidade começou a desmoronar quando Elon Musk entrou em cena. O empresário é mais conhecido por ser CEO da Tesla, da plataforma X, da SpaceX e um dos cofundadores da OpenAI. No Brasil, o empresário se tornou mais conhecido, após um embate com o Supremo Tribunal Federal brasileiro. O ministro Alexandre de Moraes emitiu decisão para bloquear contas e perfis do X que violaram a legislação brasileira e, em caso de descumprimento, a empresa teria que pagar multa.

Segundo Musk, a demissão dos funcionários do escritório da rede social foi motivada pelas “tentativas de censura” do STF. Sem representação no Brasil, o ministro deu prazo de 24 horas para a empresa indicar novo representante e, dessa forma, cumprir a lei de âmbito nacional que estabelece essa norma sob pena de suspender a plataforma. Elon Musk encerrou as operações no Brasil, em decorrência do não cumprimento da ordem judicial após o período de 24 horas, o que foi revertido em cerca de 40 dias depois, após confirmação do X de indicar novo representante e cumprir as determinações judiciais.<sup>113</sup> O empresário está envolvido em vários escândalos: a falta de atitude para combater o assédio e o racismo entre funcionários da Tesla; funcionário demitido após denunciar caso de assédio homofóbico também na Tesla; condições degradantes de trabalhadores estrangeiros; o símbolo semelhante à saudação nazista proferido em evento do atual presidente dos Estados Unidos; entre outras situações que envolvem suas empresas e seus posicionamentos contrários aos direitos humanos.<sup>114</sup>

Mark Zuckerberg, presidente-executivo da empresa Meta, demonstrou alinhamento com a ideologia do *laissez-faire* digital de Elon Musk, após anunciar o fim do sistema de checagem independente de fatos do Facebook, Instagram e Threads, com o argumento de “redução da censura” nessas plataformas. Essa medida passa a permitir associações de identidades de gênero a anormalidade e doenças mentais; exclusão e insultos em discursos religiosos e políticos contra pessoas transexuais, imigrantes ou homossexuais; supressão de avisos sobre uso de palavrões; e ofensas relacionadas à origem, etnia e gênero.<sup>115</sup> Com a chegada de Donald Trump novamente

<sup>112</sup> *O DILEMA DAS REDES*. Direção: Jeff Orlowski. Estados Unidos: Netflix, 2020 (94 min.).

<sup>113</sup> X COMEÇA a voltar no Brasil após ordem de Moraes; rede social comemora decisão, *GI*, São Paulo, 08 out. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2024/10/08/x-volta-ao-ar-brasil.ghtml>. Acesso em: 24 jan. 2025.

<sup>114</sup> GESTO de Elon Musk em evento de Trump gera comparações com saudação nazista. *Revista Galileu*, Rio de Janeiro, 21 jan. 2025. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2018/07/elon-musk-7-polemicas-envolvendo-o-dono-da-tesla-e-suas-empresas.html>. Acesso em: 24 jan. 2025.

<sup>115</sup> O QUE antes era barrado e agora pode aparecer no Instagram e no Facebook. *UOL*, São Paulo, 10 jan. 2025. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2025/01/10/o-que-antes-era-barrado-e-agora-pode-aparecer-no-instagram-e-no-facebook.htm>. Acesso em: 25 jan. 2025.

à Casa Branca, coincidindo com esse anúncio, podem ser levantados questionamentos acerca da motivação política envolvida na decisão.<sup>116</sup>

A decisão, no contexto em que Trump anuncia diversas medidas atentatórias contra os direitos humanos, deportando imigrantes ilegais em massa do país, pode ser uma grande ameaça ao Estado de Direito, não apenas nos Estados Unidos, visto que movimentos extremistas estão ganhando mais espaço em várias partes do mundo, como grupos nazistas, supremacistas e fascistas, ameaçando grupos sociais por razões étnicas, raciais, culturais e relacionadas ao gênero. A falta de mecanismos de moderação de conteúdos ofensivos e que violam direitos humanos está associada a uma tendência autoritária. Aqui é relevante destacar a observação de Salgado em relação ao grande risco da emergência de um Estado Poiético.

O grave risco do Estado poiético é a sua natureza para tender para a autocracia através da burocracia. É que, depois de ter criado as premissas da catástrofe econômica, com ela ameaça para obter mais poder. Sua lógica é a de cada vez mais aumentar o seu poder, do que se pode facilmente inferir que o seu rumo é a eliminação dos "entraves", pois, se se perde a docilidade do parlamento, a consequência é caminhar para instaurar o Estado autocrático. Para dar suporte ideológico ao processo de alienação do poder, procura-se também justificar a alienação do direito à informação. Para isso, uma falácia prática: o povo, dono do poder, não pode saber dos assuntos do Estado; precisa ser tutelado.<sup>117</sup>

As supostas “censuras” que os CEOs de plataformas digitais mencionam, em realidade, são crimes contra grupos historicamente marginalizados, subtraindo direitos sociais e propagando a violência por meio da defesa incondicional da “liberdade de expressão”. O que as Big Techs ganham com essas medidas? Em geral, conteúdos polêmicos que geram conflitos tendem a ser mais compartilhados, resultando em uma maior receita para as *glebas* tecnológicas. Ademais, como qualquer setor econômico, quanto mais flexível e desregulamentado um Estado é, mais vantagens econômicas são acumuladas pelas empresas. Nesse sentido, o poder é um fim em si mesmo, como afirma Salgado<sup>118</sup>. O poder político apenas funciona, nesta Era Cybernética, quando não gera “empecilhos” para o crescimento econômico desse setor. Se o Estado começa a impor limitações a esse poder, ele se torna o vilão e as redes sociais borbulham com desconfiança e acusações contra os governantes.

O desgaste da política e a impossibilidade de estabelecer um debate público racional são frutos de um projeto de poder ultraliberal e poiético, que utiliza a comunicação fragmentária,

<sup>116</sup> BRAUN, Julia. O que pode estar por trás de decisão da Meta de abandonar checagem independente de fatos. *BBC Brasil*, Rio de Janeiro, 8 jan. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c5y4ymrpp43o>. Acesso em: 25 jan. 2025.

<sup>117</sup> SALGADO, 1998, p. 16.

<sup>118</sup> *Ibid.*

por meio das bolhas e câmaras de eco e as estratégias de desinformação como as novas armas. Diante desse cenário, entendemos que é necessário, por meio de regulamentação e de letramento digital, que os cidadãos consigam se emancipar dessas plataformas que criam cada vez mais animosidades, reproduzem violência, desgastam instituições importantes para a garantia dos direitos humanos e fundamentais e deterioram nosso cérebro, de forma a alcançarem o que Kant<sup>119</sup> denominou de esclarecimento, conseguindo identificar situações de manipulação e compreendendo que viver em sociedade exige limitações e concessões que devem ser garantidas pelo Estado de Direito e pela Constituição.

---

<sup>119</sup> KANT, 1996 [1784].

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o que foi exposto, alguns podem associar o período atual a uma distopia real. Talvez porque aqueles que estão no poder possuem o controle (*cyber*) dos meios de comunicação mais utilizados e, ainda, são capazes de absorver todos os outros meios de comunicação em suas plataformas digitais. Diante desse quadro, a liberdade e a privacidade se tornam produtos, não direitos constitucionais.<sup>1</sup> Nesse sentido, retomando os pensamentos de Kant<sup>2</sup> e Joaquim Carlos Salgado<sup>3</sup>, argumentamos que a liberdade não existe mais. Somos livres apenas quando utilizamos a razão e a razão cria o Estado de Direito e, consequentemente, estabelece os limites ao poder político.

Tendo isso em vista, ao contrário dos contratualistas, podemos notar que a natureza humana não foi um período anterior ao contrato social. Evidenciamos que somos animais racionais, contudo ainda somos animais e pode ser que o nosso lado instintivo seja mais aflorado sob determinadas condições. Se todos os elementos estabelecidos de confiança não têm mais credibilidade – as evidências, os fatos verificáveis e, até mesmo, a própria realidade sendo apresentada diretamente –, estamos sujeitos a todo momento ao controle de outrem, a seguir ideias que não sabemos a origem e, muitas vezes, não temos interesse em questionar.

Nesse cenário, a fragmentação, a impessoalidade e a instantaneidade das redes sociais nos separam e nos inclinam a desumanizar o outro, o diferente; a não aceitar convenções estabelecidas, como a própria Constituição e os resultados de eleições. De acordo com investigações da Polícia Federal e delação premiada, no Brasil, foi elaborado um plano de assassinato do Presidente eleito em 2022, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, demonstrando que a vontade geral e a democracia não são mais relevantes, em detrimento da vontade de apenas alguns. O discurso *antiestablishment* de políticos eleitos (que são o próprio *establishment*), apoiados pelas Big Techs é uma cortina de fumaça. Compreendemos que a ausência do Estado e das leis é claramente um obstáculo para a prosperidade desse modo de produção – nós mesmos.

Por muito tempo, as Big Techs atuavam em silêncio. Exposições sobre a falta de ética das empresas desse ramo só apareceram quando ex-funcionários publicamente prestaram seus depoimentos. No entanto, recentemente, Elon Musk abriu precedente para vários outros

---

<sup>1</sup> MOROZOV, 2018, p. 177.

<sup>2</sup> SALGADO, 2008.

<sup>3</sup> SALGADO, 1998.

revelarem a tendência autoritária, disfarçada de defesa da liberdade de expressão. Lippmann tem uma passagem que pode explicar a propaganda da liberdade de expressão, a saber:

Sem alguma forma de censura, propaganda no sentido estrito da palavra é impossível. Para conduzir a propaganda deve haver alguma barreira entre o público e o evento. Acesso ao ambiente real precisa ser limitado, antes que alguém crie um pseudo-ambiente que imagine ser mais adequado ou desejável.<sup>4</sup>

A herança da Modernidade, como a história indica é o racionalismo. Em um contexto de desorientação, desinformação e deformação das nossas capacidades mentais, como é possível resgatar a razão como fundamento e, conseqüentemente, nos capacitar para identificar as cortinas de fumaça e desenvolver o pensamento crítico? Não pretendemos ter uma resposta pronta para essa questão, no entanto, observamos que uma iniciativa urgente é a educação digital que não seja meramente técnica, ou seja, para aprender a utilizar as tecnologias, mas para o desenvolvimento crítico-reflexivo e compreensão das suas vantagens e desvantagens. Nesse sentido, acreditamos ser essencial desenvolver uma educação com base no letramento digital.

Letramento é um termo relativamente novo, que começou a ser utilizado nos anos 1980. A palavra vem do inglês *literacy* que, etimologicamente, vem do latim *littera*, que significa letra. O sufixo *-cy* denota uma qualidade, dessa forma, *literacy* é a qualidade de ser letrado. No entanto, o termo não é sinônimo de alfabetização, pois define o uso social da leitura e da escrita.

[...] *literacy* é o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever. Implícita nesse conceito está a idéia de que a escrita traz conseqüências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas, linguísticas, quer para o grupo social em que seja introduzida, quer para o indivíduo que aprenda a usá-la.<sup>5</sup>

De modo semelhante, o letramento digital implica não apenas saber comunicar e interagir nos ambientes digitais, mas também compreender os textos (escritos ou falados). Dessa maneira, pressupõe a capacidade de selecionar as informações pertinentes e avaliar a credibilidade. Abordamos anteriormente nesta presente pesquisa a abundância de informação encontrada no ambiente online e, neste, o letramento digital requer uma leitura e interpretação ainda mais atenta e crítica.<sup>6</sup> O termo *digital literacy* surgiu no final dos anos 1990, em um texto

<sup>4</sup> LIPPMANN, 2008, p. 51.

<sup>5</sup> SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 17, grifo do autor.

<sup>6</sup> RIBEIRO, Ana Elisa; COSCARELLI, Carla Viana. *Letramento Digital. Glossário Ceale da Faculdade de Educação da UFMG*, Belo Horizonte, [200?]. Disponível: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/letramento-digital>. Acesso em: 25 jan. 2025.

de Paul Glister<sup>7</sup>, e, atualmente, está sendo discutido no âmbito da educação e a partir de pesquisas e testes de práticas que possam ajudar na formação das pessoas em prol de um melhor aproveitamento das tecnologias de informação e comunicação.<sup>8</sup>

Por fim, concluímos que o letramento digital é uma possível alternativa para promover uma desintoxicação das plataformas digitais, bem como para auxiliar na identificação de desinformação. O aspecto social da leitura, da escrita e, hoje em dia, também da escuta, por meio de áudios e vídeos, demanda maior conexão com a tão mencionada razão. Racionalizar, muitas vezes, também nos ajuda a compreender o outro em suas diferenças. O letramento digital, junto a uma legislação que seja capaz de impor limitações e diretrizes para a distribuição, utilização e mecanismos de fiscalização para garantir seu cumprimento, são questões prementes no contexto em que vivemos atualmente, principalmente se desejamos resgatar os princípios democráticos baseados na garantia de direitos pelo Estado e no debate público racional, e a soberania dos Estados frente às Big Techs.

---

<sup>7</sup> GLISTER, Paul. *Digital literacy*. New Jersey: John Wiley & Sons, 1998.

<sup>8</sup> RIBEIRO; COSCARELLI, [200?].

## REFERÊNCIAS

ALVES, Marco Antônio Sousa. A política do nós contra eles: a democracia em risco na contemporaneidade. In: ROUANET, Luiz Paulo; ALVES, Marco Antônio Sousa; ALMEIDA, Maria Cecília Pedreira de (Orgs.). *Democracia e representação: limites e horizontes*. Belo Horizonte: Expert, 2021.

ALVES, Marco Antônio Sousa; MACIEL, Emanuella Ribeiro Halfeld. O fenômeno das *fake news*: definição, combate e contexto. *Internet & Sociedade*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 144-171, jan. 2020.

AMARANTE, José Carlos Albano do. *Texto para discussão: a base industrial de defesa brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

ARENDT, Hannah. *Eichmann in Jerusalem: a report on the banality of evil*. London: Penguin Books, 2006.

ARISTÓTELES. *Éthique de Nicomaque*. Tradução de Jean Voilquin. Paris: Flammarion, 1992.

BARBROOK, Richard; CAMERON, Andy. The Californian Ideology. *Science as Culture*, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 44-72, 1996.

BAR-HILLEL, Yehoshua; CARNAP, Rudolf. An outline of a theory of semantic information. In: BAR-HILLEL, Yehoshua. *Language and information: selected essays on their theory and application*. Reading, London: Addison-Wesley, 1964.

BARROSO, Luís Roberto. Democracia, populismo e desinformação. *Blog Luís Roberto Barroso*, [S. l.], 7 mar. 2022. Disponível em: <https://luisrobertobarroso.com.br/?p=1795>. Acesso em: 2 maio 2024.

BAUMAN, Zygmunt. *Liquid modernity*. Cambridge: Polity Press, 2000.

BAUMAN, Zygmunt; DONSKIS, Leonidas. *Moral blindness: the loss of sensitivity in liquid modernity*. Cambridge: Polity Press, 2013.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2009.

BENTHAM, Jeremy. *O panóptico*. Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BITTENCOURT, Renato Nunes. Moralidade líquida, lacração e cultura do cancelamento. *Cadernos Zygmunt Bauman*, [S. l.], v. 11, n. 27, p. 212-229, 2021.

*BLACK MIRROR*. Engenharia Reversa (Temporada 3, Episódio 5). Direção: Jakob Verbruggen. Produção: Barney Reisz. Reino Unido: Netflix, 2016. 1 vídeo (60 min.), son., color.

BONAVIDES, Paulo. *Ciência política*. São Paulo: Malheiros, 2017.

BRAIN ROT. In: Oxford University Press (tradução nossa). Disponível em: <https://corp.oup.com/word-of-the-year/>. Acesso em: 6 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Estado de choque e crise de pânico*. Biblioteca Virtual em Saúde, Brasília, [200?]. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/folder/10006003123.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2024.

BRAUN, Julia. O que pode estar por trás de decisão da Meta de abandonar checagem independente de fatos. *BBC Brasil*, Rio de Janeiro, 8 jan. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c5y4ymrpp43o>. Acesso em: 25 jan. 2025.

BREY, Antoni. La Sociedad de la ignorancia. In: BREY, Antoni; INNERARITY, Daniel; MAYOS SOLSONA, Gonçal. *La sociedad de la ignorancia, y otros ensayos*. Barcelona: Infonomia, 2009.

BUNGE, Mario. *Diccionario de filosofía*. Tradução de María Dolores González Rodríguez. Ciudad de México: Siglo XXI, 2001.

CARDON, Dominique; COINTET, Jean-Philippe; MAZIÈRES, Antoine. Neurons spike back: the invention of inductive machines and the artificial intelligence controversy. *Réseaux*, [S. l.], v. 5, n. 211, p. 173-220, 2018.

CARDOSO, Paulo Roberto. *Diatética cultural*: Estado, soberania e defesa cultural. 2016. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

CAREY, James. *Communication as culture*: essays on media and society. London: Routledge, 1989.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2023.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

COSTA, Pietro. *Poucos, muitos, todos*: lições de história da democracia. Tradução de Luiz Ernani Fritoli. Curitiba: Editora UFPR, 2012.

CURICO, Sara. Padre Kelson e Soraya relembram debate em encontro no Senado: “Padre de festa junina”; veja vídeo. *G1*, São Paulo, 07 maio 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/05/07/padre-kelson-e-soraya-relembram-debate-em-encontro-no-senado-padre-de-festa-junina-veja-video.ghtml>. Acesso em: 5 jan. 2025.

D’ANCONA, Matthew. *Pós-verdade*: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Tradução de Carlos Szlak. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do estado*. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

DATA. In: Online Etymology Dictionary. Disponível em: <https://www.etymonline.com/word/data>. Acesso em: 30 ago. 2024.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Tradução de Francisco Alves e Afonso Monteiro. Cascais: Antipáticas, 2005.

DE MASI, Domenico. *O ócio criativo*. Tradução de Léa Manzi. Rio de Janeiro: Sextame, 2004.

DESCARTES, Renée. *O discurso do método*. Prefácio e tradução de João Cruz Costa. Rio de Janeiro: Tecnoprint Gráfica, 1969.

DOMINGOS, Roney. É #FAKE que imagem em que aparece Lady Gaga mostre conversa entre Bolsonaro e ministra sobre eleições. *GI*, São Paulo, 04 nov. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/eleicoes/noticia/2022/11/04/e-fake-que-imagem-em-que-aparece-lady-gaga-mostre-conversa-entre-bolsonaro-e-ministra-sobre-eleicoes.ghtml>. Acesso em: 2 maio 2024.

DURAND, Cédric. *Téchno-féodalisme: la critique de l'économie numérique*. Paris: La Découverte, 2020.

EMPOLI, Giuliano da. *Os engenheiros do caos*. Tradução de Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio, 2019.

ENTENDA o escândalo de uso político de dados que derrubou valor do Facebook e o colocou na mira de autoridades. *BBC News*, Rio de Janeiro, 20 mar. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/entenda-o-escandalo-de-uso-politico-de-dados-que-derrubou-valor-do-facebook-e-o-colocou-na-mira-de-autoridades.ghtml>. Acesso em: 4 jan. 2025.

FENAJ. *Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros*. Vitória, 4 ago. 2007. Disponível em: [https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros.pdf](https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf). Acesso em: 17 dez. 2024.

FERRARIS, Maurizio. *Movilización total*. Tradução de Miguel Alonso Ortega. Barcelona: Herder, 2017.

BROCHADO, Mariah. *Inteligência artificial no horizonte da Filosofia da Tecnologia: técnica, ética e direito na era cibernética*. São Paulo: Dialética, 2023.

FLORIDI, Luciano. Brave.Net.World: the internet as a disinformation superhighway? *The Electronic Library*, [S. l.], v. 14, n. 6, p. 509-514, 1996.

FLORIDI, Luciano. *The philosophy of information*. New York: Oxford University Press, 2011.

FORTESCUE, John. *De laudibus legum Angliae*. Cambridge: J. Butterworth, 1825.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalism and freedom*. Chicago: The University of Chicago Press, 1962.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose D. *Two lucky people: memoirs*. Chicago: University of Chicago Press, 1998

GESTO de Elon Musk em evento de Trump gera comparações com saudação nazista. *Revista Galileu*, Rio de Janeiro, 21 jan. 2025. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2018/07/elon-musk-7-polemicas-envolvendo-o-dono-da-tesla-e-suas-empreitadas.html>. Acesso em: 24 jan. 2025.

GLEICK, James. *The information: a history, a theory, a flood*. New York: Pantheon Books, 2011.

GLISTER, Paul. *Digital literacy*. New Jersey: John Wiley & Sons, 1998.

HAN, Byung-Chul. *Infocracia: digitalização e a crise da democracia*. Tradução de Gabriel S. Philipson. Petrópolis: Vozes, 2022.

HAN, Byung-Chul. *No enxame: perspectivas do digital*. Tradução de Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2018.

HARARI, Yuval Noah. *21 lições do século 21*. Tradução de Paulo Geiger. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: ascensão do capitalismo de desastre*. Tradução de Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

HOBBS, Thomas. *Leviatã: ou a matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Tradução de Rosina D'Angina. São Paulo: Ícone, 2000.

HOBBS, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789-184*. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcus Penchel. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HORTA, José Luiz Borges. *História do Estado de Direito*. São Paulo: Alameda, 2011.

HORTA, José Luiz Borges; FREIRE, Thales Monteiro; SIQUEIRA, Vinicius de. Ideia, razão e história – sobre a dialética do ideal. In: TASSINARI, Ricardo P.; BAVARESCO, Agemir; MAGALHÃES, Marcelo Marconato (Orgs.). *Hegel e a contemporaneidade*. Porto Alegre: Fundação Fênix, 2020, p. 146.

HUXLEY, Aldous. *Brave new world*. London: Chatto & Windus, 1932.

INNERARITY, Daniel. La sociedad del desconocimiento. In: BREY, Antoni; INNERARITY, Daniel; MAYOS SOLSONA, Gonçal. *La sociedad de la ignorancia, y otros ensayos*. Barcelona: Infonomia, 2009.

INNERARITY, Daniel. *Politics after indignation: possibilities and limits of direct democracy*. San Domenico de Fiesole: European University Institute, 2012.

KAHNEMAN, Daniel. *Thinking, fast and slow*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2011.

KANT, Immanuel. What is enlightenment. In: SCHMIDT, James (Ed.). *What is enlightenment?* Eighteenth-century answers and twentieth-century questions. California: University of California Press, 1996.

KATO, Mônica. 11 principais fake news sobre vacinas. *Revista Crescer*, [S. l.], 22 set. 2021. Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Quem-ama-vacina/noticia/2021/09/11-principais-fake-news-sobre-vacinas.html>. Acesso em: 2 maio 2024.

KEYES, Ralph. *The post-truth era: dishonesty and deception in contemporary life*. New York: St. Martin's Press, 2004.

LAFITTE, Jacques. *Refléxions sur la Science des machines*. Paris: J. Vrin, 1972.

LAZARSFELD, Paul; BERELSON, Bernard; GAUDET, Hazel. *The people's choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign*. New York: Columbia University Press, 2021.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2010.

LIPPMANN, Walter. *Opinião pública*. Tradução e prefácio de Jacques A. Wainberg. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARQUES, Loreenna. Sobre os usos da razão: um debate entre o uso público da razão de Kant e a razão pública de Rawls. *Studia Kantiana*, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 99-100, dez. 2021.

MARWICK, Aline; LEWIS, Rebecca. *Manipulação da mídia e desinformação online*. New York: Data & Society Research Institute, 2024.

MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor; CUKIER, Kenneth. *Big data: a revolution that will transform how we live, work, and think*. London: John Murray Publishers, 2013.

MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor; RAMGE, Thomas. *Reinventing capitalism in the age of big data*. New York: Basic Books, 2018.

MAYOS SOLSONA, Gonçal. La sociedad de la incultura. In: BREY, Antoni; INNERARITY, Daniel; MAYOS SOLSONA, Gonçal. *La sociedad de la ignorancia, y otros ensayos*. Barcelona: Infonomia, 2009.

MAYOS SOLSONA, Gonçal. *Turbohumanos*. Barcelona: Linkgua Ediciones, 2021.

MAYOS SOLSONA, Gonçal; REMOTTI, José Carlos; MOYANO DÍAZ, Yanko (Eds.). *Interrelación filosófico-jurídica multinivel: estudios desde la interconstitucionalidad, la interculturalidad y la interdisciplinariedad para un mundo global*. Barcelona: Linkgua Ediciones, 2024.

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. Tradução de Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 2012.

MENESES, João Paulo. Sobre a necessidade de conceptualizar o fenómeno das fake news. *Observatório (OBS\*)*, [S. l.], v. 12, n. 4, Special Issue, p. 37-53, 2018.

MINISTRO do Meio Ambiente defende passar ‘a boiada’ e ‘mudar’ regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19. *GI*, São Paulo, 22 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regras-e-simplificar-normas.ghtml>. Acesso em: 25 fev. 2025.

MONTESQUIEU, Charles Louis De. *O espírito das leis*. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MOROZOV, Evgeny. *Big tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. Tradução de Cláudio Marcondes. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

NICOLELIS, Miguel. Como o vício digital está mudando o nosso cérebro. In: NICOLELIS, Miguel. *O verdadeiro criador de tudo: como o cérebro humano esculpiu o universo como nós o conhecimento*. São Paulo: Planeta, 2020.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. *The spiral of silence: public opinion – our social skin*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1916.

*O DILEMA DAS REDES*. Direção: Jeff Orlowski. Estados Unidos: Netflix, 2020 (94 min.).

O QUE antes era barrado e agora pode aparecer no Instagram e no Facebook. *UOL*, São Paulo, 10 jan. 2025. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2025/01/10/o-que-antes-era-barrado-e-agora-pode-aparecer-no-instagram-e-no-facebook.htm>. Acesso em: 25 jan. 2025.

ORWELL, George. *1984*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

OXFORD LANGUAGES. *Word of the year 2016*. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

OXFORD UNIVERSITY PRESS. *And the Oxford Word of the Year 2024 is... brain rot*. Disponível em: <https://corp.oup.com/word-of-the-year/>. Acesso em: 6 jan. 2025.

PADOVA, Marsilio da. *Il difensore della pace*. Torino: UTET, 1975.

PARISER, Eli. *The filter bubble: how the new personalized web is changing what we read and how we think*. New York: Penguin Press, 2011.

PASQUALE, Frank. *The black box society*. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

QUEIROZ, Gustavo. Nikolas Ferreira é condenado a pagar R\$ 80 mil para Duda Salabert por transfobia. *CNN Brasil*, São Paulo, 20 abri. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/nikolas-ferreira-e-condenado-a-pagar-r-80-mil-por-danos-morais-para-duda-salabert/>. Acesso em 5 jan. 2025.

RIBEIRO, Ana Elisa; COSCARELLI, Carla Viana. Letramento digital. *Glossário Ceale da Faculdade de Educação da UFMG*, Belo Horizonte, [200?]. Disponível em:

<https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/letramento-digital>. Acesso em: 25 jan. 2025.

RODRÍGUEZ, Pablo Esteban. Um novo modo de existência (Prefácio). In: SIMONDON, Gilbert. *Do modo de existência dos objetos técnicos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020, p. 28, grifo nosso.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Du contrat social ou principes du droit politique*. Amsterdam: Marc Michel Rey, 1762.

ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. La gouvernementalité algorithmique et perspectives d'émancipation: le disparate comme condition d'individuation par la relation? *Réseaux*, [S. l.], n. 177, p. 163-196, 2013.

BUYER, Raymond. *La cybernétique et l'origine de l'information*. Paris: Flammarion, 1954.

SACHS, Jeffrey. *O fim da pobreza: como acabar com a miséria mundial nos próximos 20 anos*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SALGADO, Joaquim Carlos. O Estado Ético e o Estado Poiético. *Revista do Tribunal de Contas de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 37-68, abr./jun. 1998.

SALGADO, Joaquim Carlos. *A ideia de justiça no período clássico ou da metafísica do objeto: igualdade*. Belo Horizonte: Del Rey, 2018.

SALGADO, Karine. *A paz perpétua de Kant – atualidade e efetivação*. Belo Horizonte: Mandamentos, Faculdade de Ciências Humanas/FUMEC, 2008.

SALGADO, Karine. Ainda a modernidade. In: SALGADO, Karine; HORTA, José Luiz Borges. *Razão e poder: (re)leituras do político na filosofia moderna*. Belo Horizonte: Initia Vita, 2018.

SALGADO, Karine; ALMEIDA, Philippe O. Kant entre Republicanismo e Liberalismo. In: SALGADO, Karine; HORTA, José Luiz Borges. *Razão e poder: (re)leituras do político na filosofia moderna*. Belo Horizonte: Initia Vita, 2018.

SANTOS, Alice Pereira. Origem e desenvolvimento dos prefixos de- e des-. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 22, n. Esp., p. 167-187, 2020.

SIMON, Imre. A ARPANET. *Instituto de Matemática e Estatística*, São Paulo, 16 jul. 1997. Disponível em: <https://www.ime.usp.br/~is/abc/abc/node20.html#SECTION00052000000000000000>. Acesso em: 1 nov. 2024.

SIMONDON, Gilbert. *Do modo de existência dos objetos técnicos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

SMITH, Adam. *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations: books I, II, III, IV and V*. New York: MetaLibri Digital Library, 2007.

SMITH, Brian Cantwell. *The promise of artificial intelligence: reckoning and judgment*. Cambridge: The MIT Press, 2019.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SRNICEK, Nick. *Platform capitalism*. Cambridge: Polity Press, 2017.

STANLEY, Joseph. *Como funciona o fascismo: a política do “nós” contra “eles”*. Tradução de Bruno Alexander. Porto Alegre: L&PM, 2018.

SUNSTEIN, Cass R. *Republic.com 2.0*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2007.

SUNSTEIN, Cass R. *#Republic: divided democracy in the age of social media*. New Jersey: Princeton University Press, 2017.

SVENDSEN, Lars. *Filosofia do tédio*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

TARDE, Gabriel. *L'opinion et la foule*. Paris: Félix Alcan, 1910.

TECHNOLOGY. In: Oxford Learner's Dictionaries. Disponível em: <https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/technology>. Acesso em: 24 out. 2024.

TESICH, Steve. The watergate syndrome: a government of lies. *The Nation*, New York, 6 Jan. 1992. Disponível em: [https://www.prrac.org/projects/fair\\_housing\\_commission/los\\_angeles/AndPoorGetPoorer-TheNation.01.96.pdf](https://www.prrac.org/projects/fair_housing_commission/los_angeles/AndPoorGetPoorer-TheNation.01.96.pdf). Acesso em: 20 nov. 2024.

THOREAU, Henry David. *Walden*. [S. l.]: Standard Ebooks, 1854.

TIBURI, Marcia. *O Ridículo político: uma investigação sobre o risível, a manipulação da imagem e o esteticamente correto*. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

VAN DJICK, José. Datafication, dataism and dataveillance: big data between scientific paradigm and ideology. *Surveillance & Society*, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 197-208, 2014.

VÍDEO: veja o momento em que Datena agride Marçal com cadeirada. *UOL*, São Paulo, 16 set. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2024/09/16/video-veja-momento-em-que-datena-agride-marcal-com-cadeirada.htm>. Acesso em: 5 jan. 2025.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. *Desordem informacional: para um quadro interdisciplinar de investigação e elaboração de políticas públicas*. Tradução de Pedro Caetano Filho e Abilio Rodrigues. Campinas, UNICAMP: Centro e Lógica, Epistemologia e História da Ciência, 2023.

WIENER, Norbert. *Cybernetics or control and communication in the animal and the machine*. Cambridge: MIT Press, 1948.

WIENER, Norbert. *The human use of human beings: cybernetics and society*. London: Eyre and Spottiswoode, 1950.

WILLIAMSON, John. *The political economy of policy reform*. Washington: Institute for International Economics, 1994.

X COMEÇA a voltar no Brasil após ordem de Moraes; rede social comemora decisão. *GI*, São Paulo, 08 out. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2024/10/08/x-volta-ao-ar-brasil.ghml>. Acesso em: 24 jan. 2025.

ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.